

NOESIS

Notícias da Educação



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E INOVAÇÃO



ESCOLA SECUNDÁRIA SÃO PEDRO - VILA REAL • BOLETIM | 2024

Da noite
e do silêncio
para a clara
madrugada



25 50 anos
de Abril

NOESIS* - A **Direção-Geral da Educação (DGE)** lançou um grande repto às escolas premiadas no concurso **Público na Escola**, no ano letivo de 2022-2023: elaborar uma edição especial de **Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril** para ser publicada no boletim **NOESIS** da **DGE**. A nossa revista, a **COISAS B(r)OAS** aceitou o desafio e lançou-se ao trabalho com entusiasmo e ideias para concretizar. O labor intenso da comunidade conduziu a muitas descobertas, aprendizagens. O resultado é aquele que aqui e agora apresentamos.

***NOESIS** - Palavra de origem grega que significa intuição ou primeira perceção. É um conceito do pensamento grego que se refere à ação de pensar, à atividade do pensamento.

Explicação do tema - Da Noite e do Silêncio para a Clara Madrugada - A escolha do tema desta edição especial teve inspiração no poema **25 de Abril** de **Sophia de Mello Breyner Andresen** e nasceu da premissa fulcral de distinguir o **Portugal do Antes**, do Estado Novo, da Ditadura [**A Noite e o Silêncio**] e do **Portugal do Depois**, da Democracia [**A Clara Madrugada**], para destacar a importância imensa do **25 de Abril**, no país, na vida de cada um de nós e, também, é claro, afirmá-lo, no mundo. No processo de construção desta edição, focamos e relevamos os testemunhos da geração dos avós dos nossos alunos, aqueles que conheceram e viveram o **Antes de Abril** e o **Depois de Abril** e que são guardiães de memórias vivas que importa preservar e transmitir às novas gerações. No **Depois de Abril**, privilegiamos **Os cravos que Abril floriu**, valorizando os valores de abril, como o respeito pelos Direitos Humanos, o progresso social e a inclusão de todos sem discriminação, as diferentes formas de **Liberdade**, a prática de eleições livres, o acesso das mulheres a cargos e empregos que até então lhes eram interditos...).

Explicação da capa - O acesso das mulheres ao desempenho de cargos políticos e de liderança é um dos **Cravos que Abril floriu** e, por isso, solicitamos à **Presidente da Associação de Estudantes**, Filipa Anta, aluna do 12.º ano, para passar o testemunho, oferecer um cravo à Inês Correia, Delegada de Turma do 7.º H, porque ambas exercem cargos representativos para os quais foram eleitas. A fotografia desse ato simbólico ilustra a capa desta edição especial do boletim NOESIS.

Explicação do Cravo - A Professora de Português, Fátima Campos, concebeu este Cravo para as manifestações da luta dos professores pela **Escola Pública** e pela dignidade da carreira docente. A sua presença tinha uma impactante atratividade: eram muitos os professores, assistentes operacionais, turistas... que, em Lisboa, Porto e Vila Real, pediram para tirar uma fotografia com o Cravo; não houve canal de televisão que o não filmasse e pedisse à autora o seu testemunho sobre a demanda dos professores. Um Cravo com um currículo tão vasto e tão digno tinha de aqui figurar para enriquecimento e embelezamento desta publicação.

25 de Abril

Antes e Agora

Agora, de todos os temas podemos falar.

Antes, nem sequer pensar!

Agora, na escola, raparigas e rapazes estão em união.

Antes, só havia a injusta separação.

Antes, podiam-te censurar.

Agora, ninguém te pode mandar calar.

Agora, podemos dizer quem somos, o que queremos e o que pensamos.

Antes, poucas mulheres podiam votar
E as casadas nem conseguiam livremente viajar.

Agora, homens e mulheres são tratados por igual, sem importar o seu estatuto social.

Agora, o serviço militar não é obrigatório, é opcional.

E a Guerra Colonial, por fim, teve o seu final.

Antes, os patrões pagavam pouco e mal,

Agora, há um salário mínimo nacional.

Agora, todos temos direitos escritos na Constituição: Educação, Saúde e Habitação para toda a população.

Agora, tudo mudou para melhor.

A **LIBERDADE** passou a estar ao nosso dispor.

Raul Temes Sánchez | 7.º A

Índice

4 | Editorial Política e Educação

Quando a Educação passou de privilégio para uns ...

6 | Conhecer o 25 de Abril

- Como me contaram o 25 de Abril de 1974
- Essa palavra Liberdade...

8 | Reivindicar Abril

- Carta Aberta aos nossos políticos

10 | A Grande Causa do 25 de Abril

- A Guerra Colonial

14 | Cravos que Abril floriu

- Igualdade no acesso à Educação...
- Inclusão de Todos - Professor(a) posso ir...
- Inclusão de Todos - Pelo Empreendedorismo...
- Escolas: da Nomeação à Eleição
- Autarquias: da Nomeação à Eleição
- O Abril que está arquivado
- Poder Autárquico

30 | Avaliar o caminho feito, traçar o caminho a seguir

- Liberdade - Justiça Social - Equidade

34 | Valorizar a Democracia

- Entre a Ditadura e a Democracia
- Olhar(es) de Abril

44 | O Povo como protagonista coletivo da História

- Analogias e convergências Passado - Presente

46 | Memórias - Narrativas - Emoções

- Eu nasci e vivi em África
- Eu estive na Guerra do Ultramar

50 | Viva a Liberdade

- A Liberdade que eu defendo...

56 | Arte Revolucionária

- Inspirados em João Abel Manta

58 | Ler o Proibido

- Quando a Censura tinha um lápis azul!

60 | Ler o Livro que não foi proibido

- O Livro que foi uma arma política

62 | Os jovens coloriram Abril

- Tons alegres e palavras felizes da Liberdade que eu amo!

64 | O Abril por cumprir

- Ainda há bairros negros

66 | Os jovens interpretam Abril

- 50 anos de Liberdade...

68 | Repercussões de um certo Abril

- Cantar a Revolução

70 | Capitães de Abril

- A coragem do Herói

72 | Abril - Abril

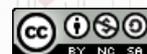
- 25 de Abril



402874
ESCOLA SECUNDÁRIA
SÃO PEDRO
VILA REAL

Ficha Técnica

Edição Especial - 50 anos do 25 de Abril | **Direção** Rosalina Sampaio **Edição de texto e imagem** Beatriz Eira - Eduarda Morais - Eugénia Figueira - Fátima Campos - Helena Sousa - Lurdes Lopes - Rosalina Sampaio **Coordenação de conteúdos** - Eduarda Morais - Eugénia Figueira - Fátima Campos - Lurdes Lopes - Rosalina Sampaio **Produção de textos** Alunos - Professores - Encarregados de Educação - Assistentes Operacionais - Assistentes Técnicos **Revisão de conteúdos** Eugénia Figueira - Fátima Campos **Imagem** Fátima Campos - Helena Sousa - Lurdes Lopes - Rosalina Sampaio



Quando a Educação

passou de privilégio para uns a Direito para TODOS

Em Abril, tudo mudou!

Desse “tudo”, a Educação é a mais importante mudança.

Houve, desde logo, muitas repercussões imediatas e fundamentais, uma vez que todas as crianças passaram a ter direito à educação gratuita e laica. Se antes a educação era um privilégio reservado a uma minoria elitista, com o **25 de Abril**, os filhos dos pobres que tinham, até então, uma infância curta, por começarem a “trabalhar no duro”, por volta dos 10, 12 anos, para arredondar os parcos rendimentos do agregado familiar e para pôr mais uma colher de caldo na malga de cada um, passam a ter os mesmos direitos que os filhos das classes privilegiadas. O trabalho infantil, que grassava nas zonas rurais e fabris, rarefaz-se e extingue-se. Acaba o flagelo da existência de crianças descalças e rotas, apesar de fabricarem sapatos e roupa. Esbate-se a sina de haver crianças tristes e apáticas, com problemas de raquitismo, subnutrição, mãos cheias de verrugas (ironicamente chamadas de cravos), entre outros males.

É reconhecida uma identidade às crianças, que não era valorizada no modelo de sociedade e educação que se extinguiu.

A médio e longo prazos, o investimento na Educação de todos teve um significativo retorno e impacto na economia e na democracia, devido ao desenvolvimento das competências laborais e ao alargamento do número de pessoas que passa a ter capacidade para o exercício de cargos públicos. A taxa de analfabetismo vai cair a pique e a literacia, numeracia e cidadania registam progressos evidentes.

É um outro Portugal!

A reforma da educação com o fim dos liceus e escolas técnicas e a implementação do ensino unificado foi um passo para uma sociedade inclusiva, mais igualitária e equitativa.

Cometeram-se abusos, exageros, erros?

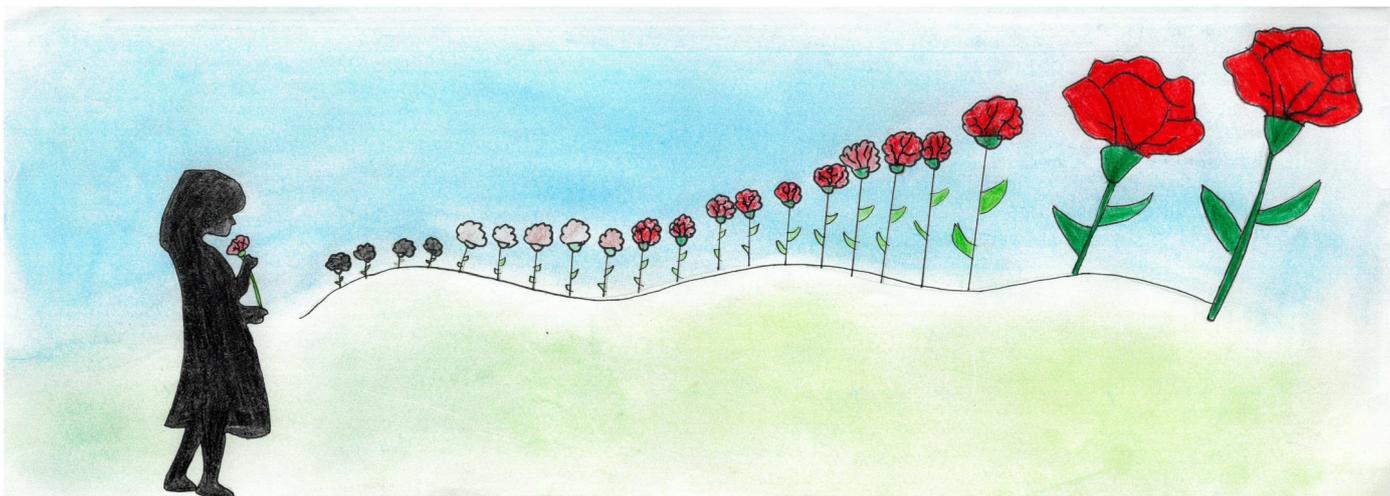
Claro que sim, mas as crianças e jovens portugueses são tratados, doravante, com o respeito que lhes é devido, sendo-lhes facultadas, através da educação, acesso ao saber e à cultura e uma mais ampla possibilidade de ascensão social.

De facto, numa análise comparada entre os dados do passado e os atuais disponibilizados pela POR-DATA sobre a Educação, comprova-se a inegável evolução e democratização do ensino em Portugal, destacando-se os dados referentes à população analfabeta residente com 10 anos e mais que passou de 1 795 210, em 1970, para 292 809, em 2021.

A par desta conquista, podemos relevar, de igual modo, o enorme avanço verificado na alfabetização das mulheres, que tinham sido as maiores vítimas do analfabetismo do tempo da ditadura.

Em 1970, somavam um total de 1 154 220 de analfabetas e, em 2021, eram 198 393.

Outra comparação interessante, embora com datas mais próximas, e já dentro da democracia, é a



evolução da população residente com 30 a 34 anos com o ensino superior completo: em 1998, a percentagem total é de 9,8%, sendo que 12,8% diz respeito às mulheres; em 2023, a percentagem total é de 39,2%, sendo que desta 46,9% é relativa às mulheres. Se a primeira data correspondesse ao período do Estado Novo, estes valores seriam ainda mais reduzidos e o número de mulheres com um curso superior seria residual, visto que o conservadorismo imperava e tinha outros desígnios para as mulheres, o de ser dona de casa, cuidadora do marido e dos filhos, de preferência muitos.

Para estas mudanças no progresso e na modernização do país, um dos fatores decisivos foi o trabalho desenvolvido pelos professores que têm vindo a adaptar-se, recorrentemente, às grandes alterações introduzidas na sua formação, no seu trabalho, na atualização científica, na pedagogia, nas práticas didáticas e nas demais exigências que lhes são impostas.

Nestes 50 anos de democracia, os professores são os elementos das comunidades educativas que conheceram mais reformas e contrarreformas na Educação, com a exigência e desgaste que essas alterações implicam. A chegada ao poder de novos governos conduz, o que não seria sempre necessário, à implementação de novas políticas educativas às quais é cada vez mais difícil corresponder, devido ao envelhecimento e ao desgaste pelos longos anos de carreira da maioria dos docentes.

A sociedade não reconheceu, durante muito tempo, a importância fulcral do trabalho dos professores em prol de toda a comunidade e alguns órgãos de comunicação difundiram, conscientemente ou não, uma visão negativa do corpo docente. Na atualidade, talvez por causa da falta de professores e da sua intensa e justa luta pela dignidade da profissão e da escola pública, o paradigma parece estar a mudar como o prova a campanha de publicidade de uma conhecida editora que presta homenagem a esta classe e reconhece e agradece a ação educativa por ela prestada.

Investir na Educação e na Escola Pública é garantir um Portugal melhor!

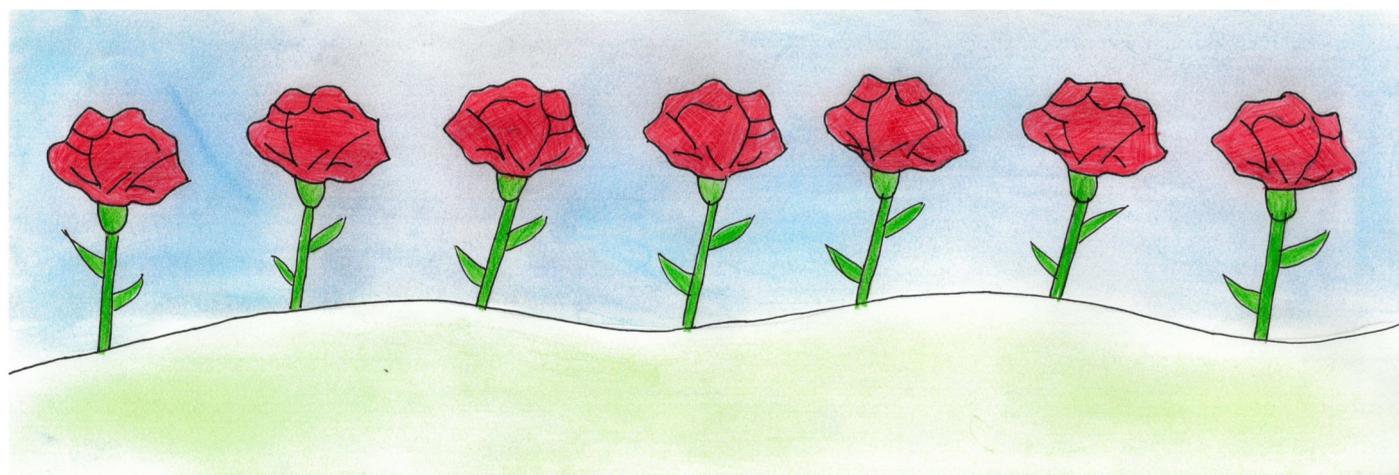
Rosalina Sampaio | Coordenadora da Edição 50 Anos do 25 de Abril
Rita Mendes | Diretora da Escola Secundária São Pedro

Referências

<https://www.pordata.pt/tema/portugal/educacao-17>

<https://pessoas2030.gov.pt/2023/12/07/relatorio-pisa-2023-revela-quebras-no-desempenho-dos-alunos/>

ALINHAMENTO À ESQUERDA - A **inclusão** é uma causa social e cultural que envolve toda a sociedade. Ela torna-se efetiva com a mudança de atitudes e ações, a legislação e os passos necessários. A equipa responsável por esta edição tem sensibilidade por esta causa e pugna com denodo por ela, sendo uma medida tomada a opção pelo **alinhamento à esquerda** dos textos publicados. Especialistas do foro psico-pedagógico consideram os **textos justificados** de difícil leitura e causadores de desconforto e de insegurança, sobretudo nos disléxicos. Na mancha uniforme que se cria, não é fácil distinguir as linhas, pois todas têm o mesmo tamanho. Outra agravante são as diferentes dimensões dos espaços entre as palavras, algumas de tamanho considerável, os "dentes de cavalo", que fazem saltar e misturar letras e palavras, perturbando a leitura e quebrando a ligação entre as palavras, o que complica o entendimento do que se lê. O **alinhamento à esquerda** torna a leitura mais acessível. As linhas com o recorte desigual do lado direito auxiliam a sua identificação. Os espaços simétricos entre as palavras são um facilitador da leitura e da consequente compreensão.



Como me contaram o 25 de Abril de 1974

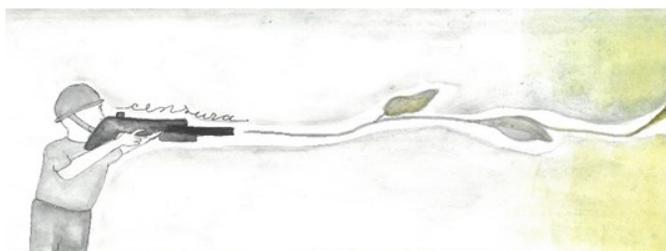
A **25 de Abril de 1974** deu-se em **Portugal** um movimento que ficou conhecido por **Revolução dos Cravos**, contra o regime ditatorial do Estado Novo, nessa data, governado por Marcello Caetano e sendo Presidente da República **Américo Thomaz**.

Viviam-se neste país tempos difíceis. Desde 1933 vigorava o regime político ditatorial do **Estado Novo**, governado por **António de Oliveira Salazar** até 1968. Era uma ditadura, portanto, não havia liberdade. As pessoas eram perseguidas se falassem contra o regime, não podiam ler certos livros que eram censurados e, quando menos esperavam, tinham a **Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)** a bater-lhes à porta para serem interrogadas e, muitas vezes, presas. Toda a comunicação social era censurada, sendo as notícias "corrigidas" antes de serem publicadas. Havia um descontentamento muito grande por causa da **Guerra Colonial** nas colónias portuguesas: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. As colónias, províncias ultramarinas, queriam a independência e a autonomia, mas **Salazar** insistia no domínio sobre estes territórios, afirmando "A Pátria não se discute", o que era reafirmado no slogan dos anos 60 "Portugal uno e indivisível do Minho a Timor". A **Guerra do Ultramar** começa em 1961, no norte de Angola e, em vez de se negociar a descolonização, são enviados da Metrópole (Portugal continental) milhares de soldados e muito armamento pago pelo dinheiro dos impostos. Muitos morreram ou ficaram feridos e incapacitados na inútil **Guerra de África**. Os militares, os **Capitães de Abril**, tomam consciência de que a guerra não é solução para o problema colonial e organizam a **Operação Fim-Regime** para acabar com o Estado Novo e a guerra. É criado o **Movimento das Forças Armadas (MFA)**, que liderou e concretizou o golpe militar e devolveu a democracia ao país.

Na noite de 24 para 25 de Abril de 1974, um grupo de militares, cumprindo o plano do Major **Otelo Saraiva de Carvalho**, instalou-se na Pontinha para começar a revolução. A primeira senha para avisar os participantes de que estava tudo preparado foi a passagem nos Emissores Associados de Lisboa, às 22:55, da canção cantada por Paulo de Carvalho, **E Depois do Adeus**, que tinha representado Portugal no festival da Eurovisão. A segunda senha foi transmitida pela **Rádio Renascença** às 00:20, a canção de intervenção de Zeca Afonso, **Grândola Vila Morena**. Grupos de militares começaram a invadir as estações de Rádio e da RTP e os quartéis militares. No Terreiro do Paço, o Capitão **Salgueiro Maia** teve um papel importante na neutralização de um oficial que era fiel ao regime e queria disparar sobre os soldados que estavam a mudar o regime. As suas tropas invadiram também o **Quartel do Carmo**, onde estava refugiado **Marcello Caetano**, que sucedeu a **Salazar**, como Presidente do Conselho de Ministros desde 1968. Este é obrigado a deixar o poder, a render-se e vai para o exílio no Brasil. Após a tomada do poder, o **MFA** constituiu a **Junta da Salvação Nacional**, que assumiu o governo do Estado. Formaram-se seis governos provisórios, viveu-se um período conturbado, o **Verão Quente**, durante o **Processo Revolucionário em Curso (PREC)**. As eleições para constituir o primeiro governo democrático realizaram-se a 25 de abril de 1976.

Designa-se por **Revolução dos Cravos** porque, quando se deu o golpe militar, uma senhora que estava na rua a vender flores pôs um cravo no cano da espingarda de um soldado. A distribuição dos cravos alargou-se a outros soldados. Mais tarde, as floristas da baixa de Lisboa repetiram o gesto e esta Revolução ficou assim conhecida.

Lucas Oliveira | 7.º D



Mariana Peixoto | 8.º C

Essa palavra

Liberdade...

Todos falam deste dia, sendo que muitas pessoas nem sabem o que se assinala.

Só quem viveu antes deste dia sabe como a revolução foi importante e trouxe mudanças significativas para as gerações seguintes, incluindo a nossa.

A principal mudança foi passar a haver **liberdade de expressão**, pois antes qualquer palavra contra o governo conduzia à prisão ou, pior, ao exílio.

Antes, também havia muita desigualdade entre homens e mulheres. Estas tinham menos direitos e regalias do que os homens. Por exemplo, não podiam viajar para fora do país sem autorização dos maridos, só podiam votar se tivessem concluído o curso secundário, entre outras limitações.

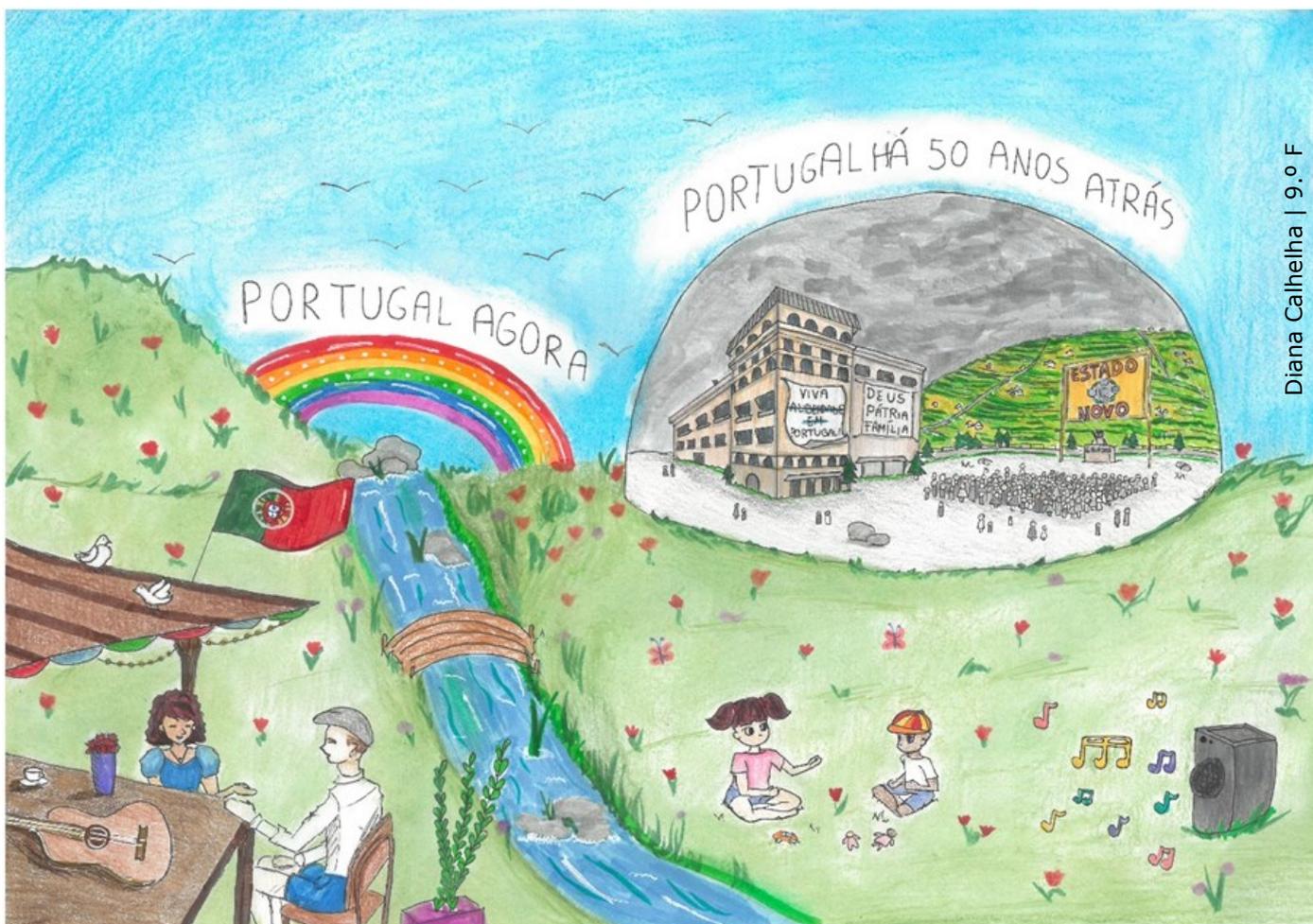
Sinceramente, eu não me imagino a viver naquele tempo, em que não poderia fazer nada.

Por estas, e por muitas outras razões, naquele dia, as pessoas até ficaram sem saber o que fazer/dizer, uma vez que já há 48 anos não tinham tantos direitos.

É por isso que eu acho que deveríamos dar muito mais valor à **liberdade** e à coragem que os militares tiveram quando se revoltaram contra o Estado Novo, pois foi graças a eles que hoje conseguimos ser livres.

Sem **liberdade**, a nossa vida seria opressiva e triste.

Beatriz Cabral | 7.º A



Diana Calheta | 9.º F

Carta Aberta aos Políticos do nosso País

Ex.mos Senhores Políticos que nos governaram, que nos governam e que nos vão governar, comemoramos, este ano, os 50 anos da **Revolução do 25 de Abril de 1974**.

Há 50 anos, nós, os alunos, não éramos nascidos. Há 50 anos, os nossos pais não eram nascidos. Há 50 anos, os nossos avós eram crianças, jovens ou jovens adultos.

São os nossos avós os guardiães familiares da vivência do **antes**, do **durante** e do **depois** de Abril.

O retrato que fazem do Portugal salazarista não é bonito: aldeias e bairros periféricos das cidades sem eletricidade, sem água canalizada, sem saneamento; sem casas-de-banho, casas com chão de terra batida; a coabitação de pessoas e animais de trabalho; o analfabetismo, que atingia mais de metade da população, sobretudo, as mulheres; a taxa elevada da mortalidade infantil e da mortalidade geral; a miséria dominante que levou a surtos de emigração clandestina; a Guerra Colonial, em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau, que se arrastou por treze longos anos, ceifando vidas e estilhaçando outras... Sabemos que esse Portugal está distante. Todos reconhecem o caminho percorrido e as conquistas alcançadas. O progresso registado foi financiado com os impostos dos portugueses e pelas ajudas financeiras da **União Europeia**. Porém, muitos são, ainda, os problemas que persistem no País e, numa reflexão conjunta, identificamos os mais graves. Pesquisamos e comparamos as áreas problemáticas com o que estipula a **Constituição de 1976**, a que está em vigor.

Parte I: Direitos e deveres fundamentais

Título III

Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

CAPÍTULO II - Direitos e deveres económicos

ARTIGO 51.º (Direito ao trabalho)

1. Todos têm direito ao trabalho.
2. O dever de trabalhar é inseparável do direito ao trabalho, excepto para aqueles que sofram diminuição de capacidade por razões de idade, doença ou invalidez.
3. Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse colectivo ou inerentes à sua própria capacidade.

ARTIGO 52.º (Obrigações do Estado quanto ao direito ao trabalho)

Incumbe ao Estado, através da aplicação de planos de política económica e social, garantir o direito ao trabalho, assegurando:

- a) A execução de políticas de pleno emprego e o direito a assistência material dos que involuntariamente se encontrem em situação de desemprego;
- b) A segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos;
- c) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais; (...).

Recolhemos dados atuais que afirmam "mais de 850 mil portugueses entre os 15 e os 39 anos vivem fora de Portugal." Milhares de jovens, muitos com mestrados e doutoramentos, são empurrados para outros países em busca de um trabalho digno e valorizado. O que não há aqui. Os seus filhos vão nascer noutra país e ter outra nacionalidade, que não a portuguesa.

Há muito a fazer!

CAPÍTULO III - Direitos e deveres sociais

Artigo 64.º (Saúde)

1. Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.
2. O direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a protecção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo.
3. Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:
 - a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
 - b) Garantir uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o país; (...).

A Saúde é notícia recorrente e é raro que seja por bons motivos, bem pelo contrário: milhares de pessoas sem médico de família e, muitas delas, passam noites ao relento para tentar marcar uma consulta; sobrelotação dos hospitais e as longas horas de espera por atendimento; especialidades que fecham e obrigam os doentes a percorrer quilómetros desconfortáveis e difíceis.

Há muito a melhorar! Há muito a construir!

CAPÍTULO III - Direitos e deveres sociais

Artigo 65.º (Habitação e urbanismo)

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.
2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:
 - a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
 - b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; (...).

O preço das casas, quer seja para comprar ou para arrendar, não cessa de subir, tornando cada vez mais difícil aos jovens saírem da casa dos pais e constituírem família. O investimento na construção de habitações sociais devia ser maior dada a enorme carência que existe.

CAPÍTULO III - Direitos e deveres sociais

Artigo 66.º (Ambiente e qualidade de vida)

1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.
2. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:
 - a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;
 - c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; (...).

Aqui, no concelho de Vila Real, o maior problema são os incêndios florestais que destroem fauna e flora e deixam o solo desprotegido e indefeso perante as chuvas e ventos fortes do inverno. O **Alvão** ainda está pintado de negro devido ao incêndio tremendo e devastador de agosto de 2022. Não há sinais de reflorestação, grande parte da serra está nua, só pedra. O rio Corgo ainda recebe efluentes de esgotos, o que lhe confere, em certos lugares, um cheiro desagradável e prejudica a vida que nele e à volta dele, se desenvolve.

Há muito a proteger!

CAPÍTULO IV - Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º (Educação e cultura)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.

O acesso à educação está assegurado, no entanto, há milhares de alunos que passam períodos ou mesmo anos letivos sem professores a uma ou mais disciplinas. A falta de professores e o envelhecimento da maior parte dos que estão a lecionar, e que é responsável por muitos atestados médicos, têm de ser solucionados. O sucesso escolar e a inclusão, ainda, não são para todos. Deviam ser. Os nossos horários são muito pesados, devíamos ter menos aulas.

Há muito a reformar!

Nota de defesa da democracia: Há outro vício terrível que corrói e enferma a democracia e que é muitas vezes notícia, a corrupção que assume muitas formas: populismo, partidarismo, amiguismo...
Há que combatê-la!

Nota de escrita: O texto da Constituição de 1976 foi transcrito como está no original e não obedece às regras do **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa** de 1990, que entrou em vigor em maio de 2009, em Portugal.

Alunos do 9.º F | História

Referências

<https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>

https://run.unl.pt/bitstream/10362/19487/1/JBG_UFMS_2015.pdf

<https://portal.oa.pt/cidadaos/direitos-dos-cidadaos-instrumentos-fundamentais/constituicao-da-republica-portuguesa/>



A Guerra Colonial



Afonso Pinto | 9.º H

Afonso Pinto 94

Fomos visitar o Museu do RI 13

A **Comissão Nacional do 50.º aniversário do 25 de Abril**, à qual preside o Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, e que tem como Comissária a Professora Maria Inácia Rezola, doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, está em plena atividade e o seu trabalho vai prolongar-se nos próximos anos dada a relevância das comemorações:

- 25 de Abril de 1974 - **Revolução do 25 de Abril**, que põe fim aos longos anos do Estado Novo e inicia a 3.ª República Portuguesa*;
- 25 de Abril de 1975 - **Eleições para a Assembleia Constituinte**, encarregada de elaborar a nova Constituição;
- 25 de Abril de 1976 - **Primeiras eleições legislativas livres** e entrada em vigor da **Constituição de 1976**, aquela que continua vigente.

Para conhecer e ter a dimensão certa do que vai mudar com o **25 de Abril**, é necessário saber que, antes, havia, entre outros grandes problemas, a guerra em África.

* A designação de 2.ª República atribuída ao Estado Novo não é consensual. Para alguns politólogos e historiadores a República atual, a que teve início em Abril de 1974, é a 2.ª República.

Foi a primeira vez que fui ao **RI 13** e visitei o seu Museu. Fiquei admirada com os anos que algumas peças expostas já têm e com a ação do tempo sobre elas, como observei no estandarte que o RI 13 utilizou na **Batalha de La Lys** que está esfiapado e com as cores já muito desmaiadas. Já tem 106 anos! As *chaimites* pareceram-me desconfortáveis e claustrofóbicas. Não gostaria de estar dentro delas. A mala do barbeiro utilizada na Guerra Colonial era uma “caixa” de surpresas com utensílios que eu não conhecia.

Comparamos diferentes tipos de fardas militares e constatamos que as mais antigas (das Guerras Peninsulares) eram em tecido grosso, o que as tornava muito pesadas e desconfortáveis. Foram evoluindo e a nova farda, que o Senhor Tenente-Coronel Teixeira envergava no dia em que realizamos a visita, é muito mais prática e confortável e as botas já não são pesadas e herméticas como as anteriores, que contribuíam, como aprendemos nas aulas de História, para o “pé das trincheiras”, que foi responsável pela amputação de pés a muitos soldados da I Guerra Mundial.

Admiro a coragem dos militares que colocam a sua vida em risco ao serviço dos outros e do país a que pertencem, mas esta vida não é para mim!

Esta **Guerra Colonial** (também designada pelos portugueses por **Guerra Ultramarina** ou **Guerra do Ultramar**) era para os africanos a **Guerra da Libertação**, estava num impasse. Os próprios militares já tinham constatado que a guerra não era a solução para o problema colonial, como o General Spínola refere no seu livro **Portugal e o Futuro**. Este foi o motivo principal para o golpe militar desencadeado no **25 de Abril**.

Norteadas por estas premissas, as turmas do 9.º ano e do 10.º e 12.º anos de Humanidades realizaram, na semana de 13 a 17 de novembro, visitas guiadas ao **Museu do Regimento de Infantaria 13 (RI 13)** para descobrir o espólio da participação deste Regimento na **Guerra do Ultramar**.

Esta visita, orientada e esclarecida pelo Tenente-Coronel Teixeira, foi, ainda, uma oportunidade para rever e aprofundar conhecimentos sobre a participação portuguesa na “I Guerra Mundial” e, dentro dela, a mítica, sangrenta e longa **Batalha de La Lys** (de 7 a 29 de abril de 1918), perto do rio com o mesmo nome, e que se estendeu à aldeia de *La Couture*, na fronteira franco-belga, na região da Flandres.



Mala de barbeiro utilizada na Guerra Colonial.

Na minha família, há quatro militares. Talvez por isso, já conhecia o **RI 13** de uma visita realizada quando andava no 1.º ciclo, embora já não tivesse memórias precisas desse acontecimento. No Museu, há muitas peças adquiridas desde então, como objetos relacionados com missões de paz em diferentes partes do mundo.

Gosto de conhecer os equipamentos militares e o armamento e até tenho uma coleção de aeronaves de guerra e de transporte. Gostei de conhecer melhor as *Pandur* que, em Portugal, substituíram as *chaimites* que estavam ativas e foram utilizadas na **Revolução do 25 de Abril de 1974**.

O fascínio por estas máquinas e esta visita acentuaram a vontade de entrar na Academia Militar e de fazer o curso de engenharia mecânica para poder trabalhar com estas máquinas. O poder que uma visita de estudo pode ter!

Afonso Morais | 9.º H



Quadro de dupla face para ensinar as letras (pautado) e os números (quadriculado).

Ficamos surpreendidas com a existência de aulas regimentais, nos quartéis, antes da **Revolução do 25 de Abril de 1974**. Elas eram imprescindíveis e ocorriam devido ao elevado número de pessoas analfabetas, o que era uma das marcas identitárias do Estado Novo. O quadro de lousa, rotativo e com dupla face, uma quadriculada para os números e operações aritméticas e a outra com linhas para as letras e a escrita, era diferente dos quadros atuais e nele ainda se utilizava giz para escrever. A carteira de dois lugares, em madeira, de certeza era idêntica àquelas em que os nossos avós se sentaram. Conhecer o processo do ensino dos pesos e medidas com o recurso a copos de madeira para determinar a medição dos líquidos, dos cereais e das leguminosas secas foi inusitado e algo extraordinário para nós. Aprendemos a distinguir guiões (estandarte de uma missão), estandarte (identifica um regimento) e bandeira.

Conhecemos as duas *chaimites*, idênticas às utilizadas na **Revolução do 25 de Abril**, que o **RI 13** tem, mas que já não estão operacionais, e as *Pandur* atuais, as viaturas de transporte e combate que utilizam e que existem em cinco versões.

Beatriz Garcia - Mafalda Sousa | 10.º G

Foi muito agradável desfrutar desta visita de estudo, não só pela oportunidade de sairmos da sala de aula, mas também porque ela representava a possibilidade de vermos a participação do **RI 13** na **I Guerra Mundial** e na **Guerra em África**.

Entre as memórias preservadas nos objetos expostos, protagonistas da vida quotidiana em África de muitos soldados transmontanos, detivemo-nos:

- na mala-altar que o capelão (padre e militar) transportava e permitia celebrar a eucaristia em qualquer lugar. Bastava abrir a mala, e o altar, com as alfaías religiosas essenciais ao ritual, estava pronto;



Mala-altar para as celebrações religiosas no mato



Recipiente para purificar a água

- nos recipientes de esmalte, utilizados em África, nos quais se procedia à purificação da água, tornando-a potável através do cloro, o qual agia durante 30 minutos, período de tempo em que matava os vírus, as bactérias e os parasitas que eram transmissores de doenças que podiam ser incapacitantes ou mesmo fatais.

- na máquina de projetar filmes e documentários, que tinha utilidade prática, pois, através dela, podiam visualizar e estudar informação importante para definir táticas e tomar decisões fundamentadas, mas que também tinha um carácter lúdico, porque preenchia alguns momentos do lazer possível com filmes que afastavam, enquanto duravam, o monstro da guerra e podiam mesmo provocar algumas gargalhadas. A máquina que vimos não tem nada a ver com as atuais e concluímos que a tecnologia tem evoluído de forma assombrosa.



Máquina de projetar filmes ...

Na **Revolução do 25 de Abril**, o **RI 13** não teve intervenção direta, pois os acontecimentos foram, sobretudo, em Lisboa, mas, nos dias subsequentes, houve episódios, como a destituição do Presidente da Câmara de Murça, o que gerou uma revolta popular e obrigou à formação de uma companhia para atuar se fosse necessário. Felizmente, não foi: **O Povo é Sereno!**

Pedro Santos - Salvador Rodrigues | 10.º G

Referência

<https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/cft/brigint/ri13>

Igualdade no acesso à Educação

Maria **não** vai com as outras!



Nota Introdutória

Ao longo dos anos de escolaridade nesta Escola, um grupo de alunas fez uma sistemática pesquisa e recolha de informação sobre os domínios **Direitos Humanos, Igualdade de Género, Mundo do Trabalho** da disciplina/componente transversal de **Cidadania e Desenvolvimento**.

As mudanças na educação foram sempre a referência central para todo esse trabalho. No ano letivo de 2020/2021, a criação da **Comissão para a Comemoração dos 50 anos do 25 de abril** afirmou, como tema, as diferenças do ensino **antes e depois** da **Revolução dos Cravos**, nas escolas, sobretudo, comerciais e industriais, como era a **São Pedro**. Decidiu-se ir por aí. Convidaram-se antigos professores, que lecionaram antes do 25 de abril, assim como ex-alunos (alguns são encarregados de educação, neste momento) para conhecer a realidade do ensino de antanho e fez-se a subsequente comparação com o ensino na atualidade. As pesquisas bibliográficas e *webgráficas* esclareceram as dúvidas e acrescentaram algumas singularidades. Sobressaíram como características dominantes: a discriminação no acesso à educação das raparigas; a separação absurda imposta entre raparigas e rapazes nas escolas, realidades ultrapassadas, mas que continuam difíceis de entender.

A **III República Portuguesa**, aquela que está em vigor, democratizou a educação e deu a todos(as) as mesmas oportunidades a nível educacional e profissional. Portugal é um dos melhores países para se ser rapariga. A educação tornou-se o elevador social mais importante, ao garantir a igualdade no acesso à educação e o sucesso de todos. Todavia, há progressos a fazer, até porque a pandemia da Covid-19 *avariou* esse extraordinário processo de ascensão social.

A divulgação do trabalho feito é um exercício de cidadania e uma chamada de atenção para a importância de preservarmos e cultivarmos a democracia. Ela está sujeita a perigos e tormentas e temos a obrigação de trabalhar e lutar para que seja efetiva e inclusiva.

25 de abril sempre! Fascismo nunca mais!

Ser rapariga no Estado Novo

Naquela manhã de quarta-feira, dia 6 de outubro de 1971, quando no seu passo miúdo e estugado, Rita Maria de Assis Velasco se dirigia para o primeiro dia de aulas na **Escola Industrial e Comercial** de Vila Real, sentia o seu coração acelerado como um “cavalo louco” e um nó de emoção que teimava em morar na sua garganta. Apetecia-lhe soltar os cabelos e o grito de vitória que re-freava e sufocava, mas também a impelia para a concretização do sonho, desejo, projeto, tudo isso e muito mais: CONTINUAR A ESTUDAR!

Após o 1.º e o 2.º anos do ciclo preparatório, feitos pela Telescola, teve de travar uma batalha dura, insistente e desgastante com a família, em especial com o pai. Só o irmão Francisco, dois anos mais velho, advogou a sua causa. Rita tinha uma ânsia constante de aprender, tivera sempre um excelente desempenho escolar. A curiosidade inata levava-a a absorver com avidez o conhecimento de tudo e em tudo.

Habituada a uma observação minuciosa e processamento rápido da informação, cedo se apercebeu de que, na sua família, as mulheres tinham como escolaridade a 4.ª classe, enquanto os homens, na maioria, possuíam um curso superior, quase todos bacharéis ou licenciados em Direito. Antevendo o seu futuro, começou uma revolta “miudinha” a gerar-se na sua mente e assumiu algumas atitudes de contestação:

- questionava o facto de somente as raparigas limparem a casa, tratarem da roupa, cozinharem e não poderem sair com os amigos à noite. Os irmãos não faziam tarefas domésticas e tinham a

liberdade de sair com quem quisessem.

Ocupava muito do seu tempo a pensar numa forma de fugir à condição de dona de casa. Não a queria para si! Guardava e calava a vontade de vir a ser juiz, profissão interdita às mulheres pelo regime político que vigorava, o Estado Novo. (...)

O Pai (...), depois da refeição, tirou uns papéis do bolso do casaco, entregou-os à Rita e declarou:

- Matriculei-te no Curso de Formação Feminina, assim, faço-te a vontade! Não me peças mais! Rita recolheu as folhas e leu, num lustro, toda a informação. Descobriu que esse curso foi criado pelo Decreto-Lei de 15 de dezembro de 1960, para dar às raparigas os “conhecimentos necessários para serem boas esposas e mães de família”. Nele aprendem a “organizar a casa, a dirigir o orçamento familiar, a cozinhar, a confeccionar peças de roupa, a bordar, a cuidar de bebés.” As disciplinas eram: Português, Francês, Matemática, Economia Doméstica, Geografia, Datilografia, entre outras.

O curso tinha duas modalidades de formação:

- uma, de 3 anos, formava mestras de trabalhos manuais femininos e labores;

- outra, de 4 anos, dava entrada direta nas escolas do Magistério Primário onde se formavam os professores das escolas primárias.

Não era o que a Rita ambicionava, mas era o que tinha e, no seu íntimo, sabia que não ficaria por este curso. Agradeceu ao pai e aguardou o início das aulas. Tudo isto explica o seu alvoroço no caminho para a Escola.



Havia duas entradas - uma para as raparigas e outra para os rapazes.



Nas aulas, os rapazes sentavam-se à frente e as raparigas atrás.

Ao entrar, reparou e admirou a escultura d' **A Menina a Ler**, considerando que a educação das mulheres era desejada e batalhada por muitos. O Mundo estava a mudar e ela fazia parte dessa mudança. A "efervescência" em que estava, nos primeiros dias, não a impediram de reparar em alguns pormenores/pormenores que a deixaram intrigada e, sobretudo, indignada: havia entradas diferentes para as raparigas e para os rapazes; existiam cursos masculinos (marcenaria, serralharia, eletricidade...) e cursos femininos

(Datilografia, Secretariado, Formação Feminina...). As raparigas tinham sobretudo professoras e os rapazes professores. Quando conheceu o **Regulamento dos Alunos**, cujos deveres principais estavam registados no **Cartão-Horário**, considerou a maioria das regras muito discriminatórias. Não disse nada nas aulas, aliás, os alunos pouco ou nada podiam intervir, a menos que fossem inquiridos pelos professores, mas começou a pensar em como as desafiar.



Nos intervalos, os rapazes e as raparigas ocupavam espaços diferentes.

Ser Rapariga e Mulher no Portugal Democrático



Deixou de haver canções proibidas!

As escolas mudaram muito no pós-**Revolução do 25 de abril**. Tudo aquilo que Rita considerou errado e contestou teve o seu fim.

A mesma entrada serve para rapazes e raparigas, as turmas passaram a ser mistas, deixaram de existir cursos só para rapazes e outros só para raparigas. Os mestres foram equiparados a professores e puderam, finalmente, entrar na Sala dos Professores...

O ensino, baseado, em grande parte, na reforma do Ministro Veiga Simão, do tempo do marcelismo, democratizou-se, passou a ser um direito acessível a todos. Os currículos mudaram, criaram-se disciplinas e cursos. Os alunos mais carenciados são subsidiados para poderem continuar a estudar...

E a Rita? A Rita, ativista como ela era, aderiu com entusiasmo às novas mudanças. Voluntariou-se para ajudar a retirar de todas as salas de aula os retratos pendurados por cima do quadro a giz: o de Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros e de Américo Thomaz, Presidente da República, ambos depostos pela Revolução. Candidatou-se ao cargo de Delegada de Turma e foi eleita, tendo exercido o cargo de forma inovadora e exemplar. Apresentou lista para a **Associação de Estudantes** com um programa nunca visto, mas a lista adversária venceu, com quatro votos de diferença. O vencedor, reconhecendo as competências extraordinárias da Rita e a excelência

do seu programa, convidou-a, com a unanimidade dos outros membros da **Associação de Estudantes**, para Vice-Presidente, convite que ela aceitou e, através dele, propôs e realizou variadíssimas atividades como palestras, sessões de esclarecimento, concursos, campanhas de solidariedade e de voluntariado, ciclos de cinema...

A Rita, como todas as outras raparigas, pôde prosseguir estudos e, no ensino superior, não tirou Direito, não foi para juiz, preferiu o curso de Línguas, Literaturas e Culturas, na UTAD, lecionou na Escola que frequentou, que, entretanto, foi rebatizada com um novo nome, integrou equipas executivas, fez a especialização em Gestão Escolar e foi Diretora da "sua" Escola. (...)

Na atualidade, a Rita vive no Porto, deixou o ensino e lidera uma ONG que apoia e incentiva a educação das meninas em países que ainda lhes negam esse direito e luta contra o casamento precoce de meninas com homens muito mais velhos que as "compram" às respetivas famílias. Quando vem a Vila Real, faz questão de se deslocar à Escola para saudar **A Menina a Ler**, de quem guarda as melhores recordações. Ambas gostam desses encontros silenciosos que tanto dizem!

Esta história tem um final feliz, mas muitas outras, muitas mesmo, não tiveram!



Os namorados já não tinham de se esconder.

Inclusão de TODOS

Professor(a),

posso ir à casa de banho?

Foi notícia e tema de debates e artigos de opinião o projeto-lei n.º 38/2018 do PS - **Direito à auto-determinação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa**, que visa assegurar o direito à autodeterminação da identidade de género e à proteção das características sexuais dos alunos, garantindo a qualquer aluno a liberdade de frequentar a casa de banho que quiser e na qual se sinta mais confortável. Essa opção, que não abrange todas as instalações sanitárias das escolas, já é prática em vários estabelecimentos de ensino, inclusive na Escola Secundária São Pedro e não foi necessário disponibilizar verbas para a concretizar. Os opositores à nova determinação fizeram surgir uma petição pública designada: **Não queremos que as crianças e jovens sejam obrigados a partilhar os WCs e balneários com pessoas fisicamente do sexo oposto**, e que acusa o novo diploma de **oficializar a ideologia de género nas escolas**. Esta petição recolheu milhares de assinaturas. Deputados do PSD, PS e CDS, num total de 86, pelo facto de considerarem que este diploma devia ter sido elaborado pela **Assembleia da República** e não pelo Governo, solicitaram ao **Tribunal Constitucional** que o analisasse. O resultado foi este órgão ter chumbado duas normas do **artigo 12.º Educação e Ensino 1 - O Estado deve garantir a adoção de medidas no sistema educativo, em todos os níveis de ensino e ciclos de estudo, que promovam o exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características**

sexuais das pessoas, nomeadamente através do desenvolvimento de:

a) Medidas de prevenção e de combate contra a discriminação em função da identidade de género, expressão de género e das características sexuais; (...)

c) Condições para uma proteção adequada da identidade de género, expressão de género e das características sexuais, contra todas as formas de exclusão social e violência dentro do contexto escolar, assegurando o respeito pela autonomia, privacidade e autodeterminação das crianças e jovens que realizem transições sociais de identidade e expressão de género; (...)

*2 - Os estabelecimentos do sistema educativo, independentemente da sua natureza pública ou privada, devem garantir as condições necessárias para que as crianças e jovens se sintam respeitados de acordo com a identidade de género e expressão de género manifestadas e as suas características sexuais. (...), que corroboravam as suspeitas dos deputados que pediram a análise deste projeto legislativo, visto que se tratava de "uma lei em matéria de direitos, liberdades e garantias" que competia à **Assembleia da República**. Em reação, o BE e o PAN apresentaram propostas para se ultrapassar o chumbo do **Tribunal Constitucional**. Nestas novas iniciativas, estendia-se a lei aos assistentes operacionais/técnicos e professores, o que diferia da iniciativa socialista. Face à polémica gerada, o Ministério da Educação emitiu um esclarecimento, houve algumas intervenções muito incisivas e mesmo contundentes na rejeição que expressaram. O projeto-lei foi vetado pelo*

Senhor Presidente da República, Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, apresentando como argumentos a necessidade de sofrer ajustes e adaptações, tendo em conta, por exemplo, a idade das crianças e dos adolescentes e o facto de não terem sido ouvidos os pais e encarregados de educação. Por causa das dúvidas levantadas a diversos níveis e difundidas, muitas delas, pelos órgãos de comunicação social e a petição pública, o Ministério da Educação esclareceu que: ***Não está em causa, como é evidente, um uso livre de espaços [casas de banho e balneários], mas, sim, a salvaguarda da privacidade e intimidade de jovens em situações muito particulares***

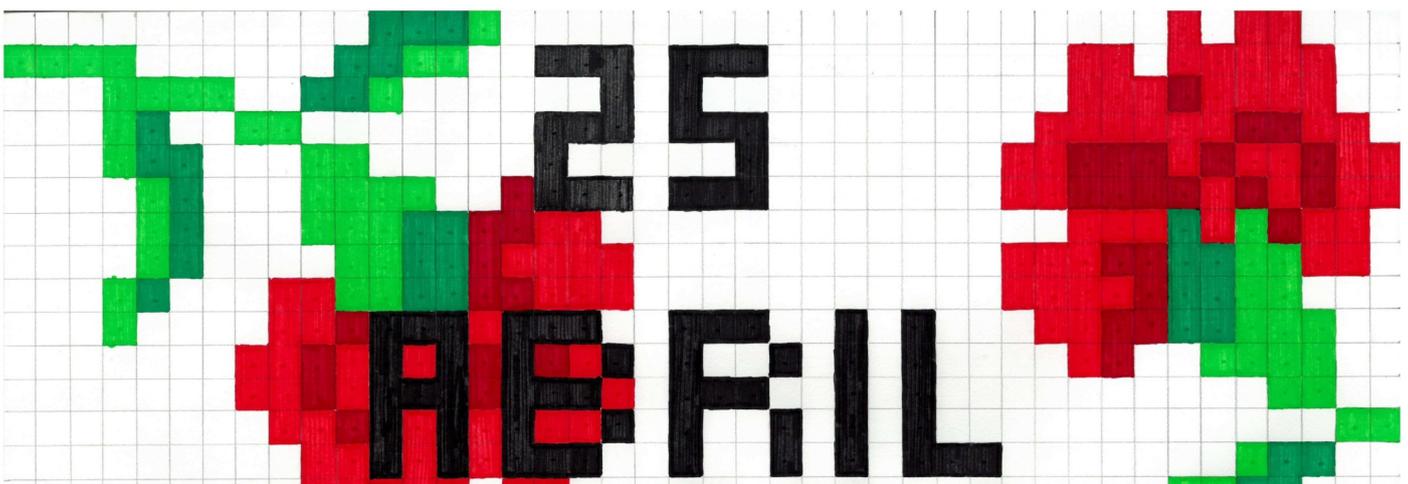
Na casa de cada um, há partilha dos espaços sanitários entre homens e mulheres, estamos, pois, habituados a dividir a casa de banho com pessoas de género diferente do nosso, embora não seja em simultâneo, como acontece nos mictórios escolares. No meu caso, devo afirmar que o único problema é mesmo a gestão do tempo que cada um lá passa, nas horas de ponta, e uma ou outra toalha molhada e abandonada no chão. Estou de acordo com a ideia de haver casas de banho mistas na nossa Escola. Independentemente do género ou da orientação

sexual, qualquer pessoa poderá ter acesso a uma casa de banho da Escola na qual se sinta confortável. Devemos salientar que esta iniciativa da Assembleia da República tem como principal objetivo promover a inclusão e combater a discriminação.

Alexandre Fraga | 7.º B

Na minha opinião, a escola deve ser um espaço livre e seguro, onde existe respeito entre todas as pessoas. As casas de banho são um lugar onde as pessoas não binárias são discriminadas. Sendo assim, acho que a existência de uma casa de banho não binária é a resolução mais correta. Porém, há vários constrangimentos que não podem ser ignorados. Nos dias de hoje, ocorrem grandes mudanças na sociedade, muitas vezes imprevisíveis, e não podemos descartar a hipótese de alguém com más intenções se aproveitar das casas de banho não binárias/mistas para cometer algum tipo de abuso.

Beatriz Fernandes | 7.º B



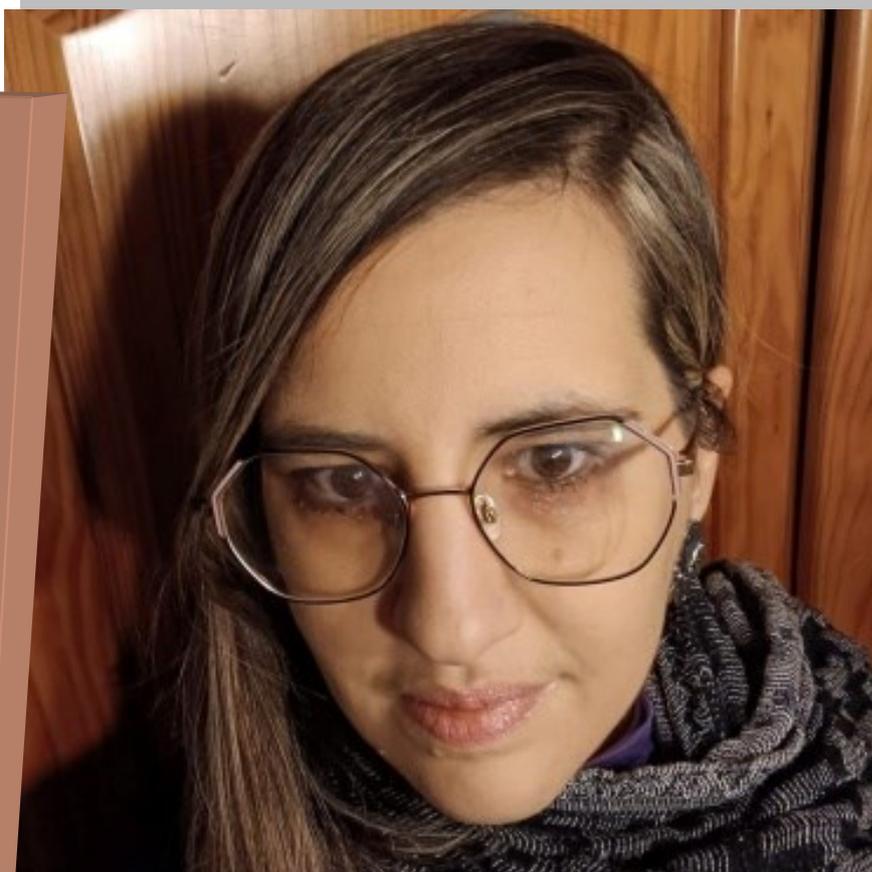
Maria | 8.º H

Referência

<https://www.publico.pt/2019/08/21/sociedade/noticia/nao-sera-vontade-alunos-determinar-casas-banho-vaio-sim-sexo-pertencem1884076> (consultado em 26/01/2024)

Inclusão de TODOS

Pelos Empreendedores com Deficiência,
SEMPRE!



Irisalva Silva Mota, ex-aluna da Escola Secundária São Pedro, sou licenciada e Mestre em **Serviço Social**, pela **Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)**. aguardo, no momento, a data para a defesa pública da minha tese de doutoramento. Exerço a minha atividade profissional numa **Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)**, em **Vila Real**.

O trabalho precedente à escrita deste artigo está diretamente associado à elaboração da minha tese de doutoramento em **Desenvolvimento, Sociedades e Territórios (UTAD)**. Tem como título **Empreendedores com deficiência: perfil, percepções e inclusão social**, sob a orientação da Professora Doutora Carla Marques, do Professor Doutor Octávio Sacramento e do Professor Doutor Rui Silva.

O campo do **empreendedorismo** tem vindo a suscitar interesse de diversos atores da sociedade, sejam eles pessoas ligadas aos governos, grupos de cidadãos, associações e instituições. (Defourny & Nyssens, 2010). Tradicionalmente o **empreendedorismo** seria desenvolvido por um grupo pertencente à maioria da sociedade. Com isto, foi-se desvalorizando o trabalho desenvolvido por minorias. Ao longo das últimas décadas, os grupos minoritários têm vindo a desenvolver um excelente trabalho ao nível do **empreendedorismo** - nomeadamente as pessoas com deficiência. Deste modo, torna-se imperioso estudar o **empreendedorismo** desenvolvido por pessoas com deficiência. Dentro dessa atividade desenvolvida, existem diversas temáticas que poderão ser alvo de estudo (Mota et al, 2020).

De salientar que, na sociedade atual, as pessoas com deficiência são, muitas vezes, ostracizadas e veem as suas reais capacidades desvalorizadas. Isto pode advir da interpretação do conceito/ significado do que é "normal". Com características que os diferenciam dos demais, estas pessoas são muitas vezes excluídas das várias atividades comuns da sociedade, incluindo a criação de empresas ou criação do próprio emprego (Becker, 2008). No entanto, a maioria destes indivíduos luta pelos seus direitos e pela sua inclusão social (Martin & Honig, 2019).

Um dos problemas que afeta as pessoas com deficiência é o desemprego. Em relação à população em geral, a taxa de desemprego (2021) das pessoas com deficiência era superior em 4,2%. No ano seguinte, verificavam-se menos 620 pessoas com deficiência em situação de desemprego. O gráfico n.º 1 auxilia a análise à evolução do desemprego nas pessoas com deficiência.

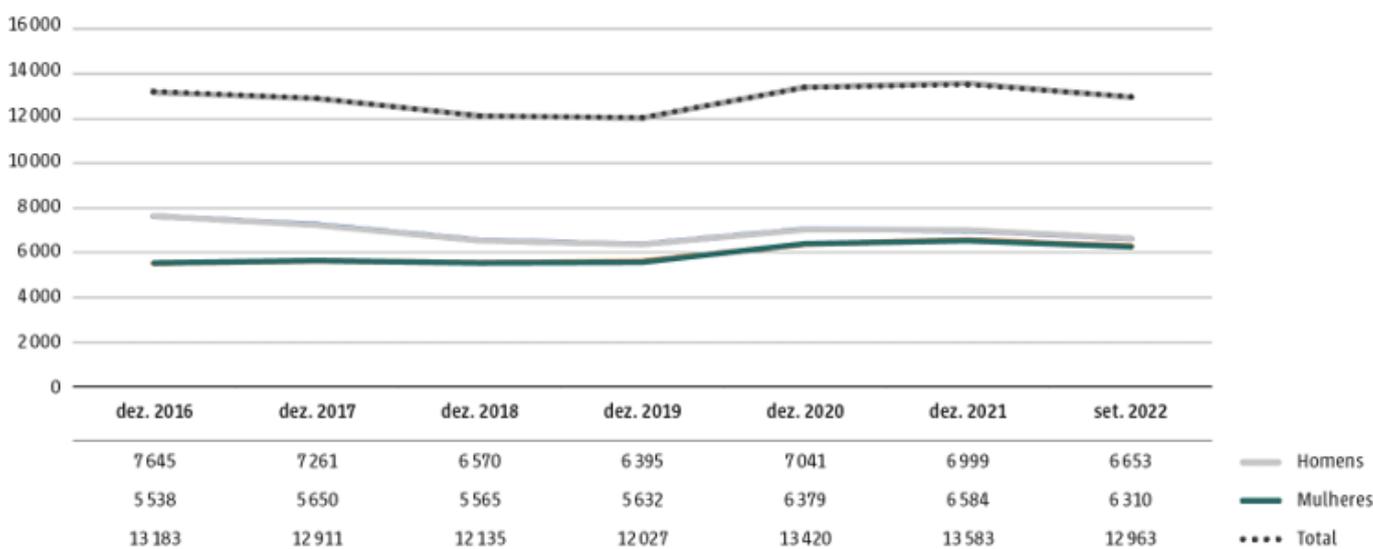


Gráfico n.º 1 - **Evolução do desemprego registado nas pessoas com deficiência (Portugal continental)**

Fonte: Pinto, Neca & Bento (2023). *Pessoas com deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos*.

Vemos que o seu discurso é riquíssimo, focado em diversos aspetos da sua vida e do seu percurso enquanto **empreendedor**.

Para finalizar, alerto o(s) leitor(es) para o facto de a perceção em relação ao **empreendedor** com deficiência merecer um novo olhar. Estamos perante indivíduos que não se conformaram perante um diagnóstico médico e que foram à luta pelo

seu lugar na sociedade, que, por vezes, ainda os estigmatiza e não lhe dá o devido valor. A **inclusão** é um papel que deve ser desempenhado por todos e para todos. Oxalá consigamos finalmente valorizar a pessoa, independentemente da sua condição física/psicológica/social.

Pelos Empreendedores com Deficiência, SEMPRE!

Bibliografia

- Alvord, S. H., Brown, L. D., & Letts, C. W. (2004). Social entrepreneurship and societal transformation: An exploratory study. *The journal of applied behavioral science*, 40 (3), 260-282.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both?. *Entrepreneurship theory and practice*, 30 (1), 1-22.
- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Casado, A. B. F. & Casáu, P. M. (2019). Physical accessibility, key factor for entrepreneurship in people with disabilities. *Suma de Negocios*, 10(SPE22), 58-64.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2010). Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. *Journal of social entrepreneurship*, 1(1), 32-53.
- Harris, S. P., Renko, M., & Caldwell, K. (2013). Accessing social entrepreneurship: Perspectives of people with disabilities and key stakeholders. *Journal of Vocational Rehabilitation*, 38 (1), 35-48.
- Instituto Nacional de Estatística (2021). *Censos 2021 Resultados Definitivos – Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Kocaalan, M. L. (2015). Entrepreneurship case study of individuals with down syndrome–smiling faces. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 195, 1255-1260.
- Lin, Z., Zhang, Z. A., & Yang, L. (2019). Self as enterprise: digital disability practices of entrepreneurship and employment in the wave of 'Internet+ disability' in China. *Information, Communication & Society*, 22(4), 554-569.
- Martin, B.C. & Honig, B. (2019). Inclusive management research: Persons with disabilities and selfemployment activity as an exemplar. *Journal of Business Ethics* 10.1007/s10551-019-04122- x.
- Mota, I., Marques, C., & Sacramento, O. (2020). Handicaps and new opportunity businesses: what do we (not) know about disabled entrepreneurs?. *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*, 14(3), 321-347.
- Pinto, P., Neca, P. & Bento, S. (2022). *Pessoas com deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos*. Instituto superior de ciências sociais e políticas, Lisboa



Escolas: **da Nomeação** **à Eleição**

No projeto **Em Busca do 25 de abril em Arquivo**, os alunos do 10.º ano de Humanidades percorreram e investigaram lugares de memória nos quais se guarda o passado e os documentos que o moldaram. A sua busca centrou-se no Estado Novo e nas grandes mudanças que o **25 de Abril** ofereceu ao país e às novas gerações de portugueses, que tiveram o direito legítimo de nascer e viver em democracia. A longa caminhada conduziu-os a espaços que desconheciam e aos quais passaram a reconhecer a relevância que lhes é devida. São eles:

o **Arquivo da Escola** (para conhecer a gestão e funcionamento das escolas antes e depois de Abril), o **Arquivo Municipal** (para conhecer o poder autárquico antes e depois de Abril) e o **Arquivo Distrital** (para conhecer aspetos de diversas instituições e as alterações que Abril trouxe).



Beatriz Eira | 10.º C

Arquivo da Escola

Não sabíamos que a Escola tinha um Arquivo e não imaginávamos que aquela porta perto do ginásio era o acesso a tanta informação guardada.

A arquivista do **Arquivo Municipal**, que nos acompanhou na primeira aula de conhecimento do nosso Arquivo, rejeitou a designação de *Arquivo-Morto*, que considera errada porque ele ainda é utilizado. Concordamos! Descobrimos factos interessantes e que nos eram desconhecidos:

- há estantes corridas, a ocupar a parede mais longa, do teto ao pavimento, com fileiras de inúmeros exemplares do **Diário da República**, jornal oficial da **República Portuguesa**, desde 10 de abril de 1976, no qual são vertidas as leis para ficarem registadas e entrarem em vigor, no nosso país;

- quando o número de **Diários da República** já era substancial, procedia-se à sua encadernação para facilitar o seu manuseamento e arquivamento e para os proteger. Na atualidade, só há a edição digital, embora esteja estipulado *que fiquem depositados na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e em outras entidades que têm esse dever, três exemplares impressos das duas séries do jornal;*

- em 1974-75-76, por causa da **Revolução do 25 de abril**, da passagem de um regime político

ditatorial para um regime político democrático, houve uma avalanche de leis e, por isso, o número de **Diários da República** desses anos é, extraordinariamente, vasto;

- lemos excertos de alguns despachos e portarias sobre as alterações na gestão das escolas. Para passar da nomeação dos Diretores/Reitores do Estado Novo para a eleição dos Presidentes Executivos, formaram-se duas comissões provisórias e sucessivas - a primeira era composta por professores que tinham integrado a equipa administrativa anterior e novos elementos e a segunda, só com estes últimos, que vão organizar as primeiras eleições democráticas nas escolas;

- lemos excertos das primeiras atas dos conselhos pedagógicos e das comissões provisórias educativas de 1974.

Faziam-se reuniões em catadupa. Os representantes de alunos e dos funcionários participavam e intervinham nestas reuniões. Havia um Representante dos alunos muito interventivo, tentamos recolher o seu testemunho, mas não encontramos receptividade, no entanto, o que ficou exarado nas atas dá-nos um retrato vivo daqueles tempos conturbados e incertos, durante os quais os principais protagonistas da educação nas escolas: professores, alunos, funcionários e encarregados de educação reconfiguram as relações entre eles e o poder de decisão e ação passa a ser distribuído e gerido em moldes muito diferentes daquele que tinha sido seguido até então. Há o desenhar de novas fronteiras na inter-relação entre todos e, por vezes, criaram-se tensões e conflitos que carregaram o ambiente vivido nas escolas.

O Representante dos Alunos expôs diversos problemas, uns mais legítimos do que os outros, e fez várias solicitações. Uma delas é a disponibilização de uma sala para **informação política** promovida pela **Associação de Alunos**. Outra reivindicação é dos alunos do 2.º ano do curso de **Secretariado e Relações Públicas** que queriam a lecionação da disciplina de **Esteno-Dactilografia** em Francês e não em Inglês, como estava a ocorrer. Outra reclamação, esta do curso complementar de Eletrotécnica, era a troca da disciplina de **Técnicas Comerciais** pela disciplina de **Condicionamento do Meio Ambiente**. O Representante dá conhecimento de uma dissidência dos alunos do 1.º ano do curso de **Secretariado e Relações Públicas** face a uma das suas professoras que expulsou um aluno da sala de aula por indisciplina. A turma considerou incorreta a atitude da docente.

Num período de tão grandes alterações, os problemas e os protestos são frequentes. Entre eles é focado e descrito um protesto de uma empresa de transporte de passageiros, que se sente lesada por a autarquia ter autocarros que asseguram o transporte gratuito dos alunos. Há também o desagrado dos motoristas camarários que se queixam de sobrelotação dos autocarros e de excederem, largamente, o seu horário de trabalho quando há excursões (forma como são designadas as visitas de estudo). Os alunos também exigem ser eles a decidir e a organizar as denominadas excursões.

O ano letivo de 1974-1975 foi revolucionário e desafiante, por ser o primeiro da democratização/massificação do ensino, os problemas de logística, como: necessidade de novas salas de aula, organização da rede de transportes escolares, recrutamento de novos professores e novos funcionários... devem ter sido desafiadores.

Alunos do 10.º G de Humanidades



Beatriz Eira | 10.º C

Autarquias: **da Nomeação à Eleição**

Arquivo Municipal de Vila Real

Visitamos o Arquivo Municipal de Vila Real para descobrir o vastíssimo e rico espólio que ali está guardado e que contém informação imprescindível para conhecer e compreender a organização e administração do poder autárquico, no Estado Novo e em democracia. Fomos recebidos pela Diretora e Arquivista, **Doutora Carla Eiriz**, e pelo **Professor Pinto**, ambos inexcedíveis em toda a visita.

O esclarecimento sobre o que é e como se organiza um **arquivo municipal**, a sua importância a nível histórico, político... o tipo de documentos que nele estão arquivados, a formação e as funções de um arquivista, a história do **Arquivo Municipal de Vila Real** foi transmitido, com entusiasmo e proficiência, pela **Doutora Carla Eiriz**.

Depois, o **Professor Pinto**, numa comunicação clara, precisa, cativante e apoiado por um excelente *Power Point* por ele realizado e intitulado **1974 - 1976 O Poder Autárquico em Vila Real Subsídios para um melhor conhecimento**, explicou-nos o funcionamento do poder autárquico na ditadura e na democracia. Entre os muitos conhecimentos veiculados, retivemos alguns que nos pareceram relevantes:

- no Estado Novo, o **Presidente da Câmara Municipal** era nomeado pelo **Ministro do Interior** entre as três pessoas com determinado perfil, indicadas pelo **Governador-Civil**;

- os cargos autárquicos não eram remunerados, só nas grandes cidades (Lisboa e Porto) o Presidente e os vereadores recebiam vencimento. As reuniões e assembleias ocorriam à noite e aos fins de semana, quando as pessoas tinham disponibilidade de tempo. Muitos dos que desempenhavam os cargos de maior relevo nas câmaras municipais eram professores;

- os 6 vereadores da **CMVR** eram eleitos por três anos pelo **Conselho Municipal**, entre os nomes propostos pelas Juntas de Freguesia, entidades patronais, ordens profissionais e Casas do Povo;

Referências

<http://advrl.dglab.gov.pt/>

<https://arquivo.cm-vilareal.pt/>

- O **Decreto-Lei n.º 236/74**, de 3 de junho, do **Ministério da Administração Interna**, estabelece as condições para a recondução ou exoneração dos **Presidentes das Câmaras Municipais** e sobre a criação de comissões administrativas para a gestão provisória das autarquias;

- as 1.^{as} eleições autárquicas livres ocorreram a 12 de dezembro de 1976. Em Vila Real, o 1.º Presidente eleito foi o Professor **Armando Moreira**.

- O 1.º Executivo eleito era constituído só por homens. Vila Real teve de esperar 11 anos para ter a 1.^a mulher a desempenhar as funções de Vereadora, a Dra. **Virgínia Coutinho**, em 1987. Na atualidade, tem uma mulher vereadora;

- As **Mesas Eleitorais das Eleições de 1976** englobaram 320 pessoas: 291 homens e apenas 29 mulheres. Um dado curioso aconteceu na **Mesa Eleitoral da Freguesia de S. Dinis**, que tinha apenas mulheres, cinco no total;

A 1.^a Assembleia Municipal democrática era composta por 31 elementos, sendo 26 homens e apenas 5 mulheres. A paridade entre homens e mulheres na política não foi (ou não é) fácil.

Esta atividade finalizou com a visualização de documentos da época, como: os boletins de voto das **Eleições Autárquicas de 1976**, o livro com a lista dos primeiros presidentes de Junta de Freguesia eleitos e o livro da sua tomada de posse. Os alunos e primos Diogo Nóbrega e Leonor Gonçalves do 10.º H emocionaram-se ao ver o nome e a assinatura do avô comum, **1.º Presidente eleito da Junta de Freguesia de Borbela**. Ficamos todos a saber, alguns desconheciam o facto, que nessa turma está a filha do atual **Presidente da Câmara Municipal de Vila Real**. Foi uma aula de campo extraordinária e que nos permitiu conhecer melhor o poder autárquico democrático, uma das grandes conquistas do **25 de Abril**.

Alunos do 10.º G e do 10.º H de Humanidades



Carla Eiriz | Diretora do Arquivo Municipal

O Abril que está arquivado...



Após alguns desencontros atribulados, dirigimo-nos ao **Arquivo Distrital** de Vila Real, localizado muito perto da nossa Escola.

O Diretor do **Arquivo Distrital**, **Doutor Paulo Guimarães**, foi o nosso anfitrião nesta aula de campo em busca de documentos que nos dessem informações sobre o **25 de Abril**. Começou por informar que o acervo da responsabilidade deste organismo era proveniente de diversos órgãos, como a Conservatória do Registo Civil, os tribunais e, o mais vasto, o fundo do extinto Governo-Civil, entidade política de grande importância no Estado Novo.

Numa enorme mesa de madeira maciça, estava já exposto um grande livro que reunia diversos exemplares do semanário regional **A Voz de Trás-os-Montes** e outros jornais locais. O nosso interesse principal era conhecer como a imprensa local e regional tinha noticiado a **Revolução do 25 de abril de 1974**.

Há 50 anos, não havia acesso à *Internet* nem existiam telemóveis. Apesar da rádio, da TV, que ainda não era acessível a todos, e dos telefones, as notícias demoravam algum tempo a chegar e a serem esclarecidas. Portanto, não surpreende que **A Voz de Trás-os-Montes**, na altura detida pela Igreja Católica, não tenha noticiado logo a notícia e não lhe tenha dado grande relevância. Só uns dias mais tarde, com a situação política mais clara e definida, é publicada uma declaração de independência deste semanário, face às forças políticas existentes, mas também de felicitação por ter sido extinto o regime que não permitia liberdade de expressão nem de pensamento. Há mesmo uma alusão à PIDE, que é classificada de execranda.

Neste périplo pelos três arquivos que visitamos aprendemos muito e descobrimos dados muito curiosos sobre o país e os regimes políticos. Está prometido que o próximo passo é visitar o **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)**.

Lisboa, aqui vamos nós!

Alunos do 10.º G de Humanidades

Referências

<http://advrl.dglab.gov.pt/> <http://advrl.dglab.gov.pt/documentacao/>

Poder Autárquico - *O meu Avô foi o* *1.º Presidente da Junta de Freguesia*

O pilar de base da democracia está na Junta de Freguesia.

Despertei para a intervenção política no tempo em que vivi no Algarve e fui sindicalista dos trabalhadores da construção civil. O ter cumprido serviço militar em Angola, durante 26 meses, já me tinha dado outra perspetiva do regime político que vigorava em Portugal e fez-me estar atento à política. Sou uma pessoa de trato fácil, não gosto de criar conflitos e apraz-me ajudar a resolver problemas.

Após o **25 de abril de 1974**, o poder autárquico mudou muito, antes não havia eleições, era por nomeação e não existiam Presidentes de Junta de Freguesia, mas, sim, regedores nomeados. Decidi apresentar e encabeçar uma lista, para a **Junta de Freguesia de Borbela**, logo nas primeiras eleições autárquicas livres, realizadas a 12 de dezembro de 1976. Vencemos e tornei-me o primeiro **Presidente da Junta de Freguesia de Borbela**. Cumpri, no total, três mandatos como Presidente, mas não seguidos, e um como Secretário. O primeiro mandato foi o mais difícil! Não havia sequer um edifício para a **Junta de Freguesia** funcionar. As pessoas iam a minha casa pedir-me um atestado de pobreza. A miséria era muita e não havia verbas para as Juntas de Freguesia poderem socorrer os mais necessitados, que eram a maioria da população. Os adultos e mesmo muitas crianças comiam, como pequeno-almoço, dois bocadinhos de pão de milho e um copinho de aguardente. Tive de reconhecer o estatuto de "Retornado" a muitas pessoas que não tinham sequer um documento e precisavam desse reconhecimento para receberem algum apoio financeiro do Estado. Como não havia documentos, fazia-se prova com duas testemunhas.

A maioria das pessoas eram analfabetas e, para reduzir o analfabetismo, a **Junta de Freguesia**, enquanto eu lá estava, foi responsável pela construção de quatro escolas para as crianças do 1.º ciclo. Fomos de casa em casa explicar aos pais a importância de mandarem os filhos à escola.

Havia uma povoação que não tinha água canalizada, não tinha eletricidade, nem estrada. Os moradores, para virem a Vila Real, recorriam a um táxi que ia dar a volta por Adoufe e cobrava pela viagem cinco mil escudos, o que era muito dinheiro na época. A **Junta de Freguesia** conseguiu fazer a estrada e o táxi passou a cobrar quinhentos escudos, o que foi muito bom, pela comodidade da viagem, pela redução do tempo gasto e pelo dinheiro poupado por quem tinha parcos haveres.

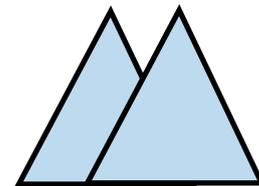
A cidade de Vila Real era muito diferente, por exemplo, no espaço onde está agora esta Escola era o mercado e a feira de gado. As pessoas vinham uma vez por mês a Vila Real, muitas faziam a caminhada de pés descalços, não possuíam dinheiro para comprar calçado, mas era proibido andar descalço na cidade e, por isso, eram multados. Era absurdo! Para se ter isqueiro tinham de solicitar uma autorização, caso contrário pagavam multa. Não se podia acender um isqueiro ou fósforo na rua, *só debaixo de telha*.

Nos dois últimos mandatos, de 1994 a 2004, a realidade das **Juntas de Freguesia** já era muito diferente, como é o facto de já lhes serem atribuídas verbas, já existir um orçamento de freguesia.

Intervenção de Diogo Gonçalves, numa aula de História A, do 10.º H, turma onde estão dois netos seus.



Helena Sousa | 10.º H



Liberdade - Justiça Social - Equidade: as minhas perguntas!

1. Quando a Primeira Guerra Mundial se conclui, com o seu cortejo de milhões de mortos e feridos – “não se trata apenas do facto de, num período de quatro anos, mais de nove milhões de homens terem sido enviados para o fogo da frente, conferindo a nova nota à mortalidade. O que é decisivo é o número de caídos e de vítimas civis parecer resultar das tensões internas do próprio acontecer cultural” (Peter Sloterdijk, **Depois de Deus**, 2018, p.10) -, Paul Valéry constata (em **A crise do espírito**, 1919) que também as *altas culturas* (e não apenas os indivíduos), as *civilizações* - integradas pela *linguagem*, pelo *direito* e pela *divisão do trabalho* - são mortais.

Ora, em uma época, como aquela que atravessamos, em que a barbárie de uma guerra de *agressão* está, de novo, instalada, desde há dois anos, na Europa (ceifando centenas de milhares de vidas); quando o Médio Oriente explode de ódio (fazendo colapsar inteiras cidades), enquanto Tigray, na Etiópia, em cerca de 700 dias de conflito, gerou 600 mil mortos (o mais mortífero conflito do século XXI, como vem sublinhando Bernardo Pires de Lima), impõe-se-nos - seja do estrito ponto de vista *ocidental*, seja em um olhar global para/com outras “civilizações” regressarmos a perguntas fundamentais que ressoam, e de que maneira, em nossos dias: *o que são as nações de cultura e o que significam as civilizações se permitem tais excessos de vítimas e de autossacrifícios*, se, não só os permitem, mas os provocam devido aos seus impulsos mais específicos? *O que denuncia este consumo maciço de vidas sobre o espírito da época industrial? O que significa esta nova falta de consideração sem precedentes pela existência individual? Na palavra «mortalidade», aplicada às civilizações, ressoa daí em diante a alusão a opções suicidas (...)* *Uma cultura que se tinha manifestado e desmascarado no seu impulso para a guerra mundial* (Sloterdijk, 2018, pp.10 e 63).

2. *A economia, ou a cultura?* Na procura da genealogia do incessante crescimento de movimentos, partidos, governações, personalidades políticas, espalhadas pelo mundo (da Polónia à Índia, das Filipinas ao Brasil, da Hungria aos EUA, da Turquia ao Reino Unido, da Rússia à Arábia Saudita, da China ao México ou à Etiópia...vide **A era do homem-forte**, Gideon Rachman, 2022) marcados por uma fúria de tipo *populista* - a visão política assente na divisão formulada entre um *povo puro* e uma *elite corrupta* -, bem como do recuo das *democracias liberais* Martin Wolf (em **A crise do capitalismo democrático**, 2023), entre causas de natureza *económica* e origens de índole *cultural* para explicar o que vivemos, politicamente, há mais de uma década, responderá pela mobilização de *atitudes culturais* - de desprezo pelo estrangeiro, de racismo, entre outras -, em função do declínio económico (é a *economia!*, insiste), marcado por *políticas de austeridade* que se revelaram muito nefas-

tas, em especial para muitos sectores das populações europeias (ao longo da nossa história recente): um notável estudo do impacto político da quebra de 1931 do *Danatbank*, então o segundo maior banco da Alemanha, apoia firmemente a interacção das dificuldades económicas com as predisposições culturais na geração do extremismo político de direita. Os autores concluem que «os votos nazis aumentaram mais nos lugares afectados pela quebra [do *Danatbank*]. A radicalização como resposta ao impacto [da quebra] exacerbou-se nas cidades com uma história de antissemitismo. Depois da tomada do poder por parte dos nazis, tanto os program como as deportações foram mais frequentes nos lugares mais afectados pela crise bancária. Os nossos resultados sugerem uma importante sinergia entre as dificuldades financeiras e as predisposições culturais, com consequências de longo alcance» (...) Um estudo mostra que nos Estados Unidos as recessões económicas pioram os preconceitos raciais (...) De maneira similar, um estudo do Reino Unido argumenta que «a austeridade criou o *Brexit*». A austeridade fiscal posterior à crise centrou-se nas zonas mais desfavorecidas do Reino Unido, que também são as mais dependentes do dinheiro público. O gasto público total em prestações e protecção social reduziu-se em torno dos 16% nos distritos mais afectados, que eram também os mais pobres. As estimativas sugerem que, se não fosse a austeridade, o refe-

rendo popular teria dado como resultado uma vitória do *Remain* [*Permanecer* na União Europeia] (...) A Suécia é outro exemplo fascinante (...) «a rápida ascensão dos Democratas da Suécia produziu-se depois dos acontecimentos que pioraram a situação económica relativa de amplos segmentos da população. Em 2006, uma coligação de partidos de centro-direita tomou o poder e aplicou um programa de reformas de grande alcance de cortes orçamentais e austeridade da segurança social com o objectivo de 'fazer com que trabalhar seja rentável'. Em apenas seis anos, estas reformas provocaram grandes mudanças na desigualdade [nomeadamente, entre os *insiders* no mercado de trabalho e os *outsiders* naquele, sendo, também, que muitos viram no centrar, à *esquerda*, nos primeiros e esquecimento dos segundos um dos motivos pelos quais o voto, entre os suecos, foi, crescentemente, para uma *direita* mas *radical*] (...). Baseando-se em provas de maneira correcta, Martin Sandbu, do **Financial Times**, concluiu: *o que realmente ocorreu na Suécia e noutros países é que os sentimentos anti-imigração e anti-liberais viram-se arrastados ao serviço político pelo aumento da insegurança económica. Ainda que tais atitudes existissem no passado, de forma mais ou menos latente, é a mudança económica o que as converteu em forças políticas* (pp.143-148).

Porque é que, afinal, "tudo se desmorona" – se é que "tudo se desmorona" mesmo – e se dá o "reordenamento radical das nossas sociedades" (Minouche Shafiq, **O que devemos uns aos outros?**, 2022) – se é que, efectivamente, tal sucede? Aqui, e na demanda pela procura da complexidade como elemento central na abordagem dos fenómenos (Daniel Innerarity), porventura filósofos como Gilles Lipovetsky ou Charles Taylor lembrassem a "crise de sentido" para lá (antes e depois) da crise de 2008 como causa maior do "tudo se desmorona" (e o *radical*, eventualmente

te, em alguns sectores da população, de uma desorientação galopante); um economista como Branko Milovanovic apontaria a *globalização* e as *desigualdades económico-sociais* que aquela gerou no interior de cada país, como responsável (responsáveis) pelo "reordenamento radical das nossas sociedades" (ainda que os tipos de *desigualdades económicas*, e em que concretos sectores sociais, e sua evolução ao longo das últimas décadas tenha sido/continue a ser tema objecto de contraditório e discussão; *vide*, por exemplo, Ricardo Reis, *Expresso*, 05-08-2022); a desvalorização de profissões e profissionais sem o *credencialismo académico* mas fundamentais à sociedade, desrespeitando-se a sua dignidade (valor) seria apontada pelo filósofo moral e político Michael Sandel como um elemento crucial nesta hora (de "fogo e fúria"); um cientista político como Francis Fukuyama apontaria o dedo a uma aplicação extremada do *neoliberalismo*, no plano económico, e a centralidade das *políticas identitárias* e *guerras culturais*, propugnadas, respectivamente, por (certas, não todas no planeta, evidentemente) *direita(s)* e *esquerda(s)* – mesmo que sem simetria, em termos proporcionais, no desencadear da "tempestade perfeita", erosão maior, segundo o balanço de Fukuyama, causada pelo *extremismo mercantil* – como principais responsáveis pelo "turbilhão" social sentido; um psicólogo social como Jonhatan Haidt colocaria o foco, da alteração e polarização a que assistimos nas nossas sociedades, na emergência e no funcionamento (deliberado para acirrar os ânimos) das *redes sociais*; um ensaísta e romancista como Pankaj Mishra tomaria as promessas, por cumprir, em/de (as) *sociedades em desenvolvimento*, na sequência do fim da *guerra fria*, se sentarem à mesa dos *afluentes* como geradora de imenso *ressentimento*, em múltiplas sociedades;

a "acosmicidade", a perda da relação com a natureza, a ida massiva para as cidades, a ignorância do mundo (pela perda de contacto com ele, no abandono, em grande escala, da agricultura), as últimas revoluções camponesas nos anos 60, o **Concílio Vaticano II** (que colocou, visando a sua actualização, a borbulhar a maior religião mundial) e o Maio de 1968 seriam factores decisivos, para o matemático e filósofo Michel Serres, conducentes a explicar as convulsões do nosso tempo; um pensador como Manuel Maria Carrilho apontaria a instauração nas nossas sociedades do "paradigma do ilimitado", com a sua *hybris* de "sempre mais" (economia, consumo, direitos...) como raiz da insatisfação perpétua; o filósofo (ateu) francês Michel Onfray, olhando o Ocidente de modo mais detido, vê a descristianização (ou, nos seus termos, o finar do "judaico-cristianismo") como a causa mais funda do "declínio do Ocidente": "o poder de uma civilização desposa sempre o poder da religião que a legitima. Quando a religião está numa fase ascendente, a civilização também ascende; quando está numa fase descendente, a civilização decai; quando a religião morre, a civilização morre com ela [**Decadência - o declínio do Ocidente**, Edições 70, 2019, p.18] (e a cientista política Marina Lobo vincula um certo 'à deriva' de partidos ditos *democrata-cristãos*, na Europa, a uma perda social da Igreja, à qual, não raro, se encontravam vinculados – ou em cujos *programas*, ou em limitadas partes destes, visavam plasmar uma *mundividência* que consideravam conforme à *doutrina* propugnada por aquela instituição –, ou da qual se sentiam próximos, ou assim, pelo menos, eram percebidos); um professor de Estética como Roger Scruton realçaria a importância, nesta hora negra, de certas personalidades vociferantes que arasta(ra)m multidões para o caos e atraem *más paixões* – e co-

mo sendo resultado, elas (tais personalidades) e os fenómenos que alcançam produzir, de uma decadência cultural, em última instância tributária de um ensino que pretendeu atirar ao ostracismo as *Humanidades* e claudicou no irrigar da exigência do sentido crítico e do escrutínio...

3. Enquanto uma certa concepção do *liberalismo político* sustenta que a melhor forma de proteger a liberdade individual passa por fortes entraves à acção do Estado e com regulação dos mercados à *protecção social* - «liberdade negativa», (para agir sem obstáculos, constrangimentos ou interferências de terceiros (*freedom from*) -, uma outra tradição, desta mesma corrente política, considera, ao invés, que a prossecução da liberdade entendida como autodeterminação, quer do indivíduo, quer do colectivo, implica a intervenção pública ou estatal - «liberdade positiva» enquanto possibilidade de agir no mundo de forma autodeterminada e orientada para a realização própria (*freedom to*). Neste último enquadramento, “a protecção em relação à doença é liberdade, porque não se é livre para iniciar um negócio quando deixar um emprego anterior significa perder a protecção na saúde” ou “educação é liberdade, porque sem qualificações escolares não se é livre para garantir segurança material através do emprego na economia de hoje” (Rui Branco, ***Protecção social no Portugal democrático***, 2022, p.8). Se, ao longo das últimas décadas, a definição de liberdade enquanto «liberdade negativa» tem prevalecido, tal não se afiguraria, bem pelo contrário, uma evidência, desde o pós-II Guerra Mundial até meados dos anos 70. Durante os «30 anos gloriosos» (1945-1975) - de crescimento económico e pleno emprego (masculino), *Bretton-Woods* e Guerra Fria -, a noção de *protecção social como liberdade* (e não enquanto entrave à

mesma; como factor *emancipatório* e não factor/fomentador de *dependência*), “arena onde se negocia a tensão entre liberdade e igualdade”, “forma pacífica de partilhar a prosperidade”, modo de derrotar os “cinco gigantes (*necessidade, doença, ignorância, pobreza e desemprego*)”, “assunção pública das políticas de saúde e pensões” – desde logo, apontadas no relatório do membro do *partido liberal* britânico, William Beveridge, “insuspeito de socialismo”, no seu célebre ***Relatório*** de 1942, solicitado por um Governo liderado por Winston Churchill -, em suma, esta ideia de *Estado Providência* foi “apoiada por um amplo compromisso de classes, sustentado por *sociais-democratas* e *democrata-cristãos* na Europa Ocidental”. Os choques petrolíferos (1973) e a estagflação durante a década de 70 fizeram com que “o que parecia incontroverso” passasse a ser “um dos principais temas do debate democrático”. A partir daquela data o *Estado-Providência* entra em “uma fase de recuo ou retração que, para alguns autores, se prolonga até à actualidade”.

Em Portugal, onde, no essencial, a afirmação de uma rede de protecção não ocorre enquanto o *Estado-Providência* se encontra em fase de expansão na generalidade da Europa (se muitos referenciam a origem genética dos mesmos nas primeiras medidas sociais de Bismarck, no final de oitocentos, outros situam, inclusive, o alívio da dimensão social da pobreza na *Lei dos Pobres* de 1601, no Reino Unido), a assunção de mais profundas responsabilidades por parte do Estado no âmbito da protecção social é um dos traços distintivos do *regime democrático* face ao experienciado durante o *Estado Novo*: *se algo distingue o regime democrático de Abril é, a par de direitos de cidadania civis e políticos, a criação de uma relação nova entre Governo e cidadãos através da protecção social, saúde e educação* (Rui Bran-

co, 2022, p.9).

Nas vésperas da revolução de 1974, Portugal apresentava a menor esperança de vida da Europa ocidental; a maior taxa de mortalidade infantil; a mais desigual distribuição de rendimento; a maior iliteracia e desigualdade no acesso à educação; a maior população activa na agricultura e a menor industrialização; e, ainda, a menor cobertura da segurança social. Em 1965, os serviços médico-sociais chegavam a 2,6 milhões de portugueses (em 1954, acediam a estes apenas 35 mil nacionais); em 1975, seriam, já, 7,3 milhões. Em 1970, apenas 56% da população ativa estava coberta; em 1976, já rondava os 100%, 9/10 pelo futuro SNS. Em percentagem do Produto Interno Bruto, os gastos em Saúde, em 1970, correspondiam a 1,9%, sendo, à época, a média europeia a de 2,9%. O regime democrático legitimar-se-ia na reversão das desigualdades herdadas do regime anterior, através da protecção social, saúde e educação. A partir de Maio de 1974, os Governos adoptaram medidas como: criação do salário mínimo; protecção na invalidez, orfandade, maternidade e primeira infância; criação de um sistema universal e integrado de segurança social, incluindo a assistência social; «13.º mês» das pensões; aumento do abono de família; pensão social (primeira prestação pecuniária não contributiva do sistema de protecção social); subsídio de desemprego rudimentar; separação dos serviços médico-sociais das caixas de previdência e sua entrega a administrações regionais de saúde; nacionalização dos hospitais das Misericórdias (mais tarde, estas recuperaram parcialmente a posição anterior, “como compensação pelas nacionalizações de hospitais e rendas pagas pelo SNS”, p.38); direito à greve; liberdade sindical; supressão dos organismos corporativos; proibição do despedimento sem justa causa; férias pagas; subsí-

Entre a Ditadura e a Democracia

Tempos desiguais e opostos

MANUEL DA CONCEIÇÃO COUTINHO

Da sua longa carreira profissional, 31 anos estiveram ligados à Escola São Pedro, tendo sido Professor do Quadro a partir do ano letivo 1991/1992. Desempenhou cargos executivos/diretivos: Vice-Presidente do ano letivo 1997/1998 até 19/07/2001; Presidente da Comissão Provisória no ano letivo 2001/2002; Presidente do Conselho Executivo de 2002 a 2005; Diretor da Escola do ano letivo 2009/2010 até ao ano letivo 2016/2017, tendo cumprido dois mandatos de quatro anos cada um.

Na atualidade, exerce o cargo de vice-presidente na delegação da Cruz Vermelha de Vila Real.

Fátima Campos | Professora



1. Nasceu em meados da década de 50, foi aluno na década de 60 e início dos anos setenta, num Portugal rural (Sedielos, no concelho de Peso da Régua) e submetido a um regime político ditatorial que mantinha os portugueses num analfabetismo de índices elevados, mormente o analfabetismo feminino, com metade da população a trabalhar numa agricultura, sobretudo, de subsistência e a viver em condições pouco dignificantes, incompatíveis e violadoras de vários Direitos Humanos. Como se apercebia e sentia esse Portugal da sua infância e adolescência?

Antes de mais nada, bom dia. Quero dizer-vos que é um gosto estar aqui. É um gosto voltar a uma sala de aula de onde saí há cerca de 2 anos, voltar à Escola, como perceberam pela introdução feita pela minha colega, professora Fátima Campos, onde eu percorri 31 anos, 15 de gestão, mais 6 em cargos políticos, embora pertencesse ao quadro da escola. Portanto, regressar aqui hoje, perante a minha colega de História, a Paula Lousa, e a Fátima Campos e poder partilhar convosco algumas experiências que resultam destes anos que eu já carrego sobre os ombros é algo extremamente positivo e que me honra muito.

Respondendo à questão que a Francisca me coloca, deixem-me dizer-vos o seguinte: ontem, quando pensei no que viria aqui fazer, tomei algumas notas, não fiz como vocês fazem, no telemóvel, escrevi à mão. Não pretendo vir trazer-vos nada que os vossos professores de História, de Português, de Filosofia já não tenham conversado convosco, mas queria trazer-vos um pouco da minha experiência pessoal. É verdade que nasci em 1955, no concelho de Peso da Régua, na freguesia de Sedielos, numa pequena aldeia que se chama Passos. Vivi a infância e a adolescência num tempo muito difícil, em pleno Estado Novo, ou, como também já ouviram denominar,

salazarismo. Um tempo em que as pessoas viviam com extrema dificuldade e, para que percebam, digo que viviam, no essencial, para não dizer exclusivamente, daquilo que a terra dava: batatas, centeio, trigo, hortaliças, vinho, ... as pessoas, complementavam a agricultura, que exigia um trabalho árduo, com a criação de gado: as galinhas, os coelhos, o *reco*, uma vaca. E eu nasci aí, no seio de uma família de 8 irmãos, mas 2 já não estão cá. Era um tempo em que as famílias eram numerosas, 4 a 8 filhos era o normal. Esta constituição das famílias ou dos casamentos, hoje não se diz bem casamentos, usa-se outra terminologia, que também está correta, é evidente que se alterou. Os casamentos aconteciam cedo, o que significava, por vezes, a vontade de as mulheres quere-rem fugir da autoridade, com frequência, exagerada dos pais. E esta fuga da autoridade paternal, às vezes, acarretava submeterem-se à autoridade do marido, que também tinha tido um determinado tipo de educação, na qual o elemento masculino, o chefe de família, o pai, era o símbolo da autoridade, alguém que não se contestava. Um sinal dessa mentalidade era o pedir a bênção, todas as manhãs, aos pais, como já devem ter ouvido aos vossos avós. Aos pais bastava olhar para nós, nem precisavam de falar ou esticar a mão para obedecermos. Os filhos cumpriam as ordens dadas, portanto, havia um exagero de autoritarismo. No Estado Novo, era a norma na nossa sociedade e no nosso país, mas também ocorria noutros países da Europa. Era assim na família, na aldeia, as comunidades eram muito fechadas. Eu recordo que a geração dos meus pais nunca tinha visto o mar. Não havia estrada na aldeia. Ainda hoje me lembro do final do dia em que o primeiro trator entrou pela aldeia dentro. Foi uma festa. Todos os homens da aldeia vieram para os caminhos, de *ferro de monte* na mão. Não sei se sabem o que é o *ferro de monte*, é algo mais ou menos da minha altura que se utiliza para abrir buracos, para partir a pedra, com picaretas, para dar um jeitinho ao cami-

nho, para a máquina passar. Aquilo para a aldeia significou quase a "Chegada do Homem à Lua". E tenho a mesma imagem de quando chegou a luz elétrica. Ainda hoje tenho na minha mente aquela coisinha tão pequenina, aquela luz amarelada, mas que significava uma autêntica revolução na forma de viver que nós tínhamos, porque o normal era a candeia a petróleo. Acesso à saúde? Vou dar-vos um exemplo. Nasceram 8 em minha casa, só 6 estão vivos. A parteira foi a minha avó. Era a pessoa com mais experiência. Qual enfermeira, qual obstetra? E se alguém se sentia mal? Eu recordo-me de um acidente na aldeia e de uma outra situação, lembro-me que, no primeiro caso, eu deveria ter os meus 7 ou 8 anos, a pessoa teria fraturas e qual foi a forma de o levar até à estrada mais próxima? Uma escada que se utiliza para subir ao telhado e uma manta. Qual tala? Foi colocá-lo com muito jeitinho. E lá vão 6 homens com muito cuidado para levar o ferido. Ou no meio de uma rixa? O outro caso que eu tenho em mente. Alguém agride outro alguém. Qual foi a forma de o transportar? Uma manta! Pegaram nas pontas, 2 ao meio. Era a maca. Foi este o "mundo" em que eu, enquanto criança e adolescente, vivi. A maioria das pessoas da idade dos meus pais era analfabeta. Não era o caso do meu pai, porque ele teve um objetivo: gostaria de ter sido padre. Já vão perceber porque é que eu estou a dizer isto. Os homens, para além de trabalharem na sua parcela de terreno, trabalhavam para os outros. Trabalhavam de sol a sol, não sei se sabem o que é que significa esta expressão. É desde que há dia até que haja noite. Sabem qual era a retribuição? O valor que recebiam por essa jorna de trabalho? Mais ou menos o equivalente ao custo de 1 quilo de pão de milho. Portanto, vejam bem como as condições eram difíceis. As mulheres, para além do trabalho doméstico, dos filhos e do marido, trabalhavam na horta e ainda iam, sempre que lhes era possível e tinham oportunidade, ganhar o dia, para acrescentarem mais uns trocados, desculpem-me lá a

expressão, aos magros rendimentos familiares que depois permitiriam a educação dos filhos. Um outro dado que eu vos posso deixar é este: eu ia todos os dias para a escola e, quando iniciei o ensino primário, toda a gente tinha acesso à escola, já íamos todos. Rapazes e raparigas, é verdade. A imagem que eu guardo da minha escola é o espaço amplo, o crucifixo, a bandeira nacional e o quadro ou imagem do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira de Salazar. As aulas começavam sempre com uma oração. Estou a dizer isto para perceberem quem é que tinha o poder nas aldeias: o Sr. Padre, o professor, o regedor, que era um

símbolo da ordem, o equivalente aos presidentes de junta de freguesia atuais, embora com algumas diferenças. O regedor era alguém a quem todos os homens tiravam o chapéu, em sinal de respeito. Este procedimento também se fazia com as pessoas mais abastadas de quem se dependia para nos darem trabalho, para disponibilizarem os meios que tinham em casa, quando havia casamentos, batizados... Tudo isso era extremamente importante, mas queria dizer-vos que a minha turma tinha 8 alunos e eu era o único rapaz. A minha professora primária era regente, como se dizia na altura, alguém que não tinha feito o curso do Magistério Primário,

depois substituído pela licenciatura do primeiro ciclo. Os regentes tinham a quarta classe e uma pequena formação. A minha professora vinha de longe. Vinha a pé. Quem é que tinha carro? Na minha freguesia, havia 2 ou 3 carros, que eu me lembre. Ela chegava sempre à mesma hora, era matemático. E eu, o filho mais velho lá de casa, tinha a missão de levar o leite para a Senhora Professora tomar o pequeno-almoço. Levava a chamada "leiteira". O que significa que eu, antes de ir para a escola, já tinha feito algumas tarefas de ajuda lá em casa. Levava o leite que a senhora professora pagava os meus pais, mas não tinha nenhum privilégio por levar o leite.



Fátima Campos | Professora

Ao fim do dia, levava a leiteira para casa para ser lavada e, no dia seguinte, voltava a levar o leite. Quando saíamos da escola para ir almoçar, no trajeto, nós íamos a cantar a tabuada. $2 \times 2 = 4$; $2 \times 3 = 6$... Estes pormenores são para perceberem como então se vivia. Regressávamos à escola depois do almoço e a professora ia-se embora por volta das 16:00. Tinha 7 ou 8 km para fazer a pé. Professora cujo filho tive o gosto de encontrar aqui como meu colega nesta Escola. E o que ela me obrigava a fazer (porque era mesmo obrigado)! Eu não podia sair da escola enquanto as minhas colegas não fizessem os deveres que ela marcava. No dia seguinte, ela



começava a chamá-las uma a uma, e sempre que uma delas não sabia a resposta, eu era o culpado. Não levei muitas vezes, mas havia lá na sala de aula um ponteiro, um pau, que servia para apontar o quadro, os mapas, para localizar os caminhos de ferro, os rios e os afluentes, mas também servia para dar nas orelhas, nas pernas, na cabeça e havia a célebre régua, ou seja, os castigos físicos existiam. O objetivo era evidente: acreditavam que era assim que se ensinava. Hoje sabe-se que é errado. A minha dificuldade não era ficar com as colegas a fazer os deveres, era a lentidão de algumas a fazerem-nos. Eu tinha uma série de tarefas para executar antes da hora da *janta*: cortar erva para dar aos animais que havia lá em casa, era preciso alimentar a tal vaquinha que dava leite; arranjar uns labretos, umas hortaliças para as galinhas e para os coelhos. Cada um lá em casa tinha a sua tarefa. Aprendi a fazer a cama, a cozinhar,... já vos dei aqui um conjunto de pistas que vos permitem questionar os vossos avós, pois muitos deles terão vivido situações como a minha. Nós, apesar de jovens, apercebíamos-nos de que as coisas eram difíceis. Eu, como sempre, nunca tive medo das palavras, refilava um pouco. Recordo-me de me terem chamado comunista e eu não sabia sequer o que é que a palavra significava. E porquê? Porque às vezes insurgia-me, quer na escola, quer lá em casa, quer na catequese. Disse que éramos 8 alunos. Dos 8, apenas eu, quando saí da escola primária, prossegui estudos. E porquê? Porque o padre lá da minha terra, por quem eu tenho muita estima, (já faleceu), a minha professora e a catequista achavam que eu deveria e tinha condições para poder continuar a estudar, e o meu pai, como ele próprio gostaria de ter ido estudar, "Ora, sim senhor, vais para o seminário." E eu vim para o Seminário de Vila Real. Na minha freguesia, havia mais 4 escolas para além da minha, só veio mais um. Comecem a fazer os vossos raciocínios e a tirar as vossas ilações. Dos 2, só eu concluí o ensino superior.

2. Foi aluno de um sistema educativo desenhado pelo Estado Novo, que via na educação, em especial no ensino primário, um meio eficaz e precoce de doutrinar e moldar os cidadãos nos princípios que lhe interessavam (o nacionalismo e o patriotismo com o ensino da História dos heróis e vitórias, o conservadorismo presente na trilogia "Deus, Pátria e Família", culto do chefe "o Salvador da Pátria", a obediência, ...) e que, para esse fim, desenvolvia nas escolas as atividades da Mocidade Portuguesa. Será que podemos questioná-lo sobre a sua perceção deste tipo de ensino e desta organização para "educar os jovens"?

Já vos dei a conhecer o tipo de vida que eu tive em criança. A escola, para nós, dizia-nos muito, mesmo que a professora puxasse da régua. Para além de querermos aprender, era melhor estar na escola do que estar debaixo da outra autoridade lá de casa, a dos pais, obrigando-nos a ir fazer uma série de trabalhos. Nós não tínhamos muito a perceção das estratégias que eram utilizadas, mas, gradualmente, íamo-nos apercebendo. Todos os dias víamos o crucifixo e a fotografia do Salazar e sabíamos que éramos obrigados a obedecer à autoridade dos pais, dos professores, do regedor e o Salazar era quem estava acima de todos, o que mandava mais. A escola era a segunda casa para moldar aqueles seres em crescimento, no sentido daquilo que o poder político pretendia. Fazia-se uma exaltação exacerbada do nacionalismo, do colonialismo, do culto do chefe, da trilogia conservadora do **Deus, Pátria e Família**. Existia em nós a noção de que não tínhamos possibilidade de questionar o poder. Eu não tive contacto direto com a **Mocidade Portuguesa**, a não ser na parte final do meu ensino secundário, quando fui questionado "se queria as Marias ou se queria Cristo" e eu tomei a decisão de sair do seminário. Estava com 17



anos. Vinha de Sedielos para Vila Real. E só regressava a Sedielos no final do período. Estava 3 meses fora da família. E devem imaginar o que é que isso significava na minha vida. Quando saí do seminário, fui para o Colégio da Boavista. Durante o tempo em que andei no seminário, fiz os exames no liceu Camilo Castelo Branco de Vila Real, do segundo, do quinto e do sétimo anos, na ordem que então existia. O sétimo corresponde ao que é hoje o décimo primeiro. Mas, dizia eu, tive contacto, de facto, com a **Mocidade portuguesa** e, portanto, aquilo que nos incutiram foi que só os bons, desculpem-me a expressão, quem tinha um determinado perfil, é que teria a honra de poder servir naquela organização que não tinha outro objetivo que não fosse perpetuar o que eram os grandes interesses, de quem estava no poder. O importante era ter gente que obedecesse, não era gente que questionasse. Só mais um pormenor: Sedielos - Régua, hoje, por estrada, são, sensivelmente, 16 km. Reparem

neste pormenor, para realizar o exame de quarta classe saí de madrugada de Sedielos a pé com o meu pai para ir fazer o exame. Terminado o exame, regressamos a casa de táxi porque o partilhámos com mais um aluno e o respetivo pai. Guardo esta imagem, bem como uma outra, sair do comboio e atravessar a ponte de ferro aqui de Vila Real, a caminho do seminário com a mala na mão. "Tu vais ser um grande homem", dizia o meu pai. E eu pensava assim: "Com tanto sacrifício que estão a fazer, eu tenho de corresponder, eu tenho de fazer algo que, de alguma maneira, mereça o esforço que eles fizeram neste sentido." Ainda tive o equipamento da **Mocidade Portuguesa**. Guardo-o, assim como quando cheguei aqui à gestão da Escola pela primeira vez, quando se tiraram umas toneladas de entulho que havia lá em cima, no sótão, também encontrei objetos do tempo do Estado Novo que devem estar guardados, algures por aí. Eu acho que, do ponto de vista da História, devem ser conservados

e explicados às pessoas, como, por exemplo, os crucifixos. Penso que, de uma maneira simples, tentei dizer-vos que nós éramos moldados em casa, na catequese, na escola para sermos os cidadãos que o Estado Novo queria.

3. Aprendeu numa escola pertencente a uma Ditadura e ensinou numa Escola concebida pela democracia resultante da Revolução do 25 de Abril de 1974. Numa análise comparativa entre as duas realidades tão díspares, quais as grandes diferenças que destaca entre uma e outra. O que considerava relevante? Concorda com as mudanças ou considera que ocorreram exageros e foram eliminadas algumas boas práticas?

A escola do Estado Novo não tem nada a ver com a escola do pós 25 de Abril. É evidente que já perceberam quais eram os grandes objetivos da escola do Estado Novo. A maior mudança que existe, após o 25 de Abril, é passar a ser uma escola aberta. Começamos a ter opinião e a poder exprimi-la, desenvolveu-se e incentivou-se o espírito crítico na análise de situações e contextos em que nos inseríamos. A pensarmos de modo esclarecido e autónomo, como é evidente. O mais importante para mim é este 25 de Abril, a escola que eu frequentei após a revolução. Onde senti mais o efeito da mudança foi na universidade. Afirmou-se a verdadeira escola pública, a escola para todos, a escola inclusiva. A escola onde alunos, professores, assistentes, encarregados de educação se sintam bem. Essa é a nossa escola e nós somos todos responsáveis, logicamente, para a melhorar e sermos dignos dela, é bom que eu diga isto. Portanto, há aqui uma grande mudança, já não é bem aquilo que

diz o pai, a mãe e o professor, o *magister dixit*. Já não é aquele saber tão livresco, em que sabíamos ali os rios todos, os afluentes, as linhas de caminho de ferro, os apeadeiros, aqueles por menores todos. Agora já podemos olhar para o lado, já podemos olhar para a Europa e para o Mundo e formar as nossas opiniões próprias e esclarecidas. Esta diferença, eu quis sinalizá-la, assim como quero sinalizar o ter terminado (eu lembro-me de aqui nesta Escola ainda encontrar essa rede) a separação entre rapazes e raparigas. Havia cursos e algumas áreas disciplinares para as mulheres, como os trabalhos femininos para “formar” donas de casa. A escola passou a dar oportunidade a todos, a reconhecer o esforço e o mérito. Houve exageros, claro que houve, como acontece sempre que há grandes mudanças. Eu hoje tenho muita dificuldade em aceitar, aliás, sempre tive, e perdoem-me por isso, mas acho que retirar a autoridade aos professores na escola e na sociedade, é um erro. Do meu ponto de vista, nós não devemos aceitar, só porque a sociedade fica satisfeita, que os professores sejam considerados os maus da fita. É populismo, pode garantir muitos votos, mas não é o melhor na formação dos jovens. Nós temos de perceber que, sem bons professores, nós não conseguimos progredir. Sem um bom ensino, não vamos ter boas empresas, não vamos ter uma economia forte. Sem um bom ensino, não teremos bons políticos, etc, etc. Poderia continuar por aí fora. Esta questão de combater a autoridade dos professores é exagerada, permitiu-se que forças exteriores à escola impusessem, ao longo do tempo, entraves absurdos que devem ser resolvidos. Gostaria que nos dias de hoje já não existissem. Deve fomentar-se o respeito entre todos. A liberdade não é cada um dizer e fazer o que quer. Claro que eu tenho o direito e o dever de dizer o que penso. Mas tenho

de ter consciência que quem está ao meu lado tem o mesmo direito e pode ter uma opinião diferente da minha. Eu tenho a obrigação de ouvir e depois tiro as minhas conclusões.

Outro assunto, há, na minha opinião, um exagero na utilização dos meios digitais na escola atual, em casa e em todo o lado. Conversa-se cada vez menos, tecla-se cada vez mais... Apesar de todas as críticas que lhe faço, devo muito à escola do Estado Novo, foi nela que estudei e me formei como cidadão. A escola pública da democracia é, sem dúvida, muito melhor. Porém, há um conjunto de valores que não podemos perder de vista porque corremos o risco de criar uma sociedade onde somos cada vez mais estranhos, onde nos desconhecemos cada vez mais. E um dia vamos dar-nos conta que anda cada um dentro do seu casulo e ninguém consegue ser feliz sozinho. Na justa medida, os interesses individuais devem submeter-se ao interesse coletivo. Não depreendam das minhas palavras que eu estou a defender o autoritarismo, não, nada disso. Aliás, sou um profundo defensor do diálogo. E depois, a quem compete, cabe tomar as decisões.

4. O ensino superior passou por reformas que conduziram a mudanças profundas, não só pela passagem da ditadura para a democracia, que conduziu ao acesso à educação para todos e abriu as portas das universidades aos filhos de todas as classes sociais, mas também pela adesão à, então, CEE e atual União Europeia que determinou a harmonização dos sistemas de ensino (Tratado de Bolonha, 1999), tendo em conta a possibilidade de intercâmbio dos alunos e dos trabalhadores neste espaço alargado e comum. Partindo da sua experiência pessoal, o que considera fulcral e o que olha com reticências?

Já perceberam, da conversa anterior, que eu sou um adepto da escola pública. Mas de uma escola com qualidade, com rigor. Tudo com ponderação e bom senso. Uma escola em que cada um perceba qual é o seu papel e

o saiba desempenhar. E o que é que isto tem a ver com o ensino superior? Não é de agora que eu defendo a ligação cada vez mais estreita entre o ensino secundário e o ensino superior. No entanto, continuo a pensar que quer as universidades, quer os institutos politécnicos têm, ainda, um caráter um pouco conservador, talvez a palavra seja um bocado pesada, mas eu assumo-a. Porque as universidades, a Igreja, uma série de instituições têm de se adaptar, de estar atentas à realidade do meio onde se inserem. Portugal é um país da Europa, do mundo, isto tudo é verdade. E para quê? Para que todos vocês, quando tomarem a decisão de ir para o ensino superior, tenham o acesso assegurado a várias opções e tenham alguma garantia daquilo que vos pode acontecer quando ele terminar. Sou um profundo adepto de que as instituições do ensino superior quando oferecem opções têm de ter em consideração a aproximação às empresas, ao mundo do trabalho. Para que não tenhamos licenciados nas caixas de supermercado. Melhorou muito o ensino superior em Portugal depois do 25 de Abril (e de que forma!), mas há algo que me deixa um amargo de boca muito grande, um país com as dificuldades que tem, como o nosso, investe e bem, tem de investir mais, no ensino. E depois eu vejo sair - e vi alguns - que passaram por aqui, para outros países, onde vão criar riqueza. Isto é, nós investimos na formação e quem vai beneficiar depois são os outros. E porquê? Porque não tivemos a capacidade de lhes proporcionar as condições para que eles realizassem, no país que os viu nascer, os seus projetos de vida. E eu olho para o lado e dou por mim a ver as convulsões do **Serviço Nacional de Saúde**. Mas quantos alunos da São Pedro saíram e estão a dirigir departamentos em hospitais por essa Europa fora? Quantos enfermeiros e outros técnicos de saúde?

Elho para o lado e vejo os bolseiros, os investigadores... Então, nós somos dos melhores, estamos por essa Europa fora e continuamos a criar dificuldades aos jovens no acesso à habitação, etc...

Desculpem lá foi um desabafo.

5. Na sua longa carreira docente de quatro décadas, dedicou vários anos à gestão escolar tendo exercido diferentes cargos entre os quais, nesta Escola, o de Presidente da Comissão Provisória (2001-2002), o de Presidente do Conselho Executivo (2002-2005) e o de Diretor de Escola (2009-2017). Lidou, como é óbvio, com mudanças de paradigma e de políticas educativas, de modelos e práticas de gestão, de matrizes curriculares, de processos de avaliação discente e docente. De todo este "mundo" o que destaca como mais desafiador e motivador? Quais os contextos e medidas mais difíceis de implementar? E, por último, o que aprendeu?

Aquilo que foi mais desafiador ao longo do tempo, e referiste que estive na gestão, andei por aqui, por ali.... Mas aquilo que sempre me motivou na escola foram os alunos. Eu olhava para os alunos a pensar "o que é que eles hão de fazer no futuro?" Eu, às vezes, até brincava com alguns, dizendo "Quando for velho e for de bengala lá bater ao balcão da segurança social para falar da minha pensão, quero que tu me atendas como deve ser." Isto para dizer o quê? A preocupação maior foram sempre os alunos. A maior dificuldade? Gerir relações. O maior desafio foi dar algum contributo para alterar certas coisas. Houve dificuldade em implementar reformas, mesmo entendendo que algumas eram questões de moda, resultavam de determinadas experiências pedagógico-didáticas que se faziam na escola tal, de onde vinha o Senhor Ministro ou o Senhor Secretário de Estado. A minha meta era sempre contribuir para o sucesso dos alunos.

Penso (há bocado, falei do **Ser-**

viço Nacional de Saúde) na luta que existia há alguns anos, hoje diluída, na questão do acesso ao curso de Medicina, com as médias altíssimas. Talvez, na atualidade, soframos um bocadinho as consequências da forma como se selecionam os alunos para determinado tipo de curso. Há dificuldades que persistem na vossa avaliação e na dos professores. O futuro prepara-se na Escola. É importante requalificar e modernizar o edifício; apostar na formação e melhoria das condições de trabalho dos professores, dos assistentes operacionais e técnicos. E ter sempre como máxima referência aqueles que são o pulsar da Escola: os alunos. A Escola tem de antecipar e acompanhar as mudanças, os desafios, as novas necessidades. A escola jamais se pode acomodar...está em construção permanente. Não pode, em tempo algum, deixar de ser um espaço de liberdade, de inclusão, de respeito, de humanidade, de solidariedade, onde todos e cada um se sintam bem, e em que todos estejam empenhados na construção da sociedade que se quer mais justa e perfeita. Aprendi que: é difícil "mexer" em interesses instalados; o interesse coletivo deve sobrepor-se ao interesse individual; é importante estabelecer, em diálogo, e depois fazer cumprir regras que regulem a convivência na comunidade escolar, de forma que todos conheçam os seus direitos, os seus deveres, mas também as consequências em caso de incumprimento; é essencial uma cultura de valorização do trabalho, do esforço, da superação, da excelência, da humildade, da lealdade e do respeito pelos outros...

Apesar dos desafios colocados pelas diversas mudanças que enfrentei ao longo do trajeto, as maiores dificuldades incidiram na gestão das inter-relações no seio da comunidade educativa. Olho para trás e sinto que valeu a pena... sinto-me bem com o

trabalho feito, inserido no seu contexto. Poderia ter vindo com uma série de teorias. Tentei trazer-vos aquilo que vivi e o caminho que percorri e compete-vos agora tirarem as vossas conclusões.

6. Na vox populi afirma-se que a parte mais difícil da gestão escolar é gerir as inter-relações entre todos os integram a escola. Numa comunidade educativa estão alunos, encarregados de educação, docentes, assistentes operacionais, assistentes técnicos. Na Escola São Pedro, aquela em que assumiu funções de gestão, estamos a falar de cerca de duas mil e duzentas/trezentas pessoas (+/- 1000 alunos, +/- 1000 encarregados de educação, +/- 100 docentes e +/- 100 assistentes operacionais e técnicos). Corroborar esta visão ou a sua experiência leva-o a discordar dela?

Sim, corroboro essa visão, sem dúvida. Mas também penso que quando as regras são claras, quando cada um sabe qual é o seu papel, quando se vê reconhecido o trabalho feito e o esforço para melhorar, quando as portas do poder estão abertas ao diálogo, quando a essência é a preparação dos alunos para a vida: saber ser, saber estar, saber e querer fazer, tudo é mais fácil!

7. Podemos considerar que na sua vida, a consciência cívica, a vontade de servir os outros e a sociedade terão sido fatores decisivos que o motivaram a desenvolver ações e a abraçar projetos nas áreas da política, desporto, saúde e solidariedade.... O que lhe ensinaram e o que foram, e são, para si todas essas atividades?

Procuro nunca esquecer de onde vim, os sonhos que alimentei, as desilusões que sofri e, acima de tudo, não me envergonhar do caminho calcorreado. Sinto-me mais feliz, mais realizado, se sentir que contribuí, um pouco que tenha sido, para a realização, para a felicidade dos outros. Posso concluir que, ao longo destes anos, nas mais diver-

sas funções por que passei, recebi mais do que dei.

8. Estamos em pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas a realizar dia 10 de março. Os últimos tempos foram de convulsões e instabilidade com manifestações de vários setores, avultando a luta dos professores por condições dignificantes para exercerem a sua profissão e salvar a escola pública. Se fosse Ministro de Educação quais seriam as suas prioridades e determinações?

Se tivesse o poder e a oportunidade de influenciar os decisores das políticas educativas, pediria para: devolverem a autoridade e o respeito que deve existir na Escola e na sociedade pela "missão" de ser professor; devolverem, ainda que faseadamente, ao longo de uma legislatura, o tempo "congelado" aos docentes; envolverem mais a comunidade escolar na gestão da Escola para que a sentisse, de facto, como sua; reverem o sistema de avaliação do desempenho docente, tornando-o mais coerente e mais justo; abolirem os estrangulamentos existentes na progressão na carreira docente.



Fátima Campos | Professora

9. O que falta nesta entrevista e considera necessário para a completar?

Falta agradecer a oportunidade, a honra de passados dois anos, regressar a uma sala de aula na minha Escola. Agradeço às colegas, por quem tenho muita estima, na pessoa da professora Fátima Campos, por se lembrarem de mim, para dar o meu testemunho, recordar as minhas vivências, quando se celebram 50 anos da **Revolução dos Cravos**. À colega Paula Lousa, a minha gratidão, por permitir esta conversa na sua sala de aula e com os seus alunos.

Aos alunos, quero dizer que vale a pena lutar por aquilo em que acreditamos.

Olhar(es) de Abril

Luís Miguel Duarte escreveu que «[os historiadores] permitem-se fazer excelentes prognósticos antes dos jogos, pela simples razão de que sabem há muito como é que esses jogos terminaram» (RUSSELL: 2016, 10). O que posso acrescentar às narrativas historiográficas sobre a **Revolução dos Cravos**? Pouco, mas recuso-me a contribuir para uma **História** petrificada, incapaz de abrir os horizontes quer às novas fontes quer aos novos modos de ver as antigas. A escritora **Agustina Bessa-Luís** falava da **História** reanimada, ou seja, dinâmica, fluída, mutável consoante os novos olhares e as novas evidências científicas. As comemorações assumem normalmente o tom laudatório. O desafio que lanço ao leitor consiste na problematização dos olhares sobre o passado, contrário ao registo apologético das celebrações. **Georges Duby** recorda-nos que costumamos ver o camponês através do olhar dos senhores feudais (DUBY & LARDREAU, 1989, 62). Quantas vezes olvidamos os murmúrios dos vencidos da **História**? O timbre dos desfavorecidos teve maioritariamente dificuldade em fazer-se escutar. Nesta manta de retalhos que é o passado, o historiador deve indagar sobre os espaços vazios, adentrar-se na neblina dos tempos, calçar as botas dos outros sem esquecer o seu ofício, o papel de investigador científico que exige um equilíbrio ténue entre a proximidade e o afastamento face ao objeto de estudo. O historiador também se apaixona, à semelhança do professor. Reconhecer a nossa propensão para determinados temas traduz-se numa postura alicerçada na honestidade. Reforça o imperativo de cruzar as fontes, de analisar criticamente os documentos e de relevar a multiperspetiva, ou seja, evitar uma **História** feita à medida: com princípio, meio e fim, em que bate tudo certinho no final. Ora, sabemos que a ficção deve fazer sentido, por oposição ao que acontece com os trajetos labirínticos da vida. Como podemos transmitir aos alunos uma visão tão ordenada do passado quando os seus intervenientes viveram sujeitos às influências, mais ou me-

nos decisivas, da aleatoriedade, das condições materiais, genéticas, biológicas e culturais? Eis a resposta desconfortável: não podemos fazê-lo, a não ser através da cedência aos tais imperativos do conforto curricular, àquela visão «imposta» pelas tutelas. Ao professor também cabe o papel da resistência. Uma resiliência em prol da ciência, da verdade verificável do método científico em vez das verdades absolutas. Agora menciono a célebre fotografia de **Salgueiro Maia**, o instante captado pelo fotógrafo **Alfredo Cunha**, no dia 25 de abril de 1974. Solicito ao leitor que a convoque do labirinto da memória ou faça uma pesquisa. No olhar do capitão **Salgueiro Maia** não se denota euforia nem descontração. Ao contrário dos professores que lecionam a **Revolução dos Cravos**, o jovem capitão desconhecia o desfecho daquele ato de rebeldia. Falei do capitão **Salgueiro Maia**, mas falta questionar: o que pensavam os subordinados, os populares, os anónimos da **História** que viveram aquele dia correndo vários riscos? É uma dúvida que devemos cultivar junto dos alunos para transmitir a ideia, mais verosímil historicamente, de que houve incerteza. Os eventos podiam correr noutro sentido, o que enaltece o valor da narrativa historiográfica. Na minha opinião, humaniza as narrativas, torna-as mais semelhantes ao tom *chiaroscuro* da vida. Gosto de citar as palavras de **Wisława Szymborska**: «Não sei? É expressão curta mas tem asas longas». Enquanto professor, devo explicar o papel da incerteza e da dúvida na transmissão do conhecimento, matérias tantas vezes ignoradas. Têm má reputação de modo injusto. Neste ano simbólico das comemorações da **Revolução dos Cravos**, gostaria de constatar maior reflexão e menor glorificação. É a minha opinião sobre a importância da multiperspetiva em **História**. Afinal, este texto, fazendo jus às palavras de **José Mattoso**, «é uma forma de ver a realidade, não de a dominar» (MATTOSO: 2012, 19).

Ricardo Pereira | Professor de História

Bibliografia

DUBY, GEORGES; LARDREAU, Guy (1989). *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote.
MATTOSO, José (1995). *A identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. I – Oposição. vol.1. Lisboa: Editorial Estampa.
RUSSELL, Peter (2016). *Henrique, o Navegador*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte



“ Não o prazer,
não a glória, não o
poder e a Liberdade,
unicamente a

LIBERDADE”

De: Fernando Pessoa

Camila Ribeiro, 9^o

Camila Ribeiro | 9.º F

Analogias e Convergências Passado-Presente: *Crónica de D. João I e Revolução do 25 de Abril de 1974*

Na *Crónica de D. João I*, escrita por **Fernão Lopes**, em 1450, e na *Revolução do 25 de Abril de 1974*, também conhecida como *Revolução dos Cravos*, *Revolução de Abril* ou apenas por *25 de Abril*, estão bem patentes a intervenção e o poder popular, o valor do sentido pátrio e a identidade nacional, emergindo um sentimento coletivo do povo português, que se traduz na consciência de se pertencer a uma mesma nação.

A *Crónica de D. João I* dá um contributo para representar o sentimento de coletividade nacional vivido durante a *Crise de 1383-1385* e para afirmar a consciência de nacionalidade, que advinha, em grande medida, do temor da invasão castelhana e do sentimento da independência do reino e da sua liberdade ameaçadas. O sentimento de pertença à nação portuguesa afirma-se e reforça-se, porque nessa ameaça se fortalece a noção de comunidade. O povo de Lisboa manifesta-se contra a regente D. Leonor Teles e a influência estrangeira: *Soarom as vozes do arroido pela cidade ouvindo todos bradar que matavam o Mestre; e assi como viuva que rei nom tiinha, e como se lhe este ficara em logo de marido, se moverom todos com mão armada, correndo a pressa pera u deziam que se esto fazia, por lhe darem vida e escusar morte(...)* A gente começou de se juntar a ele, e era tanta que era estranha cousa de veer. Nom cabiam pelas ruas principaes, e atrevesavam logares escusos, desejando cada ùu de ser o primeiro; e preguntando ùus aos outros quem matava o Mestre, nom mingua quem responder que o matava o Conde Joam Fernandez, per mandado da Rainha. **Cap. I da Crónica de D. João I.** O povo sofre em conjunto a dureza e as privações do cerco que João de Castela, marido de D. Beatriz, monta à capital. Contudo, são também portugueses de várias localidades e regiões que se mobilizam para preparar a resistência a essa invasão e que enfrentam o exército castelhano nas Batalhas de **Atouros**, **Trancoso**, **Valverde** e, a mais decisiva, **Aljubarrota**, em defesa do país e da sua independência. O povo ganha/consolida a consciência coletiva de que deve ter um papel ativo e quer participar na vida política do reino e na condução dos destinos da nação: intervém para apoiar e salvar o Mestre de Avis e

mobiliza-se para enfrentar os castelhanos: unido num só desejo, foi às portas do paço que estavam já fechadas e começou a dizer:

- Onde mataram o Mestre? Que é do Mestre? Quem fechou estas portas?

De cima não faltava quem dissesse que o Mestre era vivo e o conde de Andeiro morto. Mas isto não queria nenhum crer, dizendo:

- Pois se é vivo, mostrai-no-lo e vê-lo-emos! Cap. I da Crónica de D. João I

Em termos narrativos, a consciência de grupo e o sentimento de nacionalidade são representados através da noção de personagem coletiva, quando se trata da multidão de Lisboa, que revela uma vontade comum, que se organiza em conjunto para defender a capital e que sofre em conjunto e cerra fileiras no cerco castelhano à capital do reino, suportando os ataques, o sofrimento, a fome, a miséria e a morte: *Toda a cidade era dada a nojo, chea de mesquinhas querelas, sem neuñ prazer que i houvesse: uñs com grande mingua do que padeciam; outros havendo doo dos atribulados; (...) Pero com todo esto, quando repicavom, neuñ nom mostrava que era faminto, mas forte e rijo contra seus ãmigos. Esforçavom-se uñs por consolar os outros, por dar remedio a seu grande nojo. Cap. CXLVIII da Crónica de D. João I.*

Um dos objetivos da escrita de Fernão Lopes foi demonstrar o patriotismo dos portugueses e legitimar a construção do novo Portugal, colocando a intervenção do povo como sujeito da História. Uma das grandes novidades nesta crónica é o aparecimento do povo como força que se quer afirmar, saindo da passividade medieval face aos direitos e abusos dos senhores: *Desfalecia o leite aquelas que tiinhm crianças a seus peitos per mingua de mantiimento; e veendo lazerar seus filhos a que acorrer nom podiam, choravom ameúde sobr'eles a morte ante que os a morte privasse da vida. Muitos esguardavom as prezes alheas com chorosos olhos, por comprir o que a piedade manda, e nom tendo de que lhes acorrer, caíam em dobrada tristeza. Cap. CXLVIII da Crónica de D. João I.*

Durante o regime autoritário do Estado Novo, foi relevante a forte adesão do povo à **Revolução de 25 de Abril de 1974**. Apesar de, no primeiro comunicado do **Movimento das Forças Armadas (MFA)**, lido às 04:35 da madrugada, aos microfones da **Rádio Clube Português**, pelo jornalista Joaquim Furtado, se apelar a que todos ficassem em casa:

*Aqui Posto de Comando do **Movimento das Forças Armadas**. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. (...) o povo, da parte de tarde, saiu à rua, secundando e aplaudindo as ações dos militares. Foi, sobretudo, este apoio total e a crescente amplitude da participação popular que tornaram o golpe militar na Revolução e colocaram o regime do Estado Novo perante uma situação incontestável e sem retorno. O povo, por vontade própria, foi levado a agir, a mobilizar e a participar, sem derramamento de sangue, guiado pela música e celebrando com os cravos. Um evento marcante da **História de Portugal**, que depôs a ditadura, ini-*

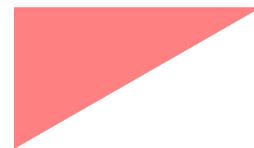
ciou o percurso da democracia e abriu caminho para a resolução do gravíssimo problema da **Guerra Colonial**. Todas as famílias portuguesas, de uma forma ou outra, foram afetadas por esta cruenta guerra, que se arrastava, semeando mortes, que era infrutífera e destituída de sentido. A população criticava o governo e causava constantes agitações na reivindicação dos seus direitos e da liberdade de manifestação. Podemos concluir que, tanto na **Crónica de El-Rei D. João I** como na **Revolução de 25 de Abril**, a noção de ser português está enraizada no povo e nos movimentos populares, que mostram ser ele o verdadeiro herói que se mobilizou em torno de valores e interesses comuns, que marcam profunda e permanentemente a sociedade portuguesa que se projetou no futuro.

Rodrigo Brito | 10.º A



Ana Cancela | 9.º H

Eu Nasci e Vivi em África



A Professora **Lizete Vieira**, que leciona Geografia e, na atualidade, desempenha, também, o cargo de **Subdiretora** da Escola Secundária São Pedro, nasceu e viveu até aos 16 anos em África, em Luena, que na altura era a cidade do Luso, a capital da província do Moxico, no interior de Angola. O seu pai era funcionário da Companhia dos **Caminhos de Ferro de Benguela(CFB)**. Esta linha começava no Lobito, no litoral, e atravessava Angola, num total de 1 300 Km, passando por Luena e com ligação, em Luau, na fronteira, para a República Democrática do Congo e à sua capital, Kinshasa, e para o caminho de ferro Cabo-Cairo. Nos primeiros anos, a família viveu em várias povoações ao longo da linha férrea: Bié, Huambo... e

só se fixou em Luena quando os filhos entraram para a escola.

Estas mudanças de localidade devem-se ao facto de o pai ser um dos responsáveis pela gestão dos eucaliptais plantados ao longo da via-férrea, cuja madeira era combustível para as locomotivas, que funcionavam na sua maioria a vapor, embora houvesse já algumas a *diesel*. O contacto com o mundo dos comboios e as viagens que neles fez levaram a que a Professora Lizete desenvolvesse uma verdadeira paixão por este meio de transporte.

A sua família vivia numa casa de um bairro da Companhia para a qual o pai trabalhava e faziam as compras nos armazéns da empresa. Nunca viveu perto do mar, mas os armazéns recebiam peixe fresco duas vezes por semana.

Estudou numa escola pública desde a primária até ao 5.º ano, atual 9.º ano, e depois prosseguiu os estudos já em Portugal. Em Angola, amanhece muito cedo e, por isso, tinham aulas às 07:00. Não custava nada.

Gostou muito de viver em Angola, as pessoas eram alegres, solidárias e tolerantes, ninguém criticava por se andar de minissaia ou calções, como acontecia cá, onde enfrentou essas críticas em Vila Verde, a aldeia para onde foi viver, quando regressou.

Nunca tiveram criados, a mãe era dona de casa e todos ajudavam. O pai, nas suas deslocações, tinha um funcionário negro, disponibilizado pela Companhia, que cozinhava e tratava da roupa, nas aldeias onde ficavam.

Em África, viviam bem, mas os pais não lhes davam tudo o que queriam, por exemplo, só comiam gelados ao domingo. Esta disciplina e gestão financeiras foram muito úteis para a adaptação à nova realidade familiar provocada pelo retorno a Portugal, em 1975.

O pai, de quatro em quatro anos, tinha seis meses de férias e, devido a essas férias, veio duas vezes a Portugal:

- na primeira vez, tinha quatro anos, lembra-se da burra, na aldeia, e do tremor de terra de 26 de dezembro de 1962;
- na segunda vez, em 1973, tinha 14 anos, co-

nheceu as avós, os tios e primos, o que facilitou, um pouco, a sua integração aquando do regresso definitivo. Gostou das viagens, que duravam nove dias, realizadas em paquetes que tinham piscina e muitas atividades para ocupar o tempo. No retorno a África, foi de avião, lembra-se de, à chegada, no aeroporto, olhar para cima e ver uma nuvem de mosquitos e ter concluído: “Estou em África”.

Na sequência do 25 de abril de 1974, teve a percepção de que o seu mundo ia mudar. Os principais motivos da Revolução que pôs fim ao Estado Novo foram a Guerra do Ultramar e reconhecer a autodeterminação das colónias/províncias de África. O governo português começou as negociações, porém, havia muitos ressentimentos, sobretudo do lado dos angolanos. A data da independência acabou por ser marcada de forma abrupta e não foram acautelados os direitos dos portugueses que lá viviam. Ainda antes da independência, começou a Guerra Civil entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. A 8 de abril de 1975, às 16:00, assistiu ao primeiro grande tiroteio entre as forças em confronto, que se prolongou por toda a noite. A morte parecia iminente, estava demasiado perto, foi avassalador. A partir desse dia, os combates passaram a ser diários. A família não regressou toda junta a Portugal, os primeiros foram ela e o irmão mais velho, no dia 8 de agosto de 1975, num avião da ponte aérea criada para tirar os portugueses da Guerra Civil que não dava tréguas. Quando o pai lhes disse, dois dias antes da viagem, foi duro. Na viagem de oito horas, pensou “Lizete, a brincadeira e a vida como a conhecias acabaram”. Mudou, mudou muito, naquela viagem, tornou-se uma pessoa adulta e responsável, aquilo a que os amigos chamavam “uma chata”. Passou a ponderar muito bem todas as despesas, a fazer contas para gerir os magros recursos que tinha. Para pagar o bilhete da viagem de comboio para o Pinhão, tiveram de pedir dinheiro emprestado a uma senhora, pois não tinham dinheiro português. Não havia telemóvel e o telefone não era de fácil acesso, por isso, esteve um mês sem saber da família que tinha ficado em Angola, só em setembro soube que a mãe tinha regressado. A notícia deixou-a feliz, por a saber em segurança e perto e, ao mesmo tempo, triste, porque teve a certeza de que era definitivo, não voltavam a África. Em outubro, regressaram o pai e o irmão. Estava a família reunida, em Portugal. Encontra-

vam-se longe do perigo, tinham voltado, mas deixaram o que era seu. Foram mal recebidos, chamavam-lhes retornados e olhavam-nos de lado, pois o governo teve de cuidar deles. No aeroporto de Lisboa, para poderem pagar as despesas imediatas, como as viagens, foi dada a cada um a possibilidade de trocar o dinheiro de lá por dinheiro de cá (o equivalente a cinco contos). Como só tinha 16 anos, não foi contemplada com essa quantia.

Foram viver para a aldeia natal, no concelho de Alijó, na casa dos avós. Nesta, viviam também um tio e a respetiva família. Era demasiada gente e, ao fim de um ano, foram para outra casa, que não tinha condições de habitabilidade. Na Escola CCB, de Vila Real, fez o 10.º e o 11.º anos, vivendo num quarto que o pai alugou. Não encontrou diferenças entre o ensino ministrado em África e em Portugal, contudo, sentiu mudanças no ensino após o 25 de Abril, o comportamento dos alunos na sala de aula mudou, começando a ser mais frequentes os problemas de indisciplina. Voltou à aldeia, onde fez, em ensino a distância, o ano propedêutico. Levantava-se cedo para ir assistir às aulas na televisão de uma tia-avó, pois na sua casa não havia TV. Não foi fácil, não existia interação entre os alunos e os professores, como aconteceu durante a pandemia da Covid-19, não podia colocar dúvidas ao professor para que ele as esclarecesse e, na aldeia, não podia contar com ninguém para lhe dar apoio, porque a escolaridade das pessoas era muito baixa. A Matemática deu-lhe muito trabalho. No ensino superior, foi para Lisboa, onde fez o curso de **Geografia e Planeamento Regional**, na **FCSH da Universidade Nova**. A pessoa da família mais afetada foi o pai que entrou em depressão, da qual foi difícil recuperar. Mantém o sonho de voltar a África, aos espaços onde viveu, só para visitar. Tem uma grande saudade de tudo o que lá viveu. Se acontecer voltar a pisar aquele chão, talvez se ajoelhe e beije a terra, a primeira que conheceu, a que a viu nascer.



Pequena escultura em madeira, o que resta de um tempo que permanece na memória de quem o viveu e sofreu.

Eduardo Azevedo | Professor

Este depoimento resulta das respostas às questões dos alunos do 9.º H, numa aula de Geografia e noutra de História.

Eu estive na **Guerra do Ultramar**

O meu nome é **Maurício de Almeida**, tenho 71 anos e vivo em Vila Real.

Tinha 20 anos, em abril de 74. Fui militar do **Batalhão de Caçadores 4813/73**, formado no **BII 18** em Ponta Delgada e estive em comissão de serviço em **Moçambique** entre 04/74 e 04/75.

Eu era furriel miliciano *vago-mestre* da **1.ª Companhia de Caçadores**, que foi comandada pelo capitão miliciano José Lavrador.

Acabadas a recruta e a especialidade, fui colocado/mobilizado no **BII 18**, nos Arrifes, em **São Miguel**, para formar o **Batalhão de Caçadores 4813/73** com destino a **Moçambique**.

Apresentei-me no **BII 18**, salvo erro, no início do mês de outubro de 1973, tendo iniciado, como instrutor, a recruta e, mais tarde, a especialidade dos militares (todos açorianos) que iam comigo para **Moçambique**. Permanecemos nos Arrifes até finais de março de 1974.

Vimos para o continente, para o quartel da **Amadora** para que, antes do embarque para **Moçambique**, fizéssemos os exercícios finais do treino de guerra, onde era incluída a "semana de campo".

No segundo ou terceiro dia da "semana de campo", dá-se o **25 de Abril de 1974**, o que implicou que, nessa madrugada, quando me dirigia ao quartel da **Amadora** para recolher os géneros alimentícios necessários para a confeção de refeições do dia, tivesse recebido ordens do Comandante do **Regimento da Amadora** para ir transmitir ao capitão miliciano Lavrador, Comandante de Companhia, o levantamento do acampamento e regresso imediato à unidade base.

Nos dias 26 e 27 de abril, eu e mais alguns graduados da companhia recebemos ordens para formar grupos de seis soldados para que durante o dia e durante a noite as agências bancárias de maior volume da Baixa de Lisboa ficassem à nossa guarda. Ordens recebidas: "Não entra nem sai ninguém!" O objetivo era não deixar sair fundos (dinheiro) para o estrangeiro.

Nos dias seguintes, participei na detenção de alguns **PIDES** (pólicia política que perseguia, torturava e, por vezes, matava quem era contra o regime do Estado Novo). A sensação que senti nesses dias ainda é uma coisa indescritível. Acompa-

nei muito de perto todos os acontecimentos, inclusive os festejos do 1.º de Maio - **Dia do Trabalhador** - o primeiro em plena liberdade. A **Revolução dos Cravos** acabou com a ditadura, o regime político autoritário e repressivo.

No dia 16 de maio de 1974, ainda fui para **Moçambique**, com toda a minha companhia militar (cerca de 200 homens), pois estávamos mobilizados antes do 25 de Abril e lá, a guerra continuava.

Estivemos quase um ano, até à independência de **Moçambique**, mas não estivemos em combate. Quando voltei à vida civil, tive dificuldade em processar tudo o que tinha presenciado e vivido. Ter assistido à morte de jovens que nem queriam estar ali e de africanos que estavam a lutar pela independência do seu país foram situações avassaladoras que me perturbam e não consigo esquecer.

Mantenho o contacto com alguns companheiros através de convívios que vamos fazendo. Neles, lembramos os que morreram e os momentos mais marcantes que vivemos naquele tempo.



Cedida pelo militar

Maurício Almeida, testemunho recolhido pela neta, Matilde Morais | 10.º A

Não sei o dia em que parti, mas aconteceu por volta de 10 de janeiro de 1970. Fomos de avião, para muitos de nós era a primeira vez que viajávamos neste meio de transporte.

Estive na costa norte de **Angola**, na atual capital do país, **Luanda**, sempre no mato.

Fui muito novo, com 22 anos, mas alguns dos meus companheiros eram ainda mais novos. A minha preparação militar foram seis meses no **Corpo de Fuzileiros em Lisboa**. Estive em **África** 3 anos, de 1970 até 1973.

O que em mim teve maior impacto, para além do inferno da guerra, foi a extrema beleza da fauna e flora africanas. Lembro-me de ficar fascinado com os animais. Uma das imagens que retive foi ver um leopardo a correr a uma velocidade extraordinária e a caçar outro animal com uma eficácia implacável e exata. No acampamento, havia muitos macacos que conviviam com os soldados. Não trouxe nenhum com receio da reação da minha mulher, mas muitos soldados trouxeram.

Estive sempre na linha da frente, por causa da minha formação que foi muito exigente em horas e em esforço físico. Tive sorte em sair de lá vivo. Íamos para o "mato" dias ou semanas, dependia do perigo e do número de soldados. Existia, entre todos, camaradagem, fomos treinados para trabalharmos em equipa e entreajuda. Uma vez, peguei num colega ferido e corri, com ele às costas, para que fosse atendido o mais brevemente possível. A guerra marca, vi parceiros a morrer. Foram cenas e episódios muito fortes que nunca vou esquecer. Na atualidade, olho para aquele tempo como algo que nunca mais quero viver. Não deixo que ninguém passe o que eu passei.

Encontro-me com os meus colegas, não todos, alguns vivem longe, porque vivemos o inferno juntos, temos isso em comum, compreendemo-nos.

António Cabo, testemunho recolhido pelo neto, Luís Cabo | 10.º A



Cedida pelo militar

Não lembro a data da partida para África, sei que foi em maio de 1966. Fui de barco. Era voluntário, tinha 20 anos, já era casado e pai de um filho. Fui 1.º cabo e depois sargento. Estive dois anos em **África**. O nosso destino inicial era a Guiné-Bissau, mas, quando estávamos a três dias da nossa chegada, foi-nos comunicado que havia ataques em **Cabinda**, em **Angola** e rumamos para lá.

O mato denso impressionou-me, havia locais em que não víamos nada à frente. Quando íamos nos tanques, às vezes, "atropelávamos" jiboias que faziam os tanques saltar.

Eu, por ser casado e pai, era o sargento mais caro e o capitão não queria que estivesse nas funções mais perigosas: fiquei responsável pelo bar dos oficiais, servia-os no refeitório e integrei as colunas de reabastecimento.

Lembro-me de uma noite, em que uma patrulha, no meio do mato, começou a ver o clarão da lua cheia e, pensando que era o inimigo, disparou uma saraivada de tiros. Antes de regressar, tive uma cólica do fígado e o médico, ainda muito jovem, não queria que eu viajasse doente. Segundo ele, ficava até me curar e depois regressava de avião. Eu tinha muitas saudades da minha mulher, da tua avó, e do menino e, desesperado, tentei esconder-me entre as malas que coloquei no navio. O capitão encontrou-me e eu implorei que me deixasse fazer a viagem. Não foi fácil, mas consegui.

Miguel Leandro, testemunho recolhido pela neta, Margarida Leandro | 9.º H



Cedida pelo militar

A Liberdade

que eu defendo...

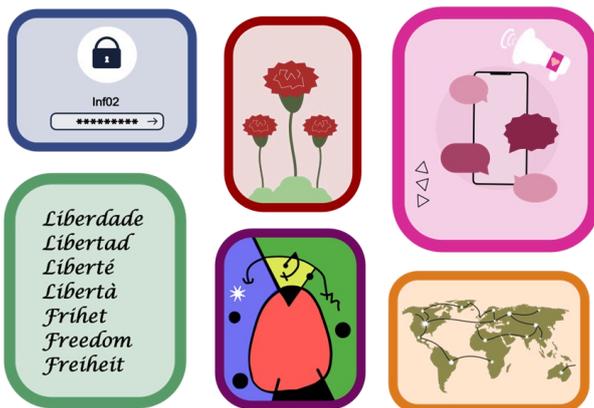
Os alunos de **Aplicações Informáticas**, disciplina lecionada pelas docentes Carla Pereira e Lurdes Lopes, do 12.º ano, desenvolveram trabalhos de projeto sobre o tema **Liberdade**, em diversas perspetivas, através do programa de gráficos vetoriais - **Inkscape**. Selecionaram-se alguns desses trabalhos, acompanhados pelas respetivas memórias descritivas, para publicar nesta edição especial da **Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril**.

Liberdade de expressão online

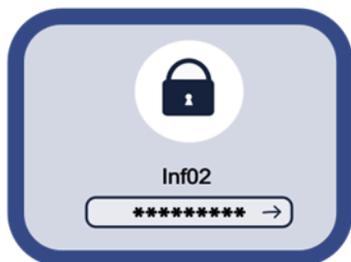


O trabalho teve por base o tema **liberdade de expressão online** e as consequências que advêm da violação desta **liberdade**. Nesta ilustração, o jovem representa todos os indivíduos que sofrem com o problema enunciado quando utilizam a *Internet*. A mão projetada a partir do ecrã do computador e que cobre a boca do jovem, impedindo-o de manifestar a sua opinião e interesses, simboliza a violação da **liberdade de expressão online**, que “cala a voz” de inúmeras pessoas em diversas circunstâncias. O símbolo “sem som” presente na mão reforça a ideia de que o jovem não se consegue expressar livremente. O elemento do quadro que mostra a **Estátua da Liberdade** introduz o contraste de situações dentro do cartaz: é mostrada a violação da **liberdade de expressão** e, também, está presente um símbolo da **liberdade** por excelência - a **Estátua da Liberdade**, que nos remete para os ideais de liberdade em vigor e que devem ser defendidos. A mensagem principal é o apelo à consciencialização da importância da **liberdade de expressão**.

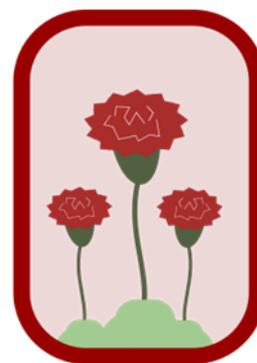
Visita guiada à Liberdade



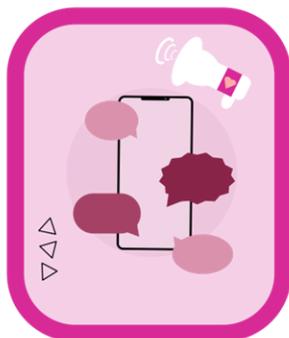
Optamos pela criação de uma parede pela amplitude do tema **Liberdade** e pela sua extrema importância na vida de todos. A escolha das cores vibrantes teve como objetivo um maior impacto visual e celebrar a **Liberdade**.



Nesta moldura, representamos a segurança digital e o direito à privacidade, que devem estar sempre presentes. Devemos proteger-nos ao máximo contra as ameaças que rondam os utilizadores da *Internet* e das redes sociais. É fundamental sentirmo-nos seguros e garantir o direito à privacidade, alicerce essencial da **Liberdade!**



Os cravos vermelhos são o símbolo português da conquista da **Liberdade**. Representam, ainda, o caminho da não violência seguido na **Revolução dos Cravos**. É o que se pretende para a atualidade e para o futuro.



O *smartphone* é a oportunidade de todos podermos comunicar de forma rápida e dinâmica. Queremos demonstrar que é possível comunicar sem violência, sem insultos, de forma correta: todos se expressam e são respeitados. Os balões de mensagens do telemóvel e o megafone são símbolos da **Liberdade de Expressão**.

Seja qual for o idioma, a **Liberdade** é um elo universal que liga o Mundo.



Olhares mais atentos diriam que esta moldura é uma representação *kitsch* de uma obra de Joan Miró. O objetivo foi personificar a **Liberdade de Pensamento**, a qual possibilita que cada um tire as suas conclusões.

Aqui ligamos o Mundo. As fronteiras digitais desaparecem, existe uma partilha entre povos e culturas. A tecnologia ofereceu-nos uma **Liberdade** incalculável e extraordinária. A ela, todos devemos o respeito *online*.



No nosso trabalho, quisemos expressar as diversas facetas da **Liberdade** com recursos criativos e com capacidade para atrair o olhar e a atenção de todos.

Ana Silva - Maria Monge | 12.º F

Liberdade e tecnologia

O nosso ponto de partida foi o tema proposto: **Liberdade**. Ao equacionarmos a relação da liberdade com a tecnologia, concluímos que podíamos usar as redes sociais como o veículo que estabelece uma ponte entre estes dois conceitos. As redes sociais disponibilizam uma forma fácil e acessível de comunicar. Esta é a razão fundamental que leva a que as principais aplicações das redes sociais tenham milhões de *downloads*. Todavia, as grandes empresas tecnológicas que criaram as redes sociais, utilizadas pela maior parte de nós, dispõem de técnicas e de processos para analisar os conteúdos que nos cativam mais. É assim que conseguem otimizar o tempo que passamos em determinada rede social e nos “bombardeiam” com imagens e mensagens publicitárias, sobretudo, aquelas a que estamos mais recetivos em cada momento.

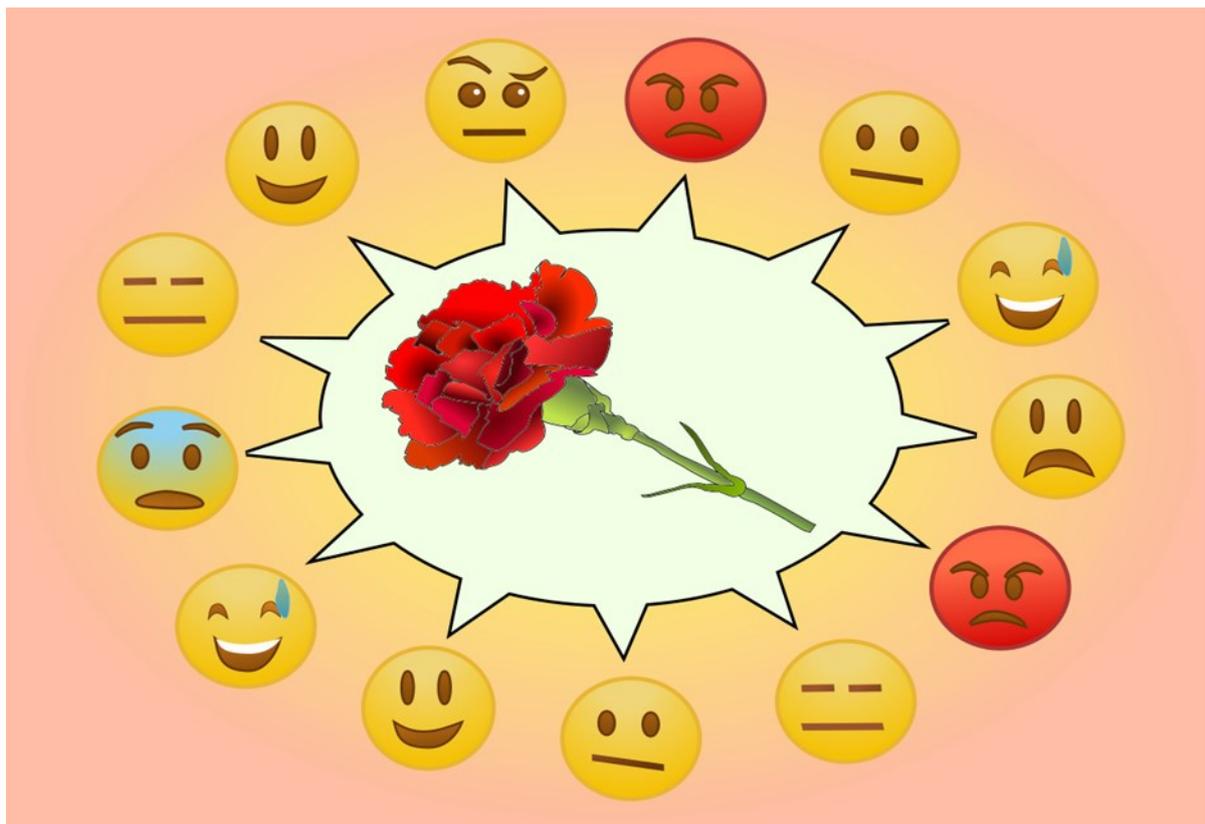
No entanto, nem sempre os assuntos do dia a dia que preocupam a sociedade no geral são os mais rentáveis para estas plataformas, o que desvia muitas vezes o nosso olhar e a nossa atenção para temas menos centrais. Refletimos sobre de que maneira poderíamos mudar um pouco esta realidade e despertar, em quem visse o nosso trabalho, um espírito crítico e esclarecido.

Nas aulas de **Aplicações Informáticas**, aprendemos a desenhar um telemóvel e decidimos in-

cluir este elemento no nosso projeto para lhe dar uma forma mais familiar. Procuramos criar a imagem do telemóvel mais próxima possível da realidade, escolhendo o primeiro ecrã que aparece nos nossos telemóveis logo que o levantamos da mesa. Neste ecrã, conseguimos ver duas notificações de aplicações comuns nos nossos dispositivos. A legenda na faixa abaixo pretende fazer o público pensar nas opções de escolha com que se depara no dia a dia. Na aparência, são escolhas simples, mas têm um peso significativo na opinião que cada um vai formular acerca do mundo onde vive. Incluímos alguns elementos discretos, que exigem uma observação mais atenta e pormenorizada: a data apresentada é **25 de Abril**, o que nos remete desde logo para o tema proposto - a **Liberdade**; o símbolo da **revolução de Abril** - os cravos (dois fazem parte da imagem de fundo e muitos outros encontram-se no padrão de base). O globo com ícones localizados em locais geográficos, onde, na atualidade, há conflitos a decorrer, lembramos a importância de preservarmos a **Liberdade** neste mundo em constante mudança e onde, infelizmente, há cada vez mais pessoas a absorver as ideias de extremistas que, também, circulam na Internet e desvalorizam a **liberdade**.



Liberdade de expressão



Escolhemos, no leque de sugestões apresentadas, o tema **liberdade de expressão** porque ela é uma das maiores, senão mesmo a maior, conquista do **25 de Abril**, que celebra 50 anos em 2024. É imperativo e benéfico para todos que se preserve este direito quando comunicamos e nos exprimimos *online*.

Queremos transmitir a mensagem de que a **liberdade de expressão** está muito presente no meio *online*: quando fazemos um comentário, ou escrevemos uma publicação, ou reagimos a algo com palavras ou *emojis*, estamos a expressar as nossas ideias e sentimentos e a marcar a nossa posição pessoal num espaço de discussão e partilha. Infelizmente, a censura e a opressão da livre expressão ainda ocupam lugar em alguns países do mundo, por isso é imperativo valorizar a **liberdade** que temos para dizer o que pensamos e o que defendemos, claro, sem nos sobrepormos à **liberdade** de todos os outros.

Foi este respeito pela pluralidade de pensamentos e posições que procuramos traduzir com os *emojis* de várias reações: a concordância, a oposição, a repulsa, o receio, a revolta. Todas são respostas válidas aos eventos e situações que diariamente ocorrem na aldeia global. Devemos manifestar e expressar a posição que, para nós, é a mais correta nas diferentes vertentes da comunicação, incluindo, como é óbvio, o meio digital. Representamos essa **liberdade de expressão online** de modo figurativo: um balão de fala, um

cravo e *emojis*. O fundo em *gradiente* desempenha também um papel importante na transmissão da mensagem, porque envolve o cravo num efeito de auréola, conferindo-lhe a importância devida por simbolizar a liberdade.

O balão de fala dá a mesma oportunidade de expressão aos vários interlocutores que estão no círculo e expressam diferentes reações. A base dos *emojis* é uma elipse com traço definido e preenchimento com *gradientes* de diversas cores, dependendo da reação. Os elementos faciais foram realizados com recurso a *elipses* e *as curvas Bézier* também preenchidas com *gradiente*. Em todo o desenvolvimento do trabalho, tivemos em consideração o contexto e o público-alvo a que se destina, a comunidade escolar, o que nos levou a optar por uma linguagem expressiva e, ao mesmo tempo, acessível e objetiva, com elementos apelativos que facilitem a identificação e a descodificação fácil e rápida da mensagem transmitida.

O homem livre é um lutador e a liberdade é algo que se conquista.

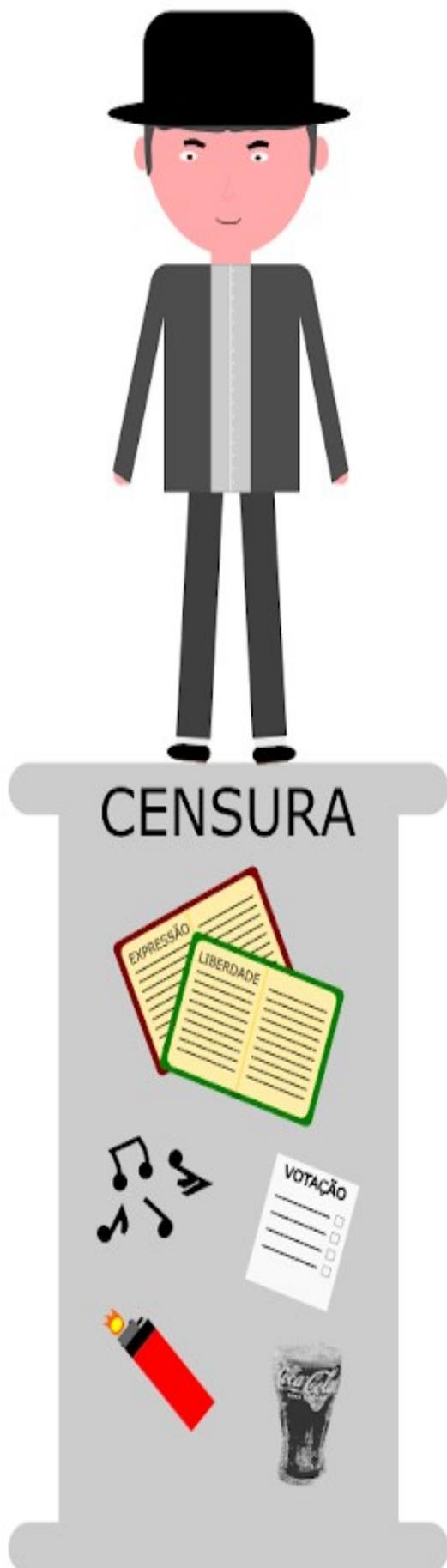
Friedrich Nietzsche

João Azevedo - João Pires | 12.º A

Referência

<https://www.pensador.com/frase/MjQyMTk0/>

Censura sem Liberdade de escolha



O tema que trabalhei para realizar este projeto foi a falta de **liberdade** antes do **25 de Abril de 1974**, antes da instauração da **democracia atual**.

Para tal, tentei recriar a figura de Salazar (o grande obreiro e garante da ditadura por ele concebida e denominada Estado Novo). Representei-o em cima de um pilar denominado **Censura**. Coloquei-lhe o chapéu, que para ele era um símbolo de respeitabilidade. Dentro desse pilar, coloquei o que era proibido durante este regime ditatorial:

- o direito de votar em eleições livres;
- livros que continham a palavra **liberdade** (focavam e criticavam a sua falta);
- as canções de intervenção que foram censuradas por denunciarem os vícios da ditadura e os problemas sociais, como a miséria e o analfabetismo;
- a Coca-Cola porque era preciso beber o vinho produzido e que dava "de comer" a um milhão de portugueses, aqueles que tinham trabalho na vitivinicultura pouco ou nada mecanizada;
- o isqueiro, para o qual era preciso uma licença específica de uso e que era proibido acender na rua, como estava regulamentado, só podia ser feito "debaixo de telha".

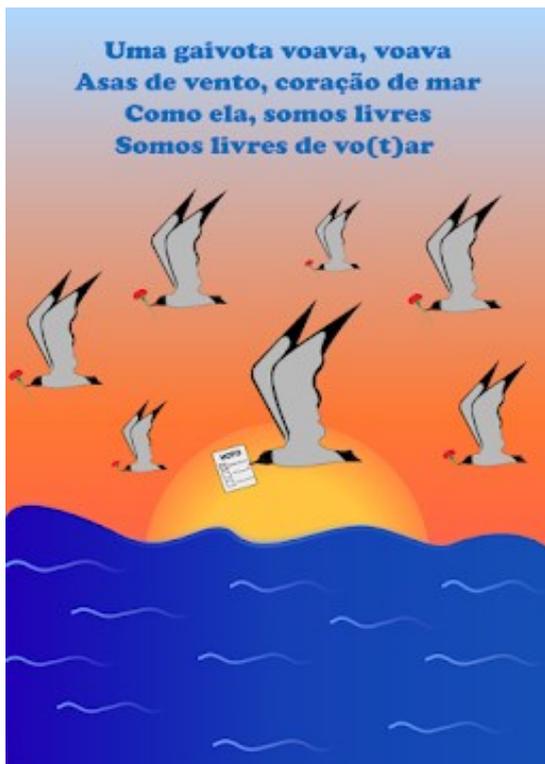
Quis, com este trabalho, divulgar a mensagem de como um dos pilares principais deste regime, a **censura**, contribuía para que não existisse o seu oposto, a **liberdade**.

Nenhum destes objetos que escolhi é aleatório. Retratei os livros, porque é do conhecimento geral que o modo mais fácil de manipular a população é privando-a de instrução e informação; retratei a ausência do direito de votar, para mostrar como as pessoas, na realidade, não tinham **liberdade de escolha**; retratei a música por esta representar a voz das pessoas, sobretudo da oposição, que estava a ser "silenciada"; retratei o isqueiro, para mostrar o quão inseguro e *picuinhas* era o regime, a ponto de ser preciso licença até para se ter algo tão pequeno e retratei a Coca-Cola por um motivo mais pessoal: um dos meus livros favoritos fala acerca da ditadura e mostra uma cena na qual esta bebida está a ser contrabandeada. Quando li, fiquei chocada por uma simples bebida ser proibida.

A falta de **liberdade** não se dava só em relação às "grandes" coisas, o quotidiano de cada um também era afetado.

Alexandra Bejan Stamate | 12.º G

Somos livres



Neste trabalho, tomei a decisão de homenagear a **liberdade democrática** que foi reconquistada em 1974, no **25 de Abril**, fazendo referência a versos de uma canção que marcou e se tornou muito simbólica nessa grande revolução chamada: **Somos Livres**. Comecei por desenhar uma gaivota (referida na música) e dupliquei-a. De seguida, vetorizei a imagem de um cravo (símbolo do **25 de Abril**) e coloquei-o no bico de uma das gaivotas como se ela o carregasse. Depois, desenhei um boletim de voto e coloquei no bico da outra gaivota, como se ela o carregasse. Criei um fundo para o trabalho que lembra um pôr-do-sol em alto mar e coloquei os versos da canção de **Ermelinda Duarte**.

A canção diz-nos que, tal como a gaivota é livre de voar, nós também somos livres, e, no meu trabalho, eu quis demonstrar isso, mas especificar a nossa **liberdade** de exercer o voto que proveio da **democracia** que se instalou graças à **Revolução do 25 de Abril**.

O que nos trouxe Abril

Neste trabalho, decidi associar liberdade à revolução dos cravos de 1974. Sendo o cravo um símbolo do **25 de Abril**, data que marcou o fim do regime ditatorial, achei interessante associá-lo a outro símbolo da liberdade, o pássaro. Assim, na imagem, é possível observar um cadeado, representativo da ditadura, já aberto pelo cravo, uma vez que foi a revolução dos cravos que libertou Portugal da ditadura.

Destaca-se na imagem um bando de pássaros que sai em liberdade pela fechadura e que forma a figura do cravo. Toda esta simbologia é concretizada no *slogan*:

Liberdade, o que nos trouxe Abril.

A escolha das cores não foi ao acaso. O fundo azul representa o céu onde os pássaros voam em liberdade e as cores da bandeira de **Portugal** estão representadas no cadeado aberto e no cravo, bem como nas palavras que constituem o *slogan*.

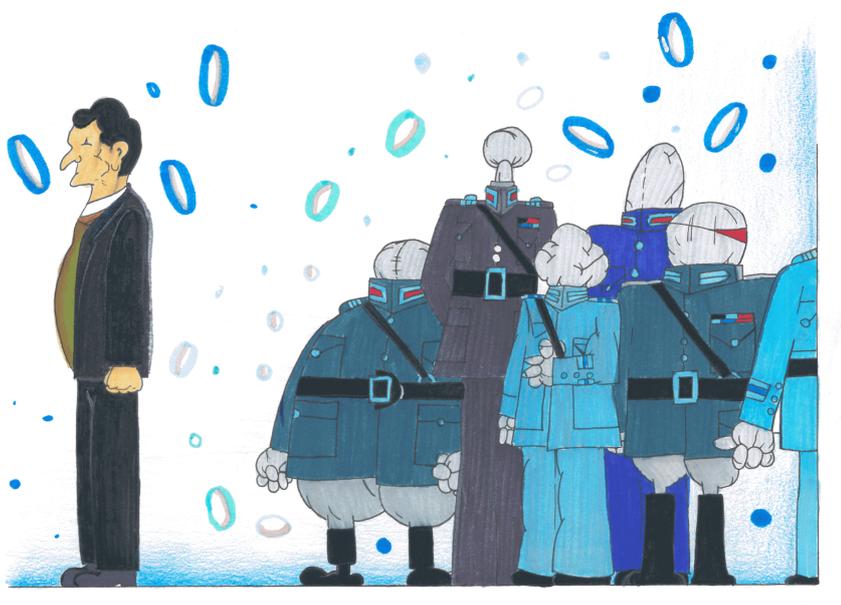
Rafael Costa | 12.º G



Inspirados em João Abel Manta

cartoonista da revolução

João Abel Manta, filho do pintor **Abel Manta**, caricaturou o Estado Novo dos anos 60 e o período revolucionário desencadeado pelo **25 de Abril**, com um traço acutilante e preciso. A sua obra tem de ser lembrada e apresentada aos jovens. Os alunos-artistas do 9.º F: **Bárbara Fernandes**, **Camila Ribeiro**, **Sofia Guimarães** e **Vasco Rocha** reproduziram alguns *cartoons* do **antes** e **depois** de Abril. Para consolidar o processo de descobrir e conhecer **João Abel Manta**, conceberam uma caricatura coletiva baseada, como não podia deixar de ser, no **antes** e **depois** de Abril.

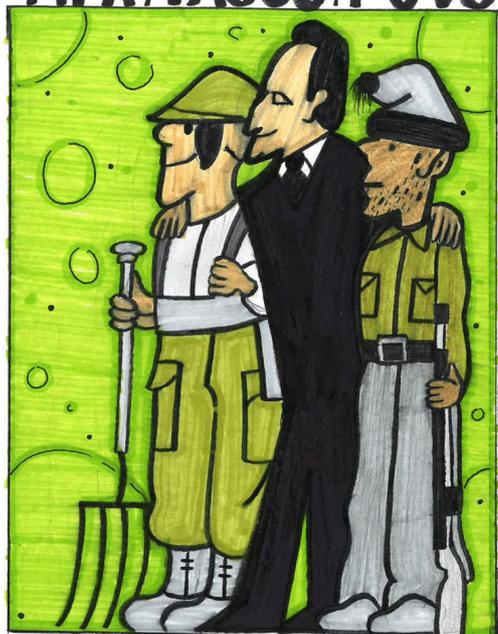


MFA, POVO



POVO, MFA

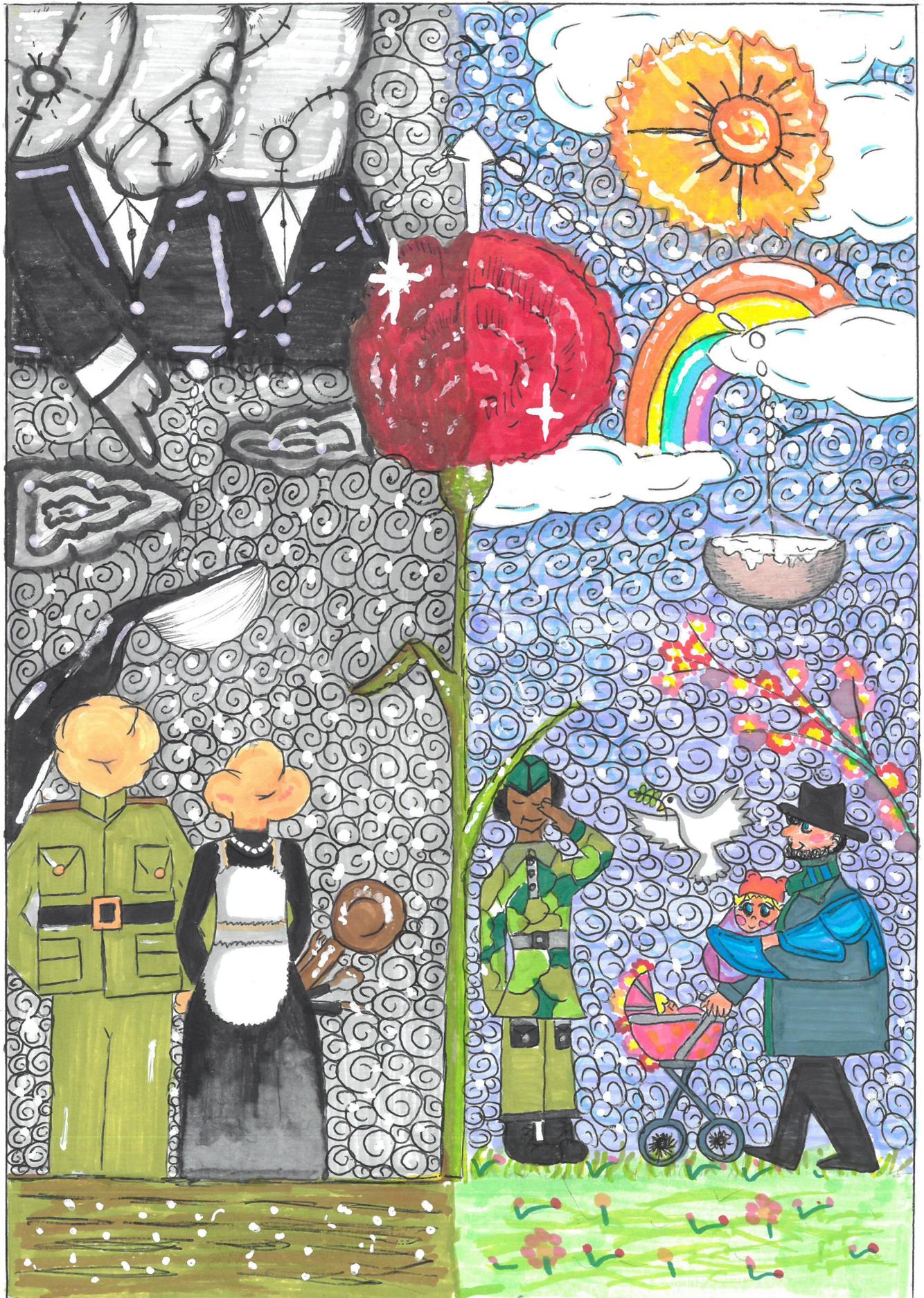
MFA, VASCO, POVO



POVO, VASCO, MFA

FORÇA, FORÇA COMPANHEIRO VASCO
NOS SEREMOS A MURALHA D'AÇO





Referências

<https://visao.pt/atualidade/cultura/2023-04-15-cartoons-de-joao-abel-manta-dos-anos-1969-1992-regressam-em-livro-para-celebrar-abril/>

Quando a censura tinha um lápis azul!

Apresentação do Rosto - Herberto Helder

Segundo **Umberto Eco**, os livros foram feitos para serem questionados. Este texto parte de um olhar naturalmente desfocado, influenciado pela miopia do tempo pretérito. O rosto que se revela gradualmente neste livro brinca connosco, escapa pelas artimanhas da linguagem, cambaleia na fronteira porosa entre a revelação e a ocultação.

Qual é o rosto apresentado por **Herberto Helder**? Diz-nos o autor:

«os poetas interessam-se pelos rostos»¹. Nas páginas timbradas por uma prosa poética ziguezagueante, tateamos este enigma instante a instante, pois as sombras do semblante não permitem afastar a curiosidade. O poeta comuta-se em prosador, sem perder a irreverência típica da poesia. Nos poemas, coabitam os versos com as pau-

sas; já nesta prosa, privilegia-se a torrente, o rio veloz que se liberta das margens. O ritmo do livro assume-se febril, em vários momentos, célere, inquietante, revelador do pensamento disruptivo do escritor. Não por acaso, **Herberto Helder** confessa ao leitor que «escrever é perigoso»². Não podemos resgatar o homem do seu tempo. O autor sabia da trama obscura que urdiam em torno de si e dos outros. Os chacais vigiavam na noite em busca dos caçadores de alvoradas, gente irrequieta, imbuída da rebeldia de escrever fora dos cânones impostos pela censura instituída pelo Estado Novo. O **lápis azul** era uma borracha para apagar ideias, limpava trechos dos jornais, cancelava os livros, borrarava a clareza do pensamento com a tinta permanente da proibição. O silêncio

coagido e o outro, mais punitivo, o autoimposto, agrilhoavam as pessoas num país encarcerado pelas noites alongadas nos dias. A linguagem hermélica do autor desafiava esses cânones e o próprio tinha consciência dos olhares persecutórios: «[as pessoas] mesmo que digam baixinho: merda - não se livram do seu álbum de selos. Estão tramadas»³. Tantos rostos na penumbra, gente acanhada, temerosa numa pequenez forçada, preenchiam as ruas portuguesas nos tempos obscuros da ditadura. A perspicácia do autor, quase armado de bisturi para golpear a pele da hierarquia social, levanta o véu sobre estas pessoas envoltas numa luz bizantina, decadente por dentro. Nas

palavras hirtas do autor: «o que eu digo é que lateja podridão, debaixo da luz»⁴. A PIDE apreendeu os cerca de 1500 exemplares do livro **Apresentação do rosto**, sob justificação de que tinha conteúdo pornográfico. Segundo as palavras do censor, «como obra literária não mereceria qualquer reparo, se não apresentasse passagens de grande obscenidade»⁵. Acrescentaram a crítica da índole esquerdista do autor, conhecido pelo seu antagonismo ao Estado Novo, sobretudo pelas referências à justiça social, aos desfavorecidos e à beleza desarmante de um homem capaz de dar verdade à verdade. Este livro somente foi reeditado no ano de 2020, quase cinco décadas após a proibição.



Leonor Sousa 8.º E

¹HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.159.

²HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.18.

³HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.56.

⁴HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.65.

⁵WookAContece. Disponível em: <https://www.wook.pt/wookacontece/novidades/noticia/ver/apresentacao-do-rostoo-livro-censurado-de-herberto-helder/?id=172808&langid=1> [Consultado no dia 22/03/2024].

Apresentação do Rosto é um livro desafiante em que se torna difícil distinguir os espaços da verdade e os contornos brumosos da ficção nas 216 páginas. É um rosto que espreita pelas frinchas da porta do tempo, incómodo quanto baste para causar o frenesim da curiosidade ao leitor. A prosa desliza pelas páginas, afugenta as sombras embora não totalmente para permitir ao mistério o refúgio da privacidade. É alguém que nos olha através do espelho embaciado. Obra dividida em capítulos nada simétricos, explora os ritmos, as imagens, as palavras e, sobretudo, as metáforas. Nas palavras do próprio, «compreenda-se que escrevo para explicar: que se trata de uma tumultuosa, desavinda multidão de metáforas encerradas numa única metáfora»⁶. **Herberto Helder** nasceu na ilha da Madeira, fez mais tarde a travessia para o continente. Estudou **Direito e Filologia Românica** em Coimbra. As palavras adornam-lhe a metáfora da identidade, ele que levou a sua bruma para paragens brumosas como, por exemplo, a Holanda, a Bélgica e a Dinamarca. Lá desempenhou diversos trabalhos, alguns pesados. Foi trabalhador manual, percorreu os bairros operários, mas também se tornou artífice de poemas. Urdiu os fios da poesia na prosa, miscigenando-a com a coragem desbrida de olhar para dentro a partir de fora. Escreveu para publicações periódicas (**Jornal de Letras, Távola Redonda**, entre outras), partiu para África em 1971 com intuito de realizar reportagens destinadas à revista **Notícias**⁷. Autor de obra poética bastante singular, alvo dos mais valorosos elogios, acabou por colocar talento na prosa. Homem dos «passos em volta» que recusou o **Prémio Pessoa**. Afinal, confessa aos leitores: «os poetas arrogam-se o direito de recomeçar o mundo»⁸. Ele que começou quando (e da forma que) quis. Morreu em Cascais, no ano de 2015, sem cair na tentação de revelar todos os contornos de si perante a luz dos contemporâneos. **Apresentação do Rosto**, publicado em 1968, desafia o leitor com uma frase inolvidável: «este tempo é ainda aberto pelos dois lados, há nele o começo de tudo, e o fim»⁹. Para onde caminhamos hoje? Rumo ao fim do trilho ou ao princípio de tudo? Ler este livro, silenciado outrora pela penumbra da censura, oferece uma oportunidade adicional de cumprir Abril, pois, segundo **Herberto Helder**, «quando as sombras chegam, ouço vozes que cantam»¹⁰.

Ricardo Pereira, Professor de História na **ESSP**

⁶HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.139.

⁷*Apresentação do Rosto*, livro de Herberto Helder proibido pela ditadura, chega às livrarias. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/apresentacao-do-rostolivro-de-herberto-helder-proibido-pela-ditadura-chega-as-livrarias_n1233062 [Consultado no dia 22/03/2024].

⁸HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.14.

⁹HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.167.

¹⁰HÉLDER, Herberto - *Apresentação do Rosto*. 2.ª ed. Porto: Porto Editora, 2020, p.51.



Rosalina Sampaio | Professora



Leitura de um excerto de
São Jorge dos Ilhéus de Jorge Amado



Declamação do poema
Porque de Sophia de M. Breyner Andresen

O Livro

que foi uma **arma política.**

Dinossauro Excelentíssimo - José Cardoso Pires

De origem humilde e misteriosa, o **Mestre Imperador** é o centro de todo o poder no **Reino dos Mexilhões**.

O ***Dinossauro Excelentíssimo*** conta a história de um Dinossauro, que, segundo o próprio livro, "(...) nasceu algures numa choupana, filho de gente-nada ou pouca-coisa, camponeses ao desabrigo" e de nome desconhecido, de origens turvas e quase messiânicas. Formado na cidade dos Doutores, terá ele sido feito para o Reino ou o Reino feito para ele? Nenhuma história é a memória de antes do seu reinado. Usando de palavras difíceis e da ignorância do povo, mantém-se no poder, em tal posição, que ninguém ousa contestar.

Escrito por **José Cardoso Pires** e publicado em 1972, esta obra satírica e efabulada faz uma caricatura do governo de Salazar e de todo o Estado Novo. Pela descrição dada do **Mestre Imperador**, é possível estabelecer a ligação a Salazar, nascido numa família humilde, com uma infância da qual pouco se sabe, estudante no Seminário de Viseu e no curso de Direito, em Coimbra, com uma especialização em Ciências Económicas. O seu poder tem uma justificativa messiânica e divina. Após 50 anos do **25 de Abril**, este livro é uma viva retrospectiva do Portugal pobre do salazarismo, um livro que atija a nossa procura pela liberdade e a nossa luta por ela, que se encontra cada vez mais ameaçada por muitos perigos e por um sistema que não extinguiu a corrupção.

Termino com um dos mais significantes momentos do livro e que, mesmo sem contexto, é capaz de tocar a todos e provocar uma reflexão.

"À beira da janela tinha os pardais em liberdade, mas mais à mão, mais no tempo, estava a mesa do concelho imperial com as pastas alinhadas e as cadeiras vazias. Surdo, um magnífico como ele ficaria à mercê do nem-se-imagina, das armadilhas dos ambiciosos conselheiros."

Este livro proporciona uma leitura fácil e rápida devido ao tamanho da letra, aos textos pouco densos e ao número de páginas escritas, apenas cerca de 70, mas, ainda assim, apresenta passagens marcantes que conduzem e convidam a uma reflexão séria e aprofundada.

Marcos Martins | 10.º G

Referência

Pires, José Cardoso - *Dinossauro Excelentíssimo*. Coleção Essencial: Leya e Livros RTP.



Leitura de um excerto de *O sol nascerá um dia* de Alexandre Cabral



O título conhecia-o há muito tempo e sempre o considerei, como muitos outros, uma provocação. Desde o início, despertaram-me a curiosidade e o interesse as fabulosas ilustrações de **João Abel Manta**. A polémica que se gerou pelo teor crítico ao Estado Novo e ao seu ideólogo e criador, António de Oliveira Salazar, e por não ter sido proibido pela Censura, conferiram-lhe uma áurea irresistível que justifica as 6 edições em dois anos (1972/1973). Editado em 1972, constituiu, na fase final da ditadura, “uma prova (?)” de que existia liberdade de expressão no país, pois não fez parte da lista de livros proibidos, facto que se deve a um pequeno episódio parlamentar. Folheei-o, mais de uma vez, mas, por impossibilidades de tempo e devido a outras prioridades e emergências, não o li. Obriguei-me a fazê-lo, mais tarde. Agora, tive o gosto de o reler para escrever esta recensão. No total, são cerca de 70 páginas escritas com um tipo e tamanho de letra que são fáceis de ler. Os textos não são manchas de tinta sobrecarregados, bem pelo contrário, são leves, com muito espaço em branco e as ilustrações de **João Abel Manta**. A obra está dividida em quatro partes: **Parte Primeira - O Homem que veio do nada; Parte Segunda - O Reino; Parte Terceira - As Palavras** e o **Epílogo**. Dentro de cada uma das partes, há subtítulos, alguns bem imaginativos e fantasiosos: **Nuvens de Jumentos ameaçam os Fugitivos; Mas na Parada dos Doutores aparecem os Pedintes-Voadores; O Enigma dos Espelhos Ensina-dos**; ... Existem palavras de ordem, expressões destacadas com maiúsculas: «PATITI...PATITÁ... NOVES FORA, NADA». Foca a pobreza que grassava no **Reino do Mexilhão**, como vontade divina: «DEUS CONCEDEU-NOS A GRAÇA DE NOS QUERER POBRES», sublinhando e defendendo, no texto anterior, “(...) a alegria de ser-se pobre e a difícil e infeliz vida dos ricos.”¹ Claro que o **Mexilhão do Reino** é o Povo e ele sabe que é o mais vulnerável, aquele sobre o qual todo o mal se abate, como diz o ditado que está citado nesta obra: «QUANDO O MAR BATE NA ROCHA QUEM SE LIXA É O MEXILHÃO». Este povo é descrito sem piedade: “(...) pareciam calhaus, seres empedernidos; (...). Habituarão-se às tempestades; fome para eles era o pão de cada dia. (...) À falta de comida mastigavam os beijos e os pensamentos (...)»²

O brincar com as palavras, criando anagramas (ORMED... OREDM... DEROM... MORED... MERDO... MEDRO...) com a palavra ORDEM³.

A sua provável morte pela serpente das letras ou a sua presumível morte e ressurreição e toda a especulação que se segue, como a inacreditável *fantochada* de o fazer crer que ainda tinha o poder, as ensandecidas reuniões do **Conselho de Ministros** com ministros que já não o eram, tudo isto está no livro, numa linguagem alegórica e efabulada.

¹Pires, José Cardoso - *Dinossauro Excelentíssimo*. Coleção Essencial: Leya e Livros RTP, p.55.

²Pires, José Cardoso - *Dinossauro Excelentíssimo*. Coleção Essencial; Leya e Livros RTP, p.47-48.

³Pires, José Cardoso - *Dinossauro Excelentíssimo*. Coleção Essencial: Leya e Livros RTP, p.112.



Declamação do poema
Romances do Mar de Bernardo Santareno



Fátima Campos | Professora

Tons alegres e palavras felizes da LIBERDADE que eu amo!

Os **alunos do 7.º ano**, das turmas A - C - D - E - F - G, nas aulas de **Educação Visual**, da professora Aida Moura, recorrendo à técnica de *assemblage* e colagem, representaram a sua visão do **25 DE ABRIL** e da **LIBERDADE**.

Alguns desses trabalhos coloriram estas páginas. Para as palavras e frases, os alunos recorreram ao saber e experiência vivida dos pais e dos avós sobre o **25 de abril** e as conquistas que ele trouxe a Portugal e aos portugueses.



Ainda há

Bairros Negros



As *canções de resistência* ou *canções de protesto*, consideradas após a **Revolução de Abril de 1974** como *canções de intervenção*, são constituídas por poemas e músicas de denúncia de contextos de repressão, de miséria, de guerra, de exílio, de emigração, ... possuem uma mensagem universalista e lutam por um mundo melhor.

A canção de intervenção de antes do **25 de Abril** mais conhecida dos jovens é, como mostram as ilustrações, **Grândola, Vila Morena**. Nas aulas de Português, lecionadas pela Professora Eduarda Morais, os alunos conheceram e exploraram outras canções de intervenção. Escolheram-se os trabalhos desenvolvidos com **Menino do Bairro Negro**, para inserir nesta edição especial do boletim.

Na música de intervenção, **Zeca Afonso** é, talvez, o mais conhecido do grande público, daí a nossa preferência e, das suas muitas baladas, escolhemos **Menino do Bairro Negro**. Este poema, de 1963, surge de uma visita ao Porto, onde **Zeca Afonso** ficou impressionado com a pobreza de bairros como o do **Barredo na Ribeira**. Ouvir a melodia e a letra que a acompanha não deixa ninguém indiferente e, além disso, não conseguimos deixar de estabelecer uma relação com situações que, ainda hoje, são uma realidade, apesar das conquistas que abril nos trouxe. Com efeito, num regime autoritário e opressor, não estranhámos que fosse proibido passá-la na rádio e impedida a venda nos estabelecimentos discográficos.

A poesia inicia-se com uma imagem de esperança, os meninos correm em direção ao mar a ver o nascer do sol. O ambiente é de luz, brilho, o espaço marítimo indica grandeza e liberdade. O sujeito poético convida o menino para ver o sol nascer neste imenso mar. Ele junta-se aos outros meninos, como se eles fossem os donos por direito deste espaço, como se só aí ele e os outros devessem es-

tar. Mas esta atmosfera é de imediato substituída por uma realidade oposta. Os meninos são substituídos pelo sujeito singular, o menino, irmão de todos os pobres, miserável, mal trajado, ameaçado constantemente pelo “papão” que assombra o seu lar. Este espaço é escuro, nele está instalada a fome, a insegurança, o medo, a subserviência. Este menino vive num **bairro negro** e este adjetivo simboliza o regime opressor que Portugal vivia. Um **bairro negro**, porque há pobreza, um **bairro negro**, porque os olhos estão sempre no chão, um **bairro negro** onde o sol não consegue entrar. Mas, o sujeito poético profetiza uma mudança, o “papão” há de desaparecer, pois o sol sempre nasce e todos cantarão esta canção que celebra a esperança num mundo justo, onde as crianças veem o sol e brincam no mar. Quando todos cantarem esta canção seremos livres de tudo o que nos prendeu ao **bairro negro**.

Este poema é uma alegoria da vida miserável a que o poder condenou grande parte dos **portugueses**. O **bairro negro** é a metáfora do país amarfanhado, miserável, amedrontado e faminto, impedido de olhar para o sol.

Num tempo de mudança, façamos desta canção uma bandeira para que não se construam **bairros negros**. Temos de continuar a lutar para que os meninos possam ver o sol nascer!

Eduarda Morais | Professora

A letra da canção **Menino do Bairro Negro** representa uma crítica às condições socioeconómicas em que vivia a maioria da população durante a ditadura.

É feita uma denúncia das desigualdades sociais, da pobreza em que se vivia, não havendo, sequer, o que comer ou vestir: “*Menino sem condição//Irmão de todos os nus*”; “*Bairro negro//Onde não há pão*”. Ao mesmo tempo, é feita alusão à instabilidade e à falta de paz em que se vivia devido, também, à guerra colonial: “*não há sossego*”.

Porém, no poema está presente a esperança de um futuro melhor: “*Tira os olhos do chão//Vem ver a luz*”. Deseja-se a mudança que deve ser in-

centivada e apoiada por todos: “*Há de um dia cantar; Se toda a gente quiser*”.

Esta canção, que conta já com seis décadas, permanece atual, pois as situações denunciadas, como a fome e as desigualdades sociais, ainda hoje se verificam.

A canção apela para que todos “cantem” contra a injustiça e se revoltam contra a opressão, o que mostra a coragem e perseverança dos nossos avós, na luta contra a ditadura. O seu esforço e coragem devem ser sempre lembrados para que não nos esqueçamos que a liberdade não é um bem que devemos dar por adquirido.

Marta Azevedo | 12.º D

Zeca Afonso compôs esta canção, inspirando-se na vida dos meninos de um bairro degradado - o **Barredo**, no Porto. Devido à Guerra Colonial e à emigração forçada, Lisboa e o Porto ficaram com núcleos de pobreza, bairros tristes, nas suas periferias.

Esta música causa diferentes impactos em quem a ouve, no entanto, não passa despercebido a ninguém que, através desta canção, **Zeca Afonso** transmite aos ouvintes a esperança de que, em breve, a miséria dos meninos dos **bairros negros** irá acabar e haverá a possibilidade de aprenderem sem restrições aos seus pensamentos. O nascer do dia e o aparecer do sol são elementos que conduzem à esperança. Todavia, a melodia lenta e melancólica transmite a tristeza e a inquietação de quem sofre perante toda a pobreza e degradação do Portugal do Estado Novo.

Diana Braga | 12.º D

50 Anos de Liberdade

Leituras da **Revolução dos Cravos**

Comemorar os **50 anos do 25 de Abril** e expressar o que significa a **Liberdade** conquistada foi o tema aglutinador para os trabalhos desenvolvidos pelos alunos dos três anos de escolaridade do 3.º ciclo, na disciplina de Educação Visual, coordenados pelas professoras Aida Moura, Helena Sousa e Vera Carvalho. Foi dada liberdade de escolha nas técnicas utilizadas e nos materiais a seleccionar, os alunos puderam optar por:

pastéis a óleo; inovações como lápis-aguarela e canetas-aguarela; os tradicionais lápis de cor e marcadores... A comunicação visual e a cor eram diretivas a seguir e foram cumpridas. Os alunos do 7.º ano recorreram à *assemblage* e *colagem* de fotografias suas e a marcadores e lápis sobretudo verdes, vermelhos e amarelos.

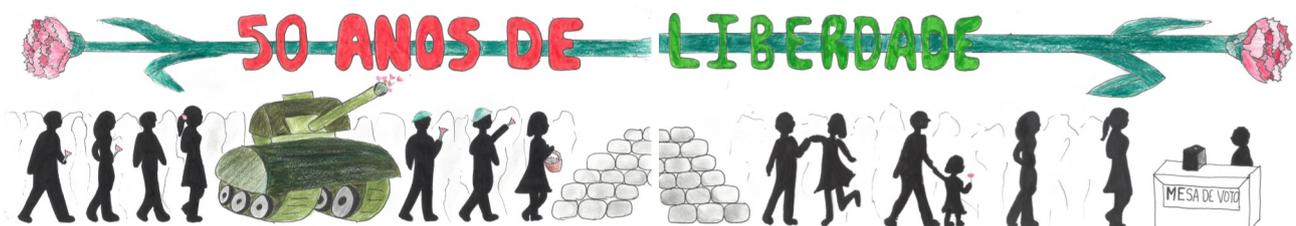
Os alunos do 8.º ano elaboraram faixas que contam "histórias de liberdade".

Os alunos do 9.º ano retrataram temas e características da ditadura e da democracia de modo mais aprofundado. Alguns recorreram, tal como os alunos do 7.º ano, à *assemblage* e *colagem com jornais*.

Muitos dos trabalhos realizados ilustram esta **edição especial da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril**.

Parabéns aos alunos e às professoras pelas obras de arte concebidas e que tanta cor e emoção trazem às páginas desta edição.

Equipa Redatorial





Eduardo Martins | 9.º A



Sara Guerra | 9.º E

Cantar a Revolução

Cravos e Oeillets

A **Revolução dos Cravos** teve repercussões em todas as áreas da vida humana e, claro está, a cultura não lhe fica indiferente. As artes (pintura, escultura, cinema...) e as letras (livros, poemas, peças de teatro...) abordaram, interpretaram e dissecaram este acontecimento militar e popular que tão decisivo foi e continua a ser. Esta influência não se fez sentir apenas em **Portugal**, estendeu-se a outros países e a outros continentes.

No **Portugal** da **Revolução** ouviram-se e cantaram-se novas canções cujas letras retratavam as mudanças introduzidas: a liberdade, a reforma agrária do PREC... A mais difundida e entoada foi **Somos Livres** com interpretação de **Ermelinda Duarte**. Talvez valha a pena reproduzir os últimos versos, os mais importantes e os menos lembrados: *Somos um povo que cerra fileiras// parte à conquista do pão e da paz//somos livres, somos livres/ não voltaremos atrás.*

Todavia, não foi só em **Portugal** que surgiram canções, elas brotaram noutras paragens, noutras aragens, como o Brasil ou mesmo a França. **Chico Buarque de Hollanda**, escritor, compositor e cantor brasileiro ficou tão feliz com a **Revolução dos Cravos** que compôs a canção **Tanto Mar** para a festejar. É preciso lembrar que no Brasil, em 1974, vigorava uma Ditadura Militar, que teve início a 1 de abril de 1964 e só terminou a 15 de março de 1985. A Censura vigente proibiu a canção que foi gravada apenas em Portugal. O cantor fez duas versões do texto, uma de 1975, com a saudação ao **25 de Abril** português: *Sei que estás em festa, pá//fico contente// e enquanto estou ausente//guarda um cravo para mim* e, ao mesmo tempo, o lamento por não ocorrer o mesmo no seu país: *Eu queria estar na festa, pá//com a tua gente//e colher pessoalmente //uma flor do teu jardim.*

Na versão de 1978, alude ao passar do tempo sobre o **25 de Abril**, já não usa o presente, mas o pretérito: *Foi bonita a festa, pá//fiquei contente//e inda guardo, renitente//um velho cravo para mim*, alude a alguns episódios que acontece-

ram e dos quais não gostou: *Já murcharam tua festa, pá*, porém não perde a esperança e, logo em seguida, afirma: *mas certamente// esqueceram uma semente//nalgun canto do jardim.* Termina, mais uma vez, com o lamento de não viver numa democracia: *cá estou carente// manda novamente// algum cheirinho de alecrim.*

Antes, em 1973, **Chico Buarque** tinha já divulgado, na peça de teatro **Calabar**, a canção **Fado Tropical** na qual abordava as situações políticas de Portugal, do Brasil e da então África portuguesa. Faz uma mescla de características portuguesas, africanas e brasileiras, como por exemplo: *E a negra mulata//com rendas do Alentejo ou e o rio Amazonas//que corre Trás-os-Montes//e numa pororoca//deságua no Tejo.* No **Fado Tropical** é abordada a **Guerra Colonial** na intervenção de **Ruy Guerra**, poeta moçambicano, que recita um texto duro e cru sobre a guerra.

Em França, país onde a dimensão da população portuguesa é notável, **Georges Moustaki**, compositor e cantor grego-francês, regozijou-se com a **Revolução do 25 de Abril de 1974** e, no mesmo ano, escreve um poema-canção ao qual chama **Portugal** e com a música de **Fado Tropical** vai cantar. O refrão é um apelo para que as pessoas de países onde persistem ditaduras não desesperem e afirma: *A ceux qui ne croient plus//voir s'accomplir leur idéal// dis leur qu'un oeillet rouge// a fleuri au Portugal.* Outros versos que compõe a canção e encerram grande beleza são: *Car enfin le soleil //réchauffe les pétalles// de mille fleurs vermeilles//en avril au Portugal.* Na parte final profetiza: *Et cette fleur nouvelle// qui fleurit au Portugal// C'est peut-être la fin// d'un empire colonial.* Assim aconteceu!

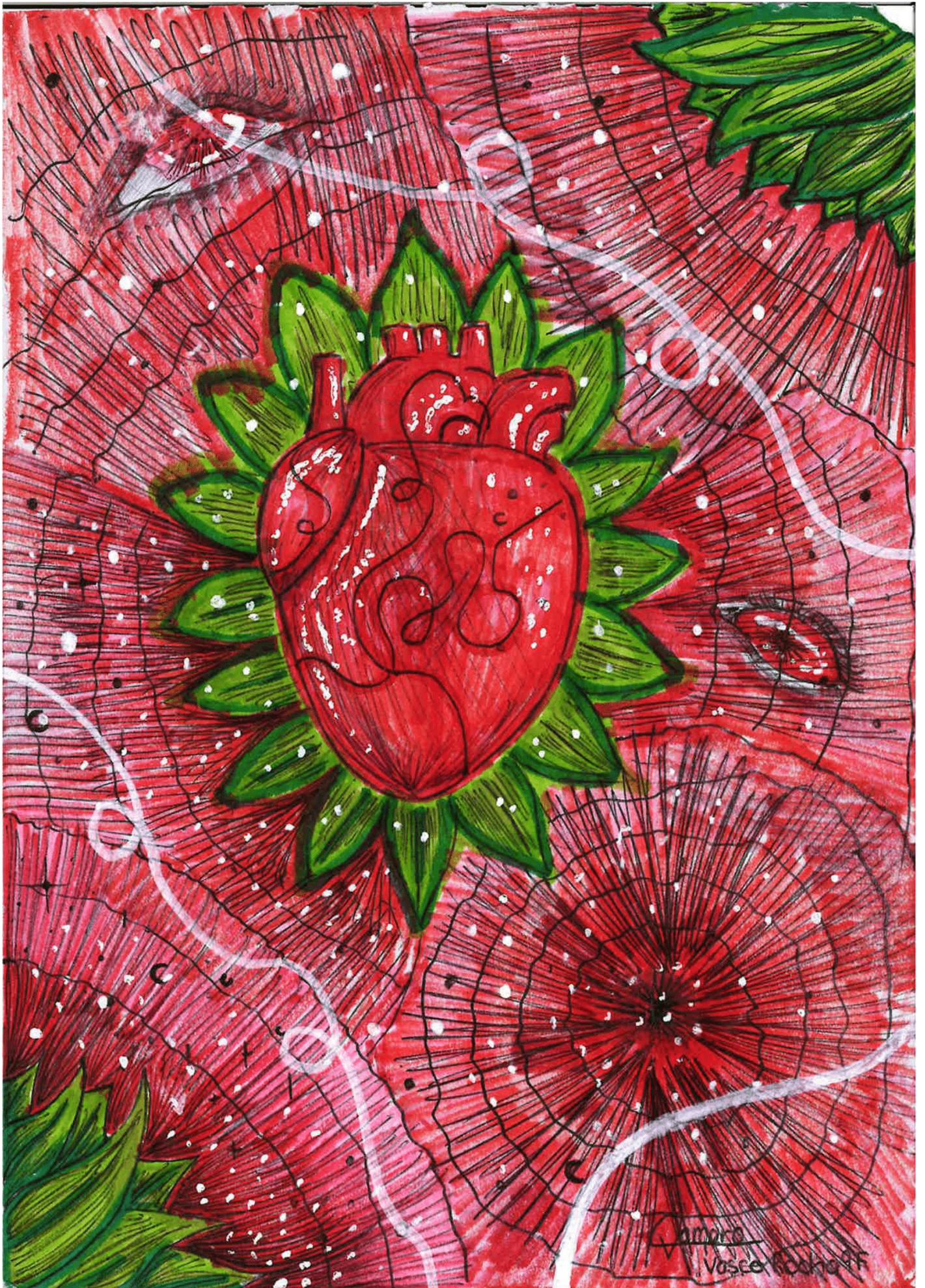
Quando o desafio me foi lançado, obrigou-me a uma pesquisa e, graças a ela, fiquei a conhecer um outro prisma da **Revolução do 25 de Abril**. Gostei de aprender e se tivesse sido uma semana antes poderia ter ajudado o meu filho a fazer um trabalho mais aprofundado e interessante sobre esta Revolução que tanto nos deu.

La Salette Santos | Assistente Operacional nos Serviços Administrativos da ESSP

Referências

<https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45178/>

<https://portugal-mundo.blogspot.com/2010/04/portugal-de-georges-moustaki-1974.html>



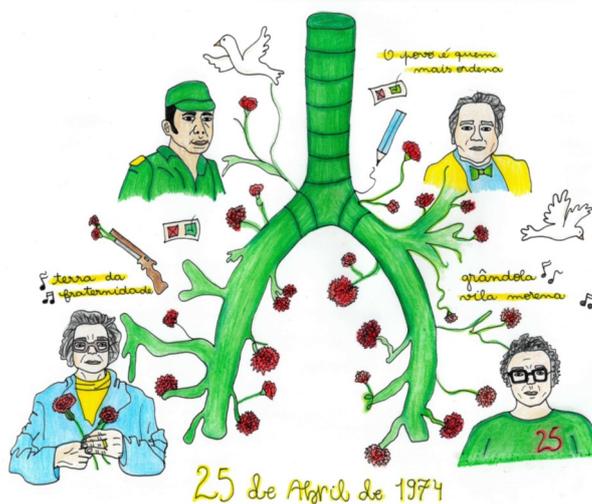
A Coragem do Herói



Carolina Fraga | 9.º C



Bruna Lopes | 8.º E



Cecília Meireles | 9.º C



António Pinheiro | 9.º A

Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados socialistas, os estados capitalistas e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos! De maneira que, quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e forma. Quem não quiser sair, fica aqui!

Foram estas as palavras pronunciadas por **Salgueiro Maia** para convencer os 240 homens da **Escola Prática de Cavalaria**, de **Santarém**, a seguirem-no até Lisboa para cercar os ministérios da Praça do Comércio. É **Salgueiro Maia** que põe cerco ao **Quartel do Carmo** onde se refugiou e se rendeu Marcello Caetano e o escoltou numa

chaimite Bula até ao aeroporto onde embarcou para o exílio definitivo no Brasil.

O valor da sua coragem e ação no **25 de Abril** foi reconhecido como o provam as condecorações que lhe foram atribuídas, os livros sobre ele escritos, como **Salgueiro Maia - Um Homem da Liberdade** e **Salgueiro Maia - o Homem do Tanque da Liberdade** e, em 2022, o filme: **Salgueiro Maia - O Implicado**.

Alguns alunos do 9.º ano também o homenagearam nos trabalhos que executaram sobre o **25 de Abril**.

Alunos do 9.º H

Referências

<https://ensina.rtp.pt/artigo/salgueiro-maia-o-eterno-simbolo-da-revolucao/https://expresso.pt/revista/2022-04-01-Salgueiro-Maia-toda-a-historia-do-homem-que-abracou-a-revolucao-2c8cd54e>

25 de Abril

Nas ruas de Lisboa,
eco a canção,
Vozes do povo,
de amor e união
25 de Abril,
dia de cravos em flor,
Dia de Libertação
feita de labor.

Pelas vielas estreitas,
nas praças a fervilhar,
O povo unido,
o destino a transformar.

Cravos vermelhos,
em punhos erguidos,
Simbolizando sonhos,
por anos reprimidos.

Soldados e civis,
lado a lado a marchar.
A Ditadura a cair,
a Democracia a se mostrar.

Em cada olhar,
a chama da esperança,
No coração do povo,
a força que avança.

Cantavam-se
canções de liberdade,
Naquela
Revolução de igualdade.

Do fado ao protesto,
a melodia da mudança,
O Povo do 25,
na dança da esperança.

Nas ruas de Lisboa,
o rio a testemunhar
A transformação
que estava a acontecer
Ecos de Abril
a ecoar ao vento
O Povo do 25,
na História, um momento.

Cravos nas espingardas,
gesto de paz,
O Povo do 25,
na conquista do capaz.

Nas páginas do tempo,
o seu feito a brilhar,
Um povo unido,
a liberdade, a celebrar
Em cada verso,
o eco do bem feito.

Na Revolução
pacífica, no peito
Do Povo, que
unido, corajoso e forte,
Escreveu a
História do seu próprio Norte.

Matilde Morais | 10.º A

